

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GRACINDO JULIO DO NASCIMENTO RAMOS

**DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS EM MS: representações do
conflito nos jornais *O Progresso* e *Diário MS* (2007-2014)**

DOURADOS – MS

2016

GRACINDO JULIO DO NASCIMENTO RAMOS

**DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS EM MS: representações do
conflito nos jornais *O Progresso* e *Diário MS* (2007-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Teoria Social e Ação Coletiva

Orientador: Prof. Dr. Renato Ramos Martini

DOURADOS – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R175d Ramos, Gracindo Julio Do Nascimento

DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS EM MS: representações do conflito nos jornais O Progresso e Diário MS (2007-2014) / Gracindo Julio Do Nascimento Ramos -- Dourados: UFGD, 2016.

144f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Renato Ramos Martini

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. representações. 2. mídia. 3. identidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

GRACINDO JULIO DO NASCIMENTO RAMOS

**DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E CONFLITO EM MS:
representações nos jornais *O Progresso* e *Diário MS* (2007-2014)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia,
da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. RENATO RAMOS MARTINI
Orientador/Presidente

Prof. Dr. ANDRÉ LUIZ FAISTING
Membro Titular

Prof. Dr. PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ
Membro Titular

APROVADO EM: ____/____/_____

DEDICATÓRIA

À minha família - Anaurelino, Maria José e Graciliano -,

Que sempre esteve presente em toda minha trajetória até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Anaurelino, responsável pela minha educação e desenvolvimento intelectual. Que me inseriu no mundo da leitura, sempre me apresentando perspectivas diferentes sobre a realidade complexa do mundo. Da admiração e influência que tive de sua simplicidade, de uma visão pragmática sobre política, história, cultura, direitos sociais e pelo seu senso inexorável de justiça;

ao meu orientador, Renato Martini, pela paciência e auxílio nas orientações para o despertar de um olhar sociológico holístico;

à banca de defesa, composta pelos professores André Faisting e Paulo Cimó, e suas contribuições produtivas para meu desenvolvimento acadêmico;

ao professor Guillermo Johnson, sempre disposto a ajudar;

aos demais docentes do programa de Mestrado em Sociologia da UFGD e professores que fizeram parte da minha formação como bacharel em Ciências Sociais e Jornalismo.

aos membros do Centro de Documentação Regional da UFGD;

aos meus bons amigos.

RESUMO

Em uma perspectiva sociológica, este trabalho procura compreender possíveis efeitos da mídia no campo das representações sociais. Para tanto, foram utilizadas notícias sobre o conflito entre índios e fazendeiros no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), em decorrência do acordo entre Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (Funai), para a demarcação de terras indígenas na região do cone-sul. No levantamento documental dos dados foram identificados textos jornalísticos - que serviram de base para o estudo com recorte temporal que compreende o período entre os anos de 2007 e 2014 - produzidos pelos jornais impressos diários *O Progresso* e *Diário MS*, ambos com sede em Dourados (MS). Para esse trabalho de cunho teórico-analítico, de interpretação dos conteúdos sob método exploratório-descritivo qualitativo, foi aplicado algumas noções de teorias sociais, como representações coletivas (DURKHEIM, 1989); representações sociais (MOCOVICI, 2004); “visão de mundo” (WEBER, 2002); ideologia (MARX, 2006); *habitus* (BOURDIEU, 1997) (ELIAS, 1994a); identidade (HALL, 2000); e alguns conceitos de teorias da comunicação.

Palavras-chave: representações; mídia; identidade.

ABSTRACT

In a sociological perspective, this work seeks to understand possible media effects in the field of social representations. Therefore, we used news on the conflict between indians and farmers in Mato Grosso do Sul (MS), due to the agreement between the Federal Public Ministry (MPF) and the National Indian Foundation (Funai), for the demarcation of indigenous lands in cone-south. In the documentary survey data were identified journalistic texts - which were the basis for the study time frame that covers the period between the years 2007 and 2014 - produced by daily newspapers *O Progresso* and *Diário MS*, both based in Dourados (MS). For this work of theoretical and analytical, interpretation of the contents in qualitative exploratory descriptive method was applied some notions of social theories, and collective representations (DURKHEIM, 1989); social representations (MOCOVICI, 2004); "worldview" (WEBER, 2002); ideology (MARX, 2006); habitus (BOURDIEU, 1997) (ELIAS, 1994a); identity (HALL, 2000); and some concepts of communication theories.

Key-words: representations; media; identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Funai quer 30% do território de MS para os guaranis”	79
Figura 2 - “Terra disputada vale R\$ 102 mi”	79
Figura 3 - Politização do debate.....	81
Figura 4 - Região/Cidades.....	82
Figura 5 - “André pede suspensão de portarias da Funai”	87
Figura 6 - “Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda”	89
Figura 7 - “Dourados debate demarcações”	92
Figura 8 - “Índios são acusados de atear fogo em fazenda”	94
Figura 9 - “Conflito deixa índio desaparecido”	94
Figura 10 - “Assembleia Legislativa tenta conter conflito entre índios e fazendeiros”..	97
Figura 11 - “Índios roubam e matam gado para terceiros”	99
Figura 12 - “Liminar suspende estudos para demarcação”	100
Figura 13 - “Zé Teixeira quer fim de conflito em Paranhos”	101
Figura 14 - “Funai acusa fazendeiros de financiar protesto de índios”	103
Figura 15 - “Justiça Federal mantém índios em área de Japorã”	104
Figura 16 - “Demarcações podem causar mortes, diz André a ministros”	106
Figura 17 - “Em MS, comitiva de Dilma defende indenizações para acabar com conflito”	107
Figura 18 - “Religioso teria sido ameaçado por fazendeiro”	109
Figura 19 - “Em Douradina, um produtor rural é espancado até morrer”	110
Figura 20 - “PC esclarece mortes de índios”	111
Figura 21 - “Zé Teixeira pede para produtor contratar segurança contra índios”	113
Figura 22 - “Ministro e André fazem ‘coro’ contra demarcações”	114
Figura 23 - “Deputados em Brasília discutem invasões”	115
Figura 24 - “Prefeitos querem fim da briga entre índios e fazendeiros”	117
Figura 25 - “Demarcações de terras motivam debates em Amambai”	117
Figura 26 - “Prefeitos debatem demarcações”	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Edições identificadas.....	75
Tabela 2 – Títulos contra as demarcações.....	84
Tabela 3 – Dia-a-Dia.....	86
Tabela 4 – Economia.....	90
Tabela 5 – Polícia.....	93
Tabela 6 – Política.....	95
Tabela 7 – Cidades.....	98
Tabela 8 – Cidade.....	102
Tabela 9 – Economia.....	105
Tabela 10 – Polícia.....	108
Tabela 11 – Política.....	112
Tabela 12 – Região.....	116

LISTA DE SIGLAS

Aced = Associação Comercial e Empresarial de Dourados-MS
Acomac = Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Dourados-MS
Acrissul = Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
CAMD = Colônia Agrícola Municipal de Dourados
CAN = Colônias Agrícolas Nacionais
CAND = Colônia Agrícola Nacional de Dourados
Cimi = Conselho Indigenista Missionário
CNA = Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNJ = Conselho Nacional de Justiça
CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito
Famasul = Federação da Agricultura e Pecuária de MS
Fiems = Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul
Funai = Fundação Nacional do Índio
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inkra = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MS = Mato Grosso do Sul
MPF = Ministério Público Federal
OAB-MS = Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Mato Grosso do Sul
ONG's = Organizações Não-Governamentais
PEC = Proposta de Emenda à Constituição
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR = Partido da República
PSD = Partido Social Democrático
PSDB = Partido da Social-Democracia Brasileira
PT = Partido dos Trabalhadores
SPI = Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN = Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
STF = Supremo Tribunal Federal
TAC = Termo de Ajustamento de Conduta
UDN = União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA.....	16
1.1. Teorias das Representações Sociais.....	17
1.2. Cultura e sistemas de representação.....	29
1.3. O <i>habitus</i> jornalístico.....	35
1.4. Alguns conceitos de teorias da comunicação.....	40
2 DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E TRAJETÓRIAS DOS JORNAIS	45
2.1. Demarcações de terras indígenas no MS.....	47
2.2. <i>O Progresso</i> e o desenvolvimentismo.....	62
2.3. <i>Diário MS</i> e a integração regional?.....	67
3 REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DE <i>O PROGRESSO</i> E <i>DIÁRIO MS</i>: DADOS E ANÁLISE.....	74
3.1. Discursos nas notícias de <i>O Progresso</i> e o desenvolvimentismo.....	85
3.1.1. Dia-a-dia.....	85
3.1.2. Economia.....	90
3.1.3. Polícia.....	93
3.1.4. Política.....	95
3.1.5. Cidades.....	98
3.2. Representações nas matérias do <i>Diário MS</i>	102
3.2.1. Cidade.....	102
3.2.2. Economia.....	105
3.2.3. Polícia.....	109
3.2.4. Política.....	111
3.2.5. Região.....	116
3.3. Comparativo entre as abordagens.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXO.....	132

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva compreender como se apresenta o tratamento midiático dado a uma questão bastante presente em nosso cotidiano: o conflito entre índios e fazendeiros decorrente do processo de demarcações de terras indígenas no sul do MS. Atualmente, o tema suscita debates constantes, relacionados às representações, cultura, identidade, direitos entre outros aspectos desse contexto. A dissertação pretende analisar, por meio de notícias veiculadas pelos jornais *Diário MS* e *O Progresso* sobre o impasse, como os grupos sociais indígenas e produtores rurais são representados na mídia e a imagem em que se configuram essas representações.

Trata-se de um trabalho de cunho teórico-analítico, desenvolvido também por meio de revisão bibliográfica. O levantamento documental dos dados nos forneceu amostragem para analisar o discurso sob o método exploratório-descritivo. Por meio dos elementos discursivos, construção argumentativa, atores e instituições sociais citados nas matérias, podemos entender a construção das notícias, se reflete aspectos positivos ou negativos e como são tratados os interesses de índios e fazendeiros nesse debate social complexo. A proposta para a construção da dissertação reside no interesse de compreender o papel social da mídia - tentar desvendar elementos sociais que orientem a construção da notícia pela imprensa local sobre um assunto tão importante para a região. Entender os processos associados ao conflito social e as representações desse embate, que perpassa por tantos campos da vida social – como a cultura, história, política, economia e direito - também é uma das motivações para a pesquisa.

O MS é o segundo Estado do país em populações indígenas, com mais de 70 mil índios. Em 12 de novembro de 2007, o Ministério Público Federal firmou um Compromisso de Ajustamento de Conduta com a Funai, determinando que fosse dado início aos estudos de delimitação de territórios indígenas, para posterior demarcação, em uma área do sul do MS. Essa região abrange 26 municípios, incluindo aí o município de Dourados, segunda maior cidade do Estado, com mais 207 mil habitantes, e quase 20% do total da população indígena de Mato Grosso do Sul.¹

Em Dourados, estão situados os dois jornais impressos que serão utilizados como base para esta dissertação: *Diário MS* e *O Progresso*. Os periódicos estão entre os mais veiculados em todo o MS. A atenção estará voltada para a repercussão que o conflito entre indígenas e

¹ Dados do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

produtores rurais têm na mídia local. Compreender como são os discursos e argumentos contidos nas notícias sobre o conflito é uma preocupação inicial. Essas narrativas e discursos sobre as práticas políticas e jurídicas produzem sentidos. Essa produção noticiosa está diretamente ligada a reprodução e circulação de representações.

No campo da sociologia, as representações sociais são elementos estruturados e estruturantes, os quais se expressam em sentidos e orientam práticas sociais. As matérias veiculadas pela mídia sobre o conflito entre indígenas e fazendeiros perpassam por esses personagens, que acabam por construir o debate sobre o tema, além de várias implicações para o contexto social local no âmbito das relações sociais, culturais, econômicas etc. A nossa preocupação está em tentar correlacionar os discursos, os acontecimentos citados, os personagens envolvidos, práticas entre outras objetividades e subjetividades contidas nas narrativas jornalísticas para identificar representações que possam surgir desse conjunto de fatores de interação social.

Sobre o recorte temporal, serão analisados textos jornalísticos, de ambos os jornais, que trazem narrativas relacionadas a assuntos decorrentes das demarcações de terras indígenas no MS, no período que compreende os meses de novembro de 2007 – quando foi realizada o Compromisso de Ajustamento entre o MPF e a Funai – e dezembro de 2014 - período que antecede o início da coleta dos dados. Dentro desse universo, foi delimitado uma determinada porção de notícias que foram utilizadas para amostragem. Os critérios serão melhor elucidados no Capítulo 3.

A apreciação do material tem caráter qualitativo, uma análise discursiva de como se apresentam as representações do conflito de terras. Fora levado em conta a recorrência de notícias sobre um determinado aspecto do tema, narrativas positivas ou negativas sobre uma das partes do conflito, utilização de termos e/ou outras práticas discursivas que chame a atenção e contenham elementos significativos na estruturação das representações entre outros recursos textuais que puderam ser identificados como fatores que compõem universos de construções de sentido. A coleta desses dados se deu no Centro de Documentação Regional, por meio físico e digital, e nos acervos dos jornais *Diário MS* e *O Progresso*.

No primeiro capítulo, serão apresentadas algumas conceituações, sob a ótica das teorias sobre representações sociais, uma das principais categorias que orientam a pesquisa. Em uma das primeiras abordagens sociológicas, Durkheim, com a noção de representações coletivas, concebe que as estruturas têm um caráter coercitivo sobre os indivíduos e que as representações decorrem dos processos das estruturais sociais, que podem ter caráter

permanente nas relações sociais. Na mesma perspectiva, Marx com a questão da ideologia e Weber com a visão de mundo, também trazem contribuições acerca das representações. Depois, surgem estudos em que as concepções sobre representações são reformuladas sob novas perspectivas da relação entre agente e estrutura. A psicologia social de Moscovici é uma das correntes que discutiremos. Ainda no capítulo inicial, serão apresentados alguns apontamentos sobre outras teorias sociais que contribuíram para a produção de entendimentos sobre representações e mídia. Os estudos culturais, com base nos estudos sociais britânicos, também apresentam contribuições sobre a noção de representações. Teóricos, como Stuart Hall, formularam discussões sobre o papel das representações na produção de significados que orientam as interações e relações entre culturas, levando em conta também o conceito de identidade relacionado à linguagem e as práticas sociais. Já a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu e Elias, nos ajuda a compreender a produção de sentidos e as estruturas de pensamento no campo simbólico. Para tanto, Bourdieu chega a falar do chamado *habitus* jornalístico.

Apresentamos no Capítulo 2 algumas noções históricas sobre o conflito envolvendo as demarcações de terras indígenas, analisando alguns elementos sociais, culturais, políticos e econômicos para compreender melhor o tema e seu desenvolvimento ao longo do tempo, que atualmente suscita debates profundos na sociedade. As trajetórias históricas dos dois jornais também serão descritas no segundo capítulo, tentando encontrar na relação do pensamento social, dos contextos sociais, nos âmbitos local e nacional, elementos que possam dar subsídios para entender a linha editorial e as interações de ambos os veículos de comunicação com vida social da região sul do Estado.

Já no terceiro e último capítulo, serão apresentados os dados e o material colhido durante o levantamento documental, para reflexões à luz do conjunto metodológico descritivo-analítico e das teorias sociais debatidas. As apreciações foram realizadas levando em consideração o universo total e a delimitação de amostragem dos dados coletados, da trajetória histórica dos jornais, aspectos sociais, políticos e econômicos da região e peculiaridades dos grupos sociais envolvidos na questão. Instituições sociais e políticas envolvidas no conflito foram apresentadas e aparecem nas notícias selecionadas para interpretações, assim como os discursos produzidos nas narrativas sobre o conflito. As teorias de representações sociais, categorias de análise como *habitus* jornalístico e elementos dos estudos em comunicação, como agendamento e enquadramento, serão base para análise de conteúdo dos textos jornalísticos. Alguns elementos textuais como enfoque, imagens, termos,

recortes, dentre outros conceitos de mídia serão de fundamental importância para compreensão da produção noticiosa e construção de sentidos.

Pretendemos, com os resultados obtidos das análises, suscitar reflexões sobre algumas nuances dos efeitos midiáticos e abordagens nas narrativas que envolvem os processos de comunicação. A tentativa será compreender as representações na mídia a partir de todas essas influências e interações sociais, de discursos, práticas e difusão no campo simbólico da linguagem e do imaginário social, através das notícias, como elas são apresentadas e como grupos sociais tão distintos são retratados num contexto de conflito social.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA

As Teorias das Representações Sociais, existentes na sociologia e ciências humanas afins, contribuem de maneira significativa para interpretações acerca das narrativas jornalísticas sobre processos político, social, econômico e jurídico envolvendo o tema demarcações de terras indígenas. Émile Durkheim, um dos responsáveis pela institucionalização da própria sociologia enquanto ciência, no final do século 19 e início do século 20, possui reflexões acerca dessas relações sociais e apontou que “a vida social é feita essencialmente de representações” (DURKHEIM, 1987). Mais tarde, a noção de representações coletivas é revisada por estudos contemporâneos, sendo rerepresentada como “representações sociais”. Durkheim é dos autores mais importantes para a sociologia clássica, assim como Max Weber e Karl Marx. Em Weber, essa ideia de representações se apresenta como “visão de mundo”, uma concepção do processo de formação do sentido da ação social no pensamento, na linguagem etc. Já para Marx, a formação de ideias e representações é orientada pela relação do ser social com o meio material. A consciência é estabelecida a partir da relação entre o modo de produção da vida material e modo de vida social.

Os chamados estudos culturais britânicos também trazem reformulações acerca das teorias de representações, atrelado ao conceito de identidade. A teoria nos mostra dois elementos relacionados às representações: identidade e diferença. Se utilizando de conceitos da linguística, a noção vai de encontro à linguagem enquanto elemento de formação das representações como expressões da cultura. Os sujeitos partilham de linguagem em comum para que as representações possam ser difundidas, no sentido de formar identidades em comum e percepções acerca das diferenças, parte do que constituiu o senso identitário.

Pierre Bourdieu também reflete sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Com referências aos três autores clássicos, Durkheim, Weber e Marx, Bourdieu elabora alguns conceitos para pensar essas relações que expressam ideias e representações, como as noções de campo e *habitus*, que fundamentam as ações sociais a partir do campo simbólico. Campo seriam como segmentos sociais estruturados por uma dinâmica simbólica de relações de poder. Assim, o jornalismo seria um campo onde o *habitus* jornalístico, para Bourdieu, é um

fundamental difusor de sentidos e, nesse âmbito, um dos mais importantes meios sociais onde as representações são reproduzidas. Também visitamos o conceito de *habitus* na obra de Norbet Elias. Ao estudar o desenvolvimento das sociedades ocidentais, da mesma forma ele tenta superar a dicotomia entre ação e estrutura, estabelecendo aspectos, como a vida material, que influenciam na relação mais ou menos permanente de certas convenções sociais.

Em teorias da comunicação refletiremos sobre alguns conceitos como da “hipótese de agendamento, “seleção perceptiva”, “enquadramento”, que nos apresentam algumas noções de como a produção midiática e seus efeitos são constituídos. São alguns entendimentos sobre o poder de influência do agendamento de assuntos na criação de pautas e debates públicos, a seleção do ponto de vista da recepção de conteúdos e os enfoques nos noticiários e como essas escolhas podem se constituir em diferentes narrativas.

1.1. Teorias das Representações Sociais

As representações sociais são resultado de interações sociais entre grupos, ideias, acontecimentos, ou seja, um conjunto de aspectos representativos da vida social, resultado da trajetória de vida dos sujeitos em sociedade e elementos e instituições estruturadas no meio social, a partir de práticas, discursos, ações sociais etc. Os estudos de representações coletivas na sociologia começam a aparecer mais claramente a partir dos esforços de Durkheim em institucionalizar a ciência social, buscando a separação da biologia e da psicologia. O conceito surgiu no sentido de diferenciar representações individuais e representações coletivas, compondo um objeto específico da sociologia. Fundamental na constituição da ciência sociológica, podemos perceber a problemática das representações em Marx e Weber também, sobre outras formas de pensar ideias e relação entre ação e sociedade, ser social e mundo material. Nas últimas décadas, os estudos de representações passaram a ser revisitados e difundidos na sociologia, assim como na psicologia social e nos estudos culturais.

A necessidade de produção de entendimentos sobre fenômenos sociais, ligados à cultura, linguagem, psicologia entre outras dimensões da realidade social trouxe à tona estudos sobre representações e a noção que orienta essas teorias é o conceito de representação social. O teórico da psicologia social Serge Moscovici reascende a discussão sobre representações ao afirmar que os estudos clássicos se voltavam apenas para o caráter coletivo das representações, sem levar em consideração a dinâmica e relação entre sujeito e sociedade:

Para Moscovici, o conceito de representação social tem origem na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e Lévi-Bruhl. Também contribuíram para a criação da teoria das representações sociais, a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky. (ALEXANDRE, 2004, p.124)

Marcel Mauss e Lévy-Bruhl, discípulos de Durkheim, também tiveram contribuições acerca da teoria das representações coletivas, sob uma ótica semelhante à teoria do francês. Moscovici, em busca de novas perspectivas teóricas na psicologia social, baseada nas reflexões teóricas norte-americanas – que davam ênfase à ação dos indivíduos, seus comportamentos e atitudes –, revisita o conceito de representações coletivas da teoria sociológica francesa para estabelecer uma relação de reciprocidade entre ação social e estruturas.

As representações sociais estão inseridas nas diversas dimensões da vida social, fazem parte do processo de comunicação, com a reciprocidade entre o indivíduo, os grupos e o meio social. A produção, apropriação e compartilhamento de códigos sociais é uma constante no mundo social. Essas representações nos orientam na vida cotidiana, estão relacionadas com as escolhas, os consensos e os conflitos diante dos aspectos coletivos que nos deparamos a todo o momento. Uma das grandes contribuições da retomada dos estudos sobre representações sociais na contemporaneidade é a concepção de que essas representações têm caráter fixo, imóvel em relação a sua estrutura. A noção de forças estruturadas e estruturantes dá a dimensão da importância dos estudos de representações sociais, buscando o entendimento dessas mudanças nos processos de linguagem ligados às ideologias.

Segundo Jodelet (1984, p.31-61 *apud* ALEXANDRE, 2004, p.131), representações sociais “são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos”. As teorias de representações sociais são contundentes na escola francesa de estudos das ciências humanas, numa interdisciplinaridade entre várias áreas como a sociologia, psicologia, filosofia, história, linguística e comunicação. Num contexto em que as similaridades e diferenças na vida social estão em constante interação, gerando conhecimentos em vários sentidos - consenso, dissenso, debates, conflitos etc. – o papel da sociologia se torna fundamental na produção de entendimentos sobre os paradigmas sociais contemporâneos. Por meio da ideia de representações sociais, busca-se compreender a produção de sentidos que orientam determinados tipos de interação social:

Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrenta-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana [...] Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001, p.17-18).

As primeiras formulações teóricas sobre representações estão presentes na sociologia e também na psicologia. A obra de Émile Durkheim é pioneira quando pensamos a categorização do tema no campo das ciências sociais. As representações coletivas em Durkheim (1989) dialogam com a psicologia e nasce na elaboração de uma sociologia da religião. Leva-se em conta o pensamento mítico, a magia e a dimensão coletiva das representações no âmbito das relações sociais. Durkheim apresenta a ideia de que um indivíduo não pode criar instituições sociais sozinho – a exemplo da língua ou da religião -, daí o caráter coletivo de suas análises e de como essas formulações são estruturadas socialmente:

Teórico que consolidou os fatos sociais enquanto objeto social, o autor deixou diversas contribuições para as ciências sociais. Através de seu olhar, objetivo, preciso e instigante, é possível ler e interpretar a realidade, adequando seus argumentos para o contexto atual. Em sua concepção clássica, o mundo é feito de representações, sendo elas que permitem entender o comportamento dos grupos sociais, como eles se pensam e quais são as suas relações com os objetos que os envolvem (HOROCHOVSKI, 2004, p.103).

Durkheim explora as relações entre indivíduo e sociedade. Para ele, as regras que orientam a vida individual não são as mesmas que orientam a vida social. Durkheim utiliza o termo representação e diferencia representações coletivas de individuais. Segundo o autor, as concepções que os grupos têm sobre as instituições é o que deve orientar a análise sociológica, e não a ideia que o pesquisador concebe individualmente sobre o objeto. As instituições precedem e/ou sucedem os indivíduos, ou seja, são exteriores a eles e independe da consciência individual. Um fator coercitivo faz com que essas instituições tenham uma existência própria e não dependa de simples manifestações individuais (DURKHEIM, 1987).

O sociólogo francês tinha como ponto central a permanência das representações coletivas a partir de um processo relacionado com a coerção social. Essas formas de pensamento teriam capacidade de integração social, levando à sociedade a uma espécie de homogeneidade. O conceito seria universalizável, uma vez que tem característica impessoal e verte em processos comunicacionais:

[...] A maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora, conclui-se que não podem penetrar em nós senão através de uma imposição; eis todo o significado de nossa definição. Sabe-se, além disso, que toda coerção social não é necessariamente exclusiva com relação à personalidade individual [...] Pois tudo o que é real tem uma natureza definida que se impõe, com a qual é preciso contar, e que, mesmo quando se consegue neutralizar, não fica nunca inteiramente vencida. No fundo, na noção de coerção social, isso é que é essencial. Pois tudo o que está implicado nesta noção é que as maneiras coletivas de agir ou de pensar apresentam uma realidade exterior aos indivíduos, os quais, a cada momento do tempo, com elas se conformam (DURKHEIM 1987).

As representações sociais surgem das crenças compartilhadas e em contraste com outras ideias semelhantes e divergentes. Essas representações são instituídas e passam a servir de base para a formulação de visões de mundo, que orientam nossas vidas em sociedade. Bourdieu diria que existem instituições sociais com campos específicos, onde essas representações fazem parte de uma luta simbólica nas relações sociais que resultam em conceituar e categorizar os entendimentos que temos do mundo.

Para a discussão sobre representações, é importante compreender que esses processos derivam das próprias experiências da sociedade, do modo como grupos sociais inteiros pensam as coisas a partir das práticas sociais, isso tem, em sua maioria um caráter geral. Então, de certa maneira, as instituições se desenvolvem a partir do enriquecimento dessas experiências no âmbito da sociedade e sua coletividade:

[...] para Durkheim, predomina uma grande homogeneidade nas representações coletivas, que em um dado momento circulam numa sociedade. Estas, sem serem eternas são bastante permanentes. O realce dado à homogeneidade torna-se então um componente bastante problemático da teoria, se se quer contemplar a fragmentação, a multiplicidade e a pluralidade valorativa das sociedades contemporâneas (PORTO, 2006, p.256).

Esse seria um importante aspecto que diferencia a noção de representações entre Moscovici e Durkheim. Moscovici reflete sobre a multiplicidade e interações entre os valores

elementais para as representações. Durkheim voltava a atenção para o caráter permanente das representações coletivas. E, mesmo que houvesse mudanças significativas em relação aos valores, crenças e processo de comunicação, essas transformações seriam resultados das experiências no seio da própria sociedade. Durkheim também tentou estabelecer inter-relação entre essas representações simbólicas e a estrutura social:

Ao longo de sua carreira científica, Durkheim sempre tentou resolver o problema da relação entre o impacto aparentemente coercitivo e externo da estrutura social de uma parte, e os efeitos internos e aparentemente mais voluntários das representações simbólicas, dos sentimentos e das emoções e da ação social... ele nunca chegou a uma perspectiva satisfatória e coerente sobre a relação entre estrutura social e ação social, entre as forças materiais e culturais, entre morfologia social e representações sociais (Alexander 1997, p. 192 *apud* PORTO, 2006, p.256-257).

Desta forma, a vida social seria toda ela constituída de representações. A concepção que temos das práticas coletivas, como são constituídas e o ideal de como devem ser, desencadeiam em um desenvolvimento dessas experiências. Os fatos sociais são dotados de representações. São elas que fundamentam os processos de comunicação que resultam na partilha de crenças. Essa relação seria, no entendimento de Durkheim, uma espécie de solidariedade entre os fenômenos sociais e suas representações coletivas:

[...] “o que importa saber não é a maneira pela qual tal pensador concebe individualmente determinada instituição, mas sim a concepção que dela formula o grupo; somente esta concepção é socialmente eficaz [...] parecemos inteiramente evidente que a matéria da vida social não é possível de se explicar por fatores puramente psicológicos, isto é, por estados individuais de consciência. Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza” (DURKHEIM, 1987, p.24).

Com isso, a utilização da categorização de representações coletivas está mais orientada para a concepção sobre o condicionamento social das práticas do que com a contribuição individual para os processos reconhecidos nesses fenômenos. Nessa visão estrutural, de certa maneira, o indivíduo estaria mais condicionado às permanências e mudanças das concepções dos grupos nos quais estão inseridos do que de suas próprias ações. A ação social, nesse sentido, não está em primeiro plano, mas suscetível ao caráter coercitivo e permanente das estruturas institucionais ligadas a campos como o da religião, assunto recorrente e uma das tônicas da obra de Durkheim.

Marcel Mauss e Lévy-Bruhl, que tiveram influência dos estudos de Durkheim, também desenvolveram discussões sobre representações coletivas, numa concepção muito próxima da sociologia durkheimiana sobre o tema. A representação seria uma expressão de como pensam os grupos sobre si mesmos. Lévy-Bruhl, porém, não via na representação um estado positivo, de desenvolvimento evolutivo no meio social. Para ele, os padrões de complexidades e/ou simplicidades não eram fatores determinantes para as formas de conhecimento. As sociedades tradicionais, com lógicas diferenciadas, não podem ser consideradas menos complexas que as sociedades modernas. (MOSCOVICI, 2004)

Por décadas, os estudos sobre representações perderam força no campo teórico das ciências sociais. As representações passam a estar atreladas à noção de ideologia, numa clara influência de teorias marxistas. A representação coletiva no positivismo durkheimiano volta à tona na década de 1960, com a produção teórica de Serge Moscovici. Esse momento se caracteriza como uma alternativa da psicologia europeia a psicologia social estadunidense. O momento refletia a psicologia social apenas como as teorias produzidas nos Estados Unidos. As teorias tinham como base apenas as ações dos indivíduos, seus comportamentos e atitudes. Essa concepção tem outra perspectiva em relação à teoria de Durkheim. Os estudos de Moscovici então transitam a partir da relação entre estruturas e ações sociais (OLIVEIRA, 1999b).

O conceito de representações foi revisitado e sistematizado, com ênfase, na segunda metade do século 20, principalmente pela psicologia social, na teoria de Moscovici, que também foi o responsável por batizar os estudos através de sua concepção teórica como representações sociais. Ele busca na teoria sociológica francesa, da qual Durkheim é precursor e expoente, onde a teoria das representações coletivas tinha como tônica outro aspecto ao objeto da psicologia norte-americana, contribuições para uma mudança na psicologia social. As posteriores abordagens sobre este conceito têm apresentado, dentre outras ponderações sobre o tema, a necessidade de que os indivíduos ressentem de se situarem no mundo, explicar esse mundo e a própria concepção dentro dele, apontando, ao mesmo tempo, para o fato de as representações sociais serem formas como os indivíduos concretizam tais necessidades:

A afirmação de que as representações sociais, embora resultado de experiências individuais, são condicionadas e, neste sentido, dependentes das inserções sociais dos indivíduos que as produzem, sem retomar o eterno debate em torno das relações indivíduo/sociedade, visa a situá-lo em nossa problemática. A depender do paradigma orientador da teoria, o debate em pauta ora percebe tal relação como um conflito inconciliável ora a assume a partir de uma simbiose total entre os dois termos que a constituem. Da

perspectiva aqui adotada, uma forma mais profícua para pensar a questão seria admitir que indivíduo e sociedade configuram uma relação de mútua dependência, dialeticamente conflituosa em alguns contextos, relativamente harmoniosa em outros admitindo, também, e sobretudo, que o indivíduo, longe de ser um mero suporte de estruturas, tem que ser tomado em consideração em sua condição de agente ou ator, em condição de fazer algumas escolhas e tomar algumas decisões, mesmo que de modo limitado (PORTO, 2006, p.255).

Durkheim dimensiona a estrutura social como condicionante ao indivíduo. Essa perspectiva ganha outras dimensões novas e novas concepções da relação entre agente e o meio social, que passam a ser observadas nas teorias de representações sociais. As representações sociais também buscam elementos que levem em consideração as escolhas dos indivíduos, em reciprocidade entre a ação social e a estrutura social. Não mais somente as concepções decorrentes das permanências e das mudanças de uma estrutura que seria interna e coercitiva são levadas em conta. A passagem de representações coletivas para representações sociais recoloca o sujeito no centro dessas relações sociais, em outro papel social, sob a ótica das suas inquietudes e percepções de mundo, e como essa relação gera subsídios para concepções sobre os grupos sociais.

Se é comum a todos é porque é obra da comunidade. Já que não traz a marca de nenhuma inteligência particular, é porque é elaborado por uma inteligência única, onde todas as outras se reúnem e vêm, de certa forma, alimentar-se. Se ele tem mais estabilidade que as sensações ou as imagens é porque as representações coletivas são mais estáveis que as individuais, pois, enquanto o indivíduo é sensível até mesmo a pequenas mudanças que se produzem em seu meio interno ou externo, só eventos suficientemente graves conseguem afetar o equilíbrio mental da sociedade (DURKHEIM, 1987).

Essa consciência coletiva em Durkheim sugere um caráter mais resistente às mudanças, tornando as concepções mais permanentes, comum a um todo e praticamente universalizáveis. Essa concepção vê as instituições sociais – no caso das representações, o poder simbólico – como duráveis e independentes das práticas sociais e da consciência individual. Essas noções estruturantes do pensamento fizeram parte de uma sistematização metodológica, que corresponde às regras sociológicas de Durkheim em relação aos fenômenos sociais.

No seu esquecimento, as representações eram vistas apenas como uma visão de mundo parcial e fragmentada das relações sociais de produção no qual o grupo estava inserido. Desta forma, “não se questionava a essência das representações, mas seus tipos; não se questionava sua origem e sentido, mas

sua falsidade e veracidade. Não se discutia sua operacionalidade nem sua fundamentação teórica, uma vez que seus resultados eram presumidos de antemão”. (Oliveira, 1999, p.183 *apud* HOROCHOVSKI, 2004, p.97).

A abordagem da psicologia social sobre o conceito é fundamental para compreender as representações sociais na atualidade. Assim como Durkheim, a categoria revisitada busca compreensões para as mudanças e permanências na vida social. A questão trata dos processos de cognição e de comunicação decorrentes dos grupos sociais. Essa coletividade é expressa e assimilada através de simbologias, que nutrem subsídios para a interpretação e interação com a realidade social.

Essas representações estão presentes na realidade e se manifestam por meio das práticas sociais. Delas resultam concepções que tem como canal as palavras, expressões, consumo e relações sociais. Essa reelaboração do conceito traz novos elementos a serem levados em consideração e novas perspectivas em relação às concepções das quais resultam essas práticas sociais. Para Moscovici (1985), as representações sociais têm proximidade com o papel que os mitos exerceram e exercem em algumas sociedades. Elas orientam a vida social, influenciando na maneira de pensar e agir.

“[...] se focaliza na maneira pela qual os seres humanos tentam captar e compreender as coisas que os circundam e resolver os ‘lugares comuns’ e quebra-cabeças que envolvem seu nascimento, seus corpos, suas humilhações, o céu que vêem, os humores de seu vizinho e o poder a que se submetem” (MOSCOVICI, 1985, p.02).

Moscovici (*in* JODELET, 2001, p.63) diz que o fenômeno pode ser definido como representação social, pois tem “um caráter moderno pelo fato de que, em nossa sociedade, substitui mitos, lendas e formas mentais correntes nas sociedades tradicionais: sendo seu substituto equivalente, herda, simultaneamente, certos traços e poderes”. Essa nova perspectiva proporciona mobilidade às representações como fenômenos sociais. A substituição de “coletivo” para “social” sugere uma separação da “estaticidade” proposta por Durkheim. Não somente as instituições sociais são fundamentais para essa categoria científica, mas todas as práticas e conhecimento das quais têm origem e nas quais se originam, produzindo significações a respeito da vida social e suas interações entre sujeitos e estruturas de pensamento.

Na verdade, o objeto de exploração engloba todas as representações, não importando a origem. Cada vez que um saber é gerado e comunicado – torna-se parte da vida coletiva -, isso nos diz respeito. E, em particular,

quando esses saberes enquanto tais servem para a solução de algum problema social ou para a explicação de algum evento: o aparecimento de uma epidemia – a Aids no momento -, uma catástrofe como a de Tchernobyl. Enfim, tudo o que resulta da ideação coletiva nos afeta em maior ou menor grau (MOSCOVICI *in* JODELET, 2001, p.63).

Para os estudos midiáticos, essa concepção nos parece ser uma grande contribuição para compreender os sentidos dos saberes produzidos pela mídia. Num mundo complexo e dinâmico, os grupos sociais tendem a se manifestar e partilhar ideias numa constante cada vez maior. A necessidade de entender como esses grupos são retratados através dos meios de comunicação e as representações oriundas dessas produções são fatores determinantes para a pesquisa.

As representações nos guiam a entender aspectos desconhecidos sobre a própria cognição e processos de comunicação. É um caminho para o desconhecido no mundo das ideias, da linguagem, imagens dentre outros simbolismos compartilhados em grupo e que orientam a vida social, podendo relacionar com essas práticas a moral e crenças. Nesse sentido, os questionamentos a respeito da vida social e as percepções sobre essa interação resultam em representações, as quais estão em constante troca e delas geram mudanças ou sistemas de pensamentos são instituídos. As representações nos guiam a interpretar o mundo e também partilhar conhecimentos através da comunicação:

“[...] são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquelas e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior” (MOSCOVICI, 1978, p.50).

Numa dimensão mais objetiva podemos observar que as representações são utilizadas para classificar ou rotular, como uma estrutura figurativa. É uma entidade abstrata, mas que também ganha autonomia ao ser trazido para a realidade, na qual ocorre uma separação entre a representação e o objeto representado, de uma forma a ter uma amplitude. Possui várias conotações - de interpretação, de comunicação -, produzindo conhecimento sobre práticas sociais e sobre a própria natureza representativa.

As noções de representações coletivas e representações sociais estabelecem uma relação de reciprocidade, com rupturas, mas também com continuidades. Ambos os conceitos são categorias analíticas que ajudam a compreender a realidade e os processos de cognição sobre a vida social. São formas de conhecimento que contribuem para o entendimento dos

processos comunicacionais. São formas de saberes compartilhados pelos grupos e analisadas em determinados contextos sociais e fenômenos a serem objetos da sociologia.

Weber também dedicou estudos sobre representações, mas utilizando outros conceitos como ideias, concepções, mentalidades. O sociólogo alemão acreditava em um equilíbrio nas relações entre o mundo material e o mundo dos significados. Nesse sentido, a vida material é formada por significados relacionados às culturas e a noção de visão de mundo é explorado pelo autor para compreender essas representações da vida social.

É evidente que essas situações coletivas que fazem parte do pensamento cotidiano ou do pensamento jurídico (ou de qualquer outro pensamento especializado) são representações de algo para que, para uma parte do ser, para uma parte do dever ser, paira sobre a cabeça dos homens reais (não só os juízes e os funcionários, mas também o público), segundo as quais eles orientam sua atividade; e tais estruturas têm uma importância causal considerável, até mesmo frequentemente dominante, para a natureza do desenvolvimento da atividade dos homens reais (WEBER *apud* JODELET, 2001, p.46-47).

Ele se atém a ação social e não aos fatos em si. Weber mergulha nas particularidades das relações sociais entre a ação e as estruturas. Ele acreditava que a ação social seria o fio condutor de uma complexa interdependência das mudanças nas estruturas sociais. As singularidades dessa interação perpassam pelas representações, revelando sentidos e motivações para as ações. Ele estava preocupado com a compreensão dos significados das ações sociais.

Essa compreensão busca revelar interpretação acerca das ações sociais para o entendimento da realidade social. A ação social dos indivíduos seria dotada de subjetividades que pode decorrer de aspectos racionais, tradicionais ou emotivos. Essas ações implicam nas relações sociais e Weber buscava compreender as motivações e sentidos da ação social e seus efeitos sobre a vida social.

A ação social para Weber (2002) é caracterizada por quatro manifestações: a ação racional com relação a fins, racional com relação a valores, com afetividade e a ação tradicional. Racional com relação a fins se refere a ação que é tomada de acordo com as condições e meios definidos pelo qual o indivíduo pode atingir racionalmente seu objetivo. A racional com relação a valores é orientada pela crença consciente na ética, estética ou religião, sem pensar nos fins. Já a relacionada a afetividade se refere as condições afetivas e emocionais do sujeito, que orientam suas escolhas. E a ação tradicional está ligada a tradição de instituições sociais históricas, que geram os costumes e hábitos. Mas é importante salientar

que as ações não se apresentam de forma pura, há uma interação entre todos esses elementos, motivações e sentidos dados às ações sociais.

A sociedade expressada por Weber possui três tipos de dominação: a tradicional a carismática e a legal. A tradicional está ligada a crença em uma santidade. Um exemplo claro é a dominação senhorial com relação aos súditos. A dominação carismática se relaciona com a ideia de que o sujeito tenha poderes excepcionais. Os representantes de grupos, como políticos, heróis entre outros são exemplos dessa dominação. Já a dominação legal diz respeito a burocracia, como as leis e convenções estatutárias (WEBER, 2002).

As representações em Weber não pressupõem um caráter coercitivo, mas, sim, são efeitos de uma interação entre ação social dos indivíduos e seus sentidos e motivações e as relações com os tipos de dominação. É claro, nenhuma dessas formas será pura, os sujeitos e as estruturas sociais apresentam particularidades e suas relações subjetivas que compõem a vida social.

[...] é no interior da construção teórica de Weber, mais do que em Durkheim, que abordagens analíticas centradas em representações sociais poderiam ser mais confortavelmente inseridas, já que a perspectiva analítica weberiana permite captar os sentidos que os atores (protagonistas ou vítimas de uma dada ação) atribuem a suas representações, sem desconsiderar o sistema (ambiente, contexto, situação, estruturas) nos quais esses atores agem e interagem. Privilegiaria a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado. Ou seja, a subjetividade das representações, tanto quanto a objetividade das práticas, são assumidas como componentes fundamentais das relações sociais (PORTO, p.74-75 in AZEVEDO; LIMA; RATTON, 2014).

Para Weber, as ações sociais dos indivíduos é que formam as relações coletivas. Ele também se atenta ao fato de que as condições objetivas, ou seja, as estruturas condicionam as escolhas dos indivíduos. Mas de uma maneira mais consistente, as subjetividades das escolhas das ações também são elementos fundamentais para a formação da consciência. Weber vê a significação ou visão de mundo, o que podemos ter como representações, orientada tanto pela vida material como pelas ideias, pelas subjetividades das condições de escolhas e sentidos.

Já a ideia de representações em Marx está ligada a vida material. Ele estabelece uma relação entre o ser social e a consciência, a partir das condições que o indivíduo se encontra no processo de produção econômica:

Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda

a aparência de autonomia. Não têm história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtores de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2006, p.52)

Marx elabora essa noção em contraposição ao idealismo hegeliano², que concebia autonomia ao desenvolvimento da consciência. Para Hegel, as ideias e representações extraídas da realidade tomavam formas e sentidos alheios a essa mesma realidade, dando autonomia ao desenvolvimento da consciência. Marx acreditava que a consciência era formada através das relações sociais, principalmente orientada pela vida material ou processo de produção econômica.

Em Marx, as representações que constituem a consciência do indivíduo são produtos das relações com o modo de produção ao qual está inserido. Desta forma, podemos associar a isto a noção de ideologia³. As diferentes ideologias expressadas por distintos grupos sociais revelariam que a consciência estaria relacionada com as contradições das condições da vida material de grupos antagônicos, ou classes sociais⁴. Assim, uma forma que pode fornecer elementos para a compreensão de ideias e representações entre grupos sociais distintos que compõem uma sociedade. O que Marx chamaria de consciências de classe (MARX; ENGELS, 2006).

A dimensão de Marx sobre a maneira como as representações são incorporadas pelos indivíduos enquanto integrantes de classes sociais distintas - por vezes ditas antagônicas e divergentes sob a ótica marxista -, pode resultar em concepções de uma mecanicidade, refletindo em relação a certo determinismo econômico, mas também de uma *práxis*, que explora a relação dialética ou de reciprocidade entre ser social e consciência, a partir de elementos refletidos pelo modo de produção econômica.

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real [...] Os homens são os produtores de suas idéias, de suas representações, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles

² Corrente filosófica desenvolvida por Georg Wilhelm Friedrich Hegel. O hegelianismo desenvolvido no século 18 se apoia na racionalidade capaz de assimilar a realidade numa unidade sistêmica.

³ Na concepção marxista a ideologia está relacionada a uma noção crítica de um conjunto sistemático de ideias que orientam a posição a qual o indivíduo está inserido enquanto ser social.

⁴ No marxismo essa categoria está relacionada com a inserção dos indivíduos em grupos sociais distintos e antagônicos, principalmente, orientado pela sua relação com o modo de produção econômico.

correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações (MARX; ENGELS, 2006, p. 51).

A questão envolvendo a ideologia fornece um modo de explicação que está associado também à questão das representações. Podendo conceber a reciprocidade da relação entre ser social e consciência, essas noções marxistas expõem reflexões sobre os grupos sociais e suas contradições e em relação ao meio social. As representações também são produzidas, incorporadas e compartilhadas pelos indivíduos através de suas experiências relacionadas ao modo de produção econômica, assim como outras estruturas sociais e instituições onde o campo das ideias contribuem para a formação das consciências sociais.

E, para Marx, as representações e ideias também podem ser divergentes entre indivíduos de um mesmo grupo. A consciência de classe, segundo ele, surge por uma apreensão da realidade social através do modo de produção econômico. Essa concepção é assimilada por um processo reflexivo, de intensa relação recíproca entre o ser social e a consciência. As representações só se tornariam comuns aos indivíduos de um grupo social por meio da consciência de sua posição nas relações no modo de vida material.

O pensamento de Marx, a partir do materialismo histórico⁵, influenciou intensos estudos e teorias ao longo do século XX – assim como outros autores clássicos como Durkheim e Weber. A Escola de Frankfurt surge como uma abordagem relacionada à cultura, em um contexto de produção industrial sob a lógica da modernização e seus efeitos nas relações sociais, no que diz respeito às culturas de massa, comunicação e reprodução em série. Os estudos culturais britânicos também têm como temática a cultura, com conceitos importantes para se compreender as representações, como a noção de identidade.

1.2. Cultura e sistemas de representação

Uma das abordagens culturais ocorre na chamada teoria crítica, também utilizada nos estudos em comunicação. Ao longo do século 20, a noção de representação nas ciências sociais esteve atrelada a noção de ideologia. A Escola de Frankfurt se ateve a uma crítica cultural da sociedade num contexto no qual chamavam de indústria cultural. A perspectiva frankfurtiana estava pautada pelas transformações industriais num momento de forte desenvolvimento do capital no recém período de desenvolvimento da modernidade. A indústria cultural – com obras importantes dos teóricos da escola de Frankfurt Theodor

⁵ Abordagem metodológica de estudos sociais a partir da história e da economia.

Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin, está voltada para o campo da ideologia, onde as práticas sociais são orientadas por elementos do materialismo.⁶

Os chamados Estudos Culturais, que também concentram esforços no campo das representações sociais, abordam a comunicação num contexto de expressão cultural. O surgimento dessa corrente teórica está diretamente ligado ao contexto de pós-guerra, na Inglaterra dos idos de 1960. As mudanças sociais da época aliada a uma guinada por novos valores, foi o cenário das problematizações sobre as relações culturais envolvendo as práticas sociais, transformações culturais e a sociedade contemporânea.

Os estudos culturais têm as representações sociais sob o foco da identidade e da diferença. A identidade é relacional e não depende de algo exterior para existir, a exemplo de identidades distintas. Uma identidade necessita de outra, não necessariamente oposta a ela, mas que tenham elementos que revelem contradições e relações distintas. Mesmo com aspectos de oposição, é preciso que estejam estabelecidas condições para que essas identidades existam. A identidade teria, então, como elemento fundamental a diferença (SILVA, 2000, p.7-8).

No mundo atual vemos cada vez mais lutas por afirmações de identidades. A identidade e a diferença estão ligadas às formas de representações. As identidades e diferenças assim como as representações são categorias em constante construção modificação nos meios sociais, através da disputa simbólica, e não tipos dados, fixos, sem mobilidade e reciprocidade, estão interligados e em relações recíprocas. A construção da identidade é simbólica e social e nos mostram relações de poder nessa troca entre identidade e diferença, como exemplifica Woodward:

[...] os homens tendem a posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência, sendo assim as mulheres são as significantes de uma identidade masculina partilhada. A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares (*in* SILVA, 2000, p.10-11).

A identidade e a diferença passam constantemente por processos que buscam torna-las fixas e estáveis, mas, da mesma forma, intervenções simbólicas de instabilidade e

⁶ Sobre teoria crítica e o conceito de indústria cultural: *Dialética do Esclarecimento*. ADORNO, T.W. HORKHEIMER, M. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

deslegitimação no âmbito social. São categorias que estão associadas às definições, hierarquias, e em disputas nas relações de poder no meio social, passando por períodos de estabilidade ou perda de espaço do ponto de vista simbólico e social.

As representações são fundantes tanto da identidade individual como da identidade coletiva. E, muitas vezes, a mídia pode sugerir uma identidade particular a um indivíduo que, através desta, passa a buscar uma inserção em uma coletividade. Nos estudos culturais, as vivências podem se tornar conflitantes para as identidades sociais (HALL, 2000).

As reflexões sobre representações nos estudos culturais estão voltadas para a questão da identidade. Para tanto, a diferença é um elemento fundamental para compreender os processos de exclusão que envolvem grupos identitários. Nesse sentido, a representação social é um princípio para a formação da identidade, seja ela individual – como observamos nos na representação no campo da psicologia social - ou coletiva. E a identidade está presente na interação para a formação de grupos. No contexto de mudanças de paradigmas, manifestar as diferenças é base para ações por reivindicações sociais.

Para Stuart Hall, “o significado não está no objeto, nem na pessoa, nem na coisa, nem mesmo na palavra. Somos nós que estabelecemos o significado de forma tão determinada que, em seguida, ele vem parecer natural ou inevitável” (SANTI; SANTI, 2008, p.05). Hall chama de “circuito da cultura” o processo de produção e circulação de significados e encontra na representação um papel destacado. Ele exemplifica dizendo que “interpretamos o mundo de maneira aproximadamente igual, podemos construir uma cultura compartilhada de sentidos e portanto construir um mundo social que habitamos conjuntamente” (HALL, 1997, p.04). Para compreender esse papel, ele analisa dois tipos de manifestação das representações: uma em que esse processo está ligado aos sistemas de representações mentais que possuímos; e outra em que a linguagem proporciona um sistema de intercâmbio de significados, onde as representações são partilhadas.

Representación es la producción de sentido e de los conceptos en nossas mentes mediante el lenguaje. Es el vínculo entre los conceptos y el lenguaje que nos capacita para referirnos, sea al mundo “real” de los objetos, gentes o evento, o auna los mundos imaginários de los objetos, gente o evento (HALL, 1997, p.04).

Stuart Hall cita três correntes teóricas de abordagem nos estudos de representação: a reflexiva, a intencional e a construcionista. A primeira, ligada a semiótica, reflete sobre a representação ideal da realidade através dos significados. A intencional encontra no sujeito a

imposição do significado através da linguagem. Na última, os significados são construídos e compartilhados através dos sistemas de representação, que encontram nas mudanças sociais elementos de interação para mudanças de concepções. Hall vê potencialidades na abordagem construcionista para ajustes sobre a percepção acerca dos sistemas de representação.⁷

Importante frisar que, os estudos culturais não têm o mundo material como produtores dos significados. A linguagem é que determina as significações e encontra nos sistemas de representação as possibilidades no campo simbólico. Hall vê como prioridade desvendar o funcionamento desses processos. Portanto, a nossa análise se voltará ao campo simbólico, onde as representações se constituem. Não temos a pretensão de apreender a realidade através da mídia ou tomar como ideal as representações observadas na produção jornalística.

A todo momento estamos afirmando nossa identidade. São vários papéis em diferentes contextos da vida social. O acolhimento do sujeito em determinado grupo se dá pelos ajustes entre identidade e diferença. No caso da mídia, essa relação, muitas vezes é determinante. O sujeito é sempre retratado pela sua ocupação – seja ela profissional - mais permanente - ou ocasional - numa tentativa de delimitar como o indivíduo está inserido no contexto do acontecimento. A identidade está logo no título da notícia: “O médico...”, “O gari...”, “O paciente...”, “O criminoso...”, “A vítima...”, etc. Com sugere Woodward:

"[...] a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular - o adolescente 'esperto', o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero. Em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades como, por exemplo, o “novo homem” das décadas de 1980 e de 1990, identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso (WOODWARD, 2000, p. 17-18).

Somos representados por identidades, muitas vezes, temporárias. Podemos fazer referência a essa característica no plano discursivo midiático. Para os estudos culturais, as práticas discursivas vão criando identidades também no sentido de oposição. A polarização

⁷ Stuart Hall tem como referência o linguista Ferdinand de Saussure e sua concepção semiótica sobre significante e significado. Esses elementos constituem a representação sobre as coisas. Ver SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Tradução Antônio Chelini. 25a edição. São Paulo: Cultrix, 1996.

também pode ter um efeito de complementaridade. Sendo assim, para exemplificar, não existiria o bem sem o mal, o feio sem o bonito. O campo opositivo é algo que se configura quando o assunto é identidade. (GOMES, 2006. p.2)

No contexto jornalístico, mesmo que de forma temporária, os indivíduos e os grupos são representados de formas que acabam por revelar uma identidade com relação ao acontecimento retratado. "As identidades são pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós", como se refere Stuart Hall (2000, p.112).

Temos como entendimento que a prática discursiva encontra no conceito de representação uma centralidade. A produção e intercâmbio entre significados é central para a concepção dos estudos culturais sobre a representação. Certa medida, algo próximo das trocas simbólicas em Bourdieu. Para Hall (SANTI; SANTI, 2008, p.02), a linguagem atribui sentido às coisas. Para que esses significados sejam compartilhados, é preciso uma linguagem em comum, o que funciona sobre o sistema de representação.

A mídia utiliza desse recurso de forma constante, qualificando o sujeito, os grupos, os colocando em oposição, realçando as similaridades e as diferenças. Esse processo culmina na criação de um imaginário. Essa estrutura discursiva acaba por encontrar efeitos no campo das representações. O campo midiático é um dos segmentos da vida social onde se reproduzem os valores, as crenças, os discursos, ou seja, onde cria-se o imaginário, aparecem identidades, como recursos para a apreensão do objeto noticiado.

Isso não significa que o público (leitor, ouvinte, usuário da internet etc.) apenas consuma os conteúdos midiáticos tomando aquilo como verdade absoluta ou algo muito próximo da realidade. O parâmetro sobre determinado assunto será resultado de uma interação entre seus próprios valores, crenças, grupos aos quais está inserido, e aquilo apropriado da mídia. O interesse maior deste trabalho é a difusão de notícias, como a produção jornalística representa o tema tratado nesta pesquisa e como se apresentam as representações sociais a partir disso.

Elias e Scotson (2000) utilizam o termo *outsiders* para designar os indivíduos ou grupos que não se encaixam no sistema normativo-padrão do meio em que vivem ou estabelecem relações sociais. Seus valores e hábitos são colocados em questão e sofrem um rebaixamento numa espécie de hierarquia da sociedade a qual estão inseridos. Os indivíduos ou grupos dominantes são definidos como estabelecidos. Eles estariam situados, de certa maneira, no interior ou núcleo das relações culturais, enquanto que os *outsiders* fariam parte

da margem dessa fronteira da cultura em questão. Essa pequena descrição sobre a observação de Elias de como se estabelecem estereótipos entre indivíduos e grupos nos dá a dimensão de como as representações são elementos fundamentais para as relações sociais entre grupos.

Na abordagem sobre produção midiática no campo dos sistemas de representação, devemos estar atento a diversos fatores a serem observados como importantes para a construção e partilha dos significados. Existem várias concepções acerca dos grupos sociais, como o autoconhecimento do próprio grupo, a visão midiática o imaginário social, dentre outras perspectivas que dialogam e se conflitam, refletindo em novos conhecimentos, que podem sofrer mudanças a partir dessa interação. Mesmo que entre concepções haja similaridades, as representações estão em constante mudança e as identidades de grupo são distintas sobre várias perspectivas, seja do próprio indivíduo, do grupo ou da visão oposta da identidade de ambos.

Nesse contexto, *a priori*, numa visão superficial sobre determinado assunto podemos tomar como pré-concepções algumas noções sobre sujeitos e grupos. Os chamados estereótipos são representações. Eles fazem parte do simbólico. Os símbolos têm poder. A luta simbólica se dá também através das representações. Os estereótipos podem assumir funções para colocar em oposição, comparação, deslegitimar ou reduzir conceitos, sujeitos ou grupos a uma significância simplista, resumindo em poucos atributos o objeto em questão:

Os estereótipos constituem “o lugar de um superávit ilícito de significado” (Jameson 1994: 33-34); a abstração em virtude da qual minha individualidade é alegorizada e transformada em ilustração abusiva de outra coisa, algo não concreto e não individual. Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, os insiders e os outsiders, Nós e Eles. Tonificam a auto-estima e facilitam a união de todos “nós” que somos normais, em uma “comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expelem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente (FREIRE FILHO; HERSCHMANN; PAIVA. 2004, p.04)

No âmbito da notícia, os estereótipos podem aparecer de maneira mais efusiva nas falas de entrevistados, revelando pré-conceitos e/ou uma tentativa de deslegitimar o outro. O jornalismo tende a um princípio da imparcialidade, mas objetivamente essa lógica da neutralidade é abstrata e o debate sobre esse tema é extenso ao longo dos estudos em comunicação. O jornalista, como sujeito produtor de informação, também está imbuído de

noções de ética, valores e crenças próprias, articulando essas com a chamada linha editorial⁸ e todas as representações assimiladas durante entrevistas, análise documental entre outros elementos da produção midiática.

O recorte jornalístico, as escolhas das personagens, das falas, a escolha da manchete, o tamanho e o enfoque da fotografia entre outros elementos contidos em uma notícia, podem revelar a linha editorial de uma empresa jornalística. Isso faz parte do processo de seleção e produção da informação. Vários fatores podem influenciar como se dá essa sistematização: o número de profissionais e a estrutura de uma redação, a disponibilidade para encontrar as fontes, o distanciamento ou proximidade do objeto da notícia ou até mesmo a origem dos recursos (público ou privado) para financiar a produção de um conteúdo midiático.

No tópico que segue, será apresentada a noção de *habitus* jornalístico, termo sugerido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para designar como a lógica da reprodução está ligada ao condicionamento, num processo mecânico oriundo das subjetividades assimiladas ao longo da constituição do indivíduo enquanto sujeito, membro de um grupo e sua relação com o meio social no campo simbólico.

1.3. O *habitus* jornalístico

Em seu livro “Sobre a Televisão”, Bourdieu (1974, p.25) explica que “os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Isso acontece a partir das ideologias, interesses sobre o fato, o lugar de onde se fala entre outras estruturas que determinam de forma inconsciente como a mídia enxerga o fato e sua relação com o “outro”, expresso por grupos sociais. Ou seja, estes óculos especiais são a constituição de um *habitus* específico do campo jornalístico. Portanto, na produção jornalística não está em jogo apenas a percepção subjetiva do jornalista, mas uma forma estruturada e estruturante de perceber o mundo pelas lentes de um *habitus*, ou seja, um universo específico de conhecimento, constituído pela interação entre a visão de mundo do indivíduo, as representações dos grupos aos quais ele se relaciona, a linha editorial da empresa dentre outros aspectos.

Bourdieu tenta compreender como se dá a ordenação e estruturação do mundo social, sem excluir nenhuma das concepções, seja objetivista ou subjetivista. As práticas não

⁸ Linha editorial é a política das empresas de comunicação, orientada por um conjunto de valores e paradigmas próprios, que orienta a prática jornalística.

estariam orientadas somente pelo caráter determinante e mecânico de forças externas das estruturas ou só pelos aspectos autônomos e conscientes das ações dos sujeitos. Desta maneira, surge em sua teoria o conceito de *habitus*, que seria um sistema de lógicas das quais dispõem as estruturas, de forma durável e mutável, relacionando com processos estruturantes desses sistemas que operam nos meios sociais e em variáveis campos:

O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na ideia de que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação: é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983, p.105).

Habitus seria uma mediação entre o objetivo e o subjetivo. Bourdieu não vê o funcionamento do contexto social como algo mecânico. Essas estruturas e suas estruturações estariam também condicionadas por aspectos sociais resultantes da correlação de forças simbólicas, que resultam em campos sociais, posições sociais, e estruturas que estão diretamente ligadas a forma como as práticas sociais se dão no meio coletivo (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004). A noção de *habitus*, são “disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer encarnadas no corpo” (BOURDIEU, 1983, p.24). Esses esquemas, de percepção, de pensamento e de ação, garantem subsídios para o agente, por meio do compartilhamento de representações afins. O *habitus* é um conjunto estruturante, que, ao contrário da lógica objetivista, não exerceria uma força mecanicamente que condicionasse o *modus operandi* do sujeito, mas “seria formado por um sistema de disposições gerais que precisariam ser adaptadas pelo sujeito a cada conjuntura específica de ação” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p25).

Essa correlação passa a dimensionar o indivíduo em relação a organização social e a maneira como ele interage com os espaços sociais. Ao passo em que essas estruturas agem no modo de atuação do sujeito e as ações sociais interagem as estruturas, as representações passam a ser um elemento fundamental nas relações sociais e processos de comunicação. Essas também não estão condicionadas ao objetivismo, mas são oriundas de estruturas externas e internas e plenitude de convergências e transformações que derivem da experiência de vida, posição social e a agência das forças externas mecânicas da organização social. Essa

relação entre ação e estrutura é o que Giddens (1991) mostra em um processo de despolarização. O sujeito é constituinte da estrutura e a estrutura também se transforma pelas atividades dos agentes. É o que ele chama de dualidade. Diferente do dualismo que pressupõem uma relação de poder e força, abdicando de abordagens que determinem a primazia da estrutura sobre a ação ou vice versa. Essa relação de dualidade revela as transformações pelas quais as ações se orientam e as estruturas perpassam, apontando a complexidade das relações no meio social.

Quando pensamos no jornalismo enquanto campo, devemos pensar também uma certa autonomia do jornalista. Imbuído de valores e crenças próprias, os critérios de seleção dos fatos e enfoques pode perpassar pela consciência individual do profissional articulada no conjunto de ideias que a empresa de comunicação, enquanto uma instituição também com valores e linha editorial estabelecidos. Essa articulação entre campo e *habitus* em Bourdieu e dualidade entre ação e estrutura nos mostra uma relação de reciprocidade entre a atividade do jornalista e a linha editorial da estrutura empresarial.

Norbert Elias (1994b) ao estudar a evolução das sociedades ocidentais, observando a evolução dos costumes e da moral, e superar a dicotomia entre o agir e a estrutura também contribui de maneira significativa para pensarmos as representações dos vários fenômenos que permeiam a vida cotidiana nas sociedades contemporâneas. Suas impressões sobre a relação entre linguagem e conhecimento se tornam essenciais para a compressão do *habitus*. Para ele, esse conceito social está interligado com as relações econômicas e, ao analisar a sociedade de corte, ele vê uma gênese importante do *habitus*. A ascensão da etiqueta na nobreza significa a internalização de um *modus operandi* relacionado a estruturas permanentes, que serviam para diferenciar o nobre de classes subalternas.

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS, 1994a, p.150)

O autocontrole, derivado do controle de ações que, na sociedade moderna, se tornariam espécies de tabus, são exemplos do processo civilizador que explicitam a importância dessas estruturas para a compreensão do meio social e sua trajetória. O estabelecimento do *habitus* na modernidade seria a expressão da subjetividade que incorre no

meio material. Esse processo com características de, o que Elias chama de Psicologia Histórica, têm um caráter mais permanente. É claro que a vida social é dinâmica e as mudanças, principalmente associada aos avanços tecnológicos, mas o *habitus* são estruturas que permanecem em razão da dominação histórica e mudanças dependeriam do processo de disputas históricas entre classes (ELIAS, 2001).

A noção desse conceito em Elias se diferenciaria de Bourdieu no sentido em que o alemão entendia que os padrões de comportamento, com o passar do tempo, deixaria de ser consciente, ao observar mudanças estruturais de comportamento. Bourdieu entende que o *habitus* é incorporado ao indivíduo devido a sua trajetória em campos diversos do meio social. Elias está preocupado com o processo histórico e a relação entre momentos históricos e seus efeitos na estrutura social, relacionada com o processo civilizador e os padrões de comportamento.

O conceito de *habitus* se torna central, ao ponto em que revela que o subjetivismo não é preponderante ao sugerir uma autonomia consciente e arbitrária que vai de encontro até mesmo a estruturas seculares; mas ao mesmo tempo rejeita o caráter inflexível dessas estruturas externas, como se fossem independentes do agir dos sujeitos e desconsidera suas trajetórias históricas e os meios aos quais estão inseridos, como campo ou capital do qual compõe o processo de assimilação da realidade social e posição em relação ao grupo ou classe em que está inserido. Bourdieu (1997) acredita que a construção de sentidos está relacionada com a apreensão dos bens simbólicos. As representações têm relação com o uso desses bens simbólicos, que orientam as visões de mundo, juízos de valor e valoração dos fatos, das pessoas e dos grupos sociais. O poder simbólico consegue criar significações e transformá-las em consensos, ou seja, legitimá-las. Os símbolos são caracterizados como instrumentos de integração social. Eles reproduzem a ordem social estabelecida

O teórico se situa entre perspectivas. As de que a dominação está ligada às construções simbólicas de dominação ideológicas, com intenção de forjar uma realidade, e a perspectiva idealista que negam esse papel do simbolismo na interação por uma transformação e inserção no campo das lutas pelo poder simbólico. Este último modo de visão social orgânico refuta o caráter de processos de representações que resultam de variáveis diversas, na conjuntura entre estruturas permanentes e construídas pelo capital simbólico dos grupos sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004).

O conceito de campo, segundo Bourdieu, configura-se em espaços onde os bens simbólicos são produzidos e reproduzidos, gerando processos comunicacionais ou de práticas

sociais que são utilizados como capitais simbólicos para a legitimação de concepções de mundo e representações, a partir de processos cognitivos. A circulação desses bens simbólicos tem relação com o processo de autonomia desses campos, estruturando ações e transformações em níveis de contextos peculiares e realidades sociais diversas.

Na concepção bourdieuniana, isso acontece devido a cada espaço da vida social ou prática social funcionar de forma autônoma. A noção de campo social diz respeito aos diferentes espaços sociais. Em cada campo existe uma estrutura própria e uma relativa autonomia em relação a outros campos. Eles se organizam a partir de objetivos específicos e possuem uma lógica própria estruturada que orienta as relações entre os agentes que fazem parte desse universo em comum. No interior de cada campo existem relações, que se definem de forma objetiva, independente da consciência humana. São independentes da consciência humana – e aqui é Durkheim quem influencia o pensamento de Bourdieu – porque estão inseridos em uma estrutura e em práticas consolidadas.

A estrutura objetiva de cada campo é formada por vários elementos como a hierarquização de posições, tradições, história e demais instituições. Os agentes desse campo adquirem um corpo de disposições, que são mecanismos que permitem que os indivíduos desenvolvam ações de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura. Estamos falando do *habitus*. O *habitus* atua como uma força reguladora da ordem social de cada campo. Trata-se de um sistema de disposições duráveis e socialmente construídas. Ao incorporar essas disposições, um agente ou um conjunto de agentes são orientados pelo *habitus*, dando significado à suas ações e suas representações.

Em seus estudos sobre sociedades contemporâneas, o autor identifica que, quanto maior a expansão desses espaços sociais, acontece o processo de divisão social do trabalho, acompanhado por esses processos de autonomia dos campos. A luta social se dá no poder simbólico, na busca por legitimação e dominação social. Esse processo é hierarquizado e sofre transformações constantes pela ação dos indivíduos e dos indivíduos enquanto grupo social.

O conceito de *habitus* permite, assim, a Bourdieu sustentar a existência de uma estrutura objetiva, baseada em múltiplas relações de luta e dominação entre grupos e classes sociais – das quais os sujeitos participam e para cuja perpetuação colaboram através de suas ações cotidianas, sem que tenham plena consciência disso – sem necessitar sustentar a existência de qualquer teologismo ou finalismo consciente de natureza individual ou coletiva (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p26).

Podemos evidenciar o caráter subjetivo da lógica do *habitus*. Os agentes agem de acordo com as estruturas do *habitus* e de forma inconsciente dão andamento à vida social com ações cotidianas sem, necessariamente, ter consciência da lógica dos processos estruturantes. As relações de poder estão estabelecidas pela troca e luta no campo simbólico. A construção do *habitus* está calcada em valores culturais e identitários dos indivíduos. O *habitus* constitui-se em representações oriundas do tempo histórico, experiências práticas e subjetivas das estruturas sociais e a relação constante dessas com os agentes. Seria uma maneira de conciliar os pressupostos externos e as características individuais, numa reciprocidade constante entre sujeitos e instituições. As práticas, os discursos e as representações são postas em prática orientando-se pelas conjunturas específicas de cada campo, dos espaços sociais, com atenuantes individuais e coletivas.

Existe uma relação dialética entre *habitus* e campo. Essa interdependência é geradora de ajustamentos e desajustamentos, sob variadas formas oriundas dos processos de estruturação e estruturantes, numa lógica que une preceitos objetivos e subjetivos da organização social. Ambos são sistemas constituídos constantemente através do simbolismo resultante da história dos agentes e das instituições.

Portanto, pode-se compreender a atividade jornalística em consonância com a noção de poder simbólico, campo e *habitus* de Bourdieu. Um campo social definido é orientado pelo conjunto de disposições que orientam e dão significados às ações e às representações que a mídia reproduz e também constrói no imaginário do público receptor. Mesmo de forma inconsciente, existe um conjunto de fatores que implicam na produção da informação, ou seja, das trocas simbólicas. O campo da mídia e/ou do jornalismo é o que interage para o desenvolvimento do *habitus* do jornalista.

1.4. Alguns conceitos de teorias da comunicação

Algumas das principais teorias da comunicação começam a ganhar corpo entre o final da década de 60 e início dos anos 70, associada ou derivadas de outras disciplinas, como a sociologia, filosofia e a psicologia. Na Alemanha, como já citamos, a Teoria Crítica tem análises contundentes a partir da Escola de Frankfurt. Bourdieu é um dos importantes autores que podemos associar a escola francesa de estudos da mídia. Já Umberto Eco⁹ é um filósofo italiano com estudos linguísticos dos processos comunicacionais bastante expressivos. E o

⁹ Ver ECO, Umberto. Integrados e apocalípticos. São Paulo: Editora Perspectiva. 2008.

empirismo americano inspira os estudos midiáticos, com ênfase na publicidade. Essas teorias e hipóteses abrem caminho para o desenvolvimento de análises sobre os processos comunicacionais (HOHLFELDT, 1997).

Os americanos Maxwell McCombs e Donald L. Shaw¹⁰ são tidos como fundadores da *Agenda Setting* ou Hipótese de Agendamento, segundo a qual a mídia exerce forte influência sobre a opinião pública. Os estudos deles, nos idos de 70, abordaram a escolha de eleitores indecisos sobre a corrida presidencial, mostrando que a mídia exerceu forte influência sobre as opções desse público. Até mesmo os candidatos pautavam seus programas em temas abordados pelas empresas de comunicação. É claro que essa noção passou por reformulações e novos estudos foram aplicados no sentido funcionalista de compreender o poderio midiático sobre a audiência (COLLING, 2001).

A hipótese da agenda-setting não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir. [...]. A asserção fundamental da agenda-setting é que a compreensão das pessoas em relação à grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa. (SHAW in WOLF, 2005, p.143).

Autores como Harold Lasswell¹¹, cientista político da Escola de Chicago foi um dos que seguiu essa corrente “estímulo/resposta”. Mais tarde, nos idos de 40, Paul Lazarsfeld¹² argumentaria que os efeitos dos meios de comunicação são limitados. Ele explica que o receptor já tem uma predisposição às escolhas, por ter valores pré-definidos. A mídia somente influiria para consolidar certas posições e opiniões. Há certa discordância sobre se a hipótese do agendamento de McCombs e L. Shaw surge em contraposição aos efeitos limitados em Lazarsfeld ou se contribuem com essa visão:

Quando o conceito de agenda setting foi exposto pela primeira vez pelos dois pesquisadores americanos, a teoria dos efeitos limita dos, em grande parte impulsionada por Lazarsfeld, dominava os estudos de comunicação nos princípios dos anos 60. Ainda hoje, alguns pesquisadores discutem se o agenda setting se contrapõe aos efeitos limita dos ou os reafirma. Traquina (1995, p.189), por exemplo, defende que as hipóteses do estabelecimento da agenda surgem para se contrapor à teoria dos efeitos limitados, mas o

¹⁰ Ver McCOMBS, Maxwell E. and SHAW, Donald L. “The agenda setting function of mass media”. In: Public Opinion Quarterly, Vol. 36, Número 2, Summer 1972, p. 176 a 187.

¹¹ Ver LASSWELL, Harold. “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”. In: COHN, Gabriel (org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional, 1971, p. 105 a 117.

¹² Ver LAZARSFELD, Paul e MERTON, Robert. “Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada”. In: COHN, Gabriel (org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional, 1971, p. 230 a 253.

próprio Mc Combs (1996, p.20) enfatiza que as suas pesquisas atestam que os efeitos são limitados. Para comprovar a sua posição, cita o que considera “o melhor dos trabalhos de campo acerca da influência do estabelecimento de uma agenda-setting nos meios informativos”, referindo-se ao trabalho de Brosius e Kepplinger (1990) (COLLING, 2001, p.90).

Já para Traquina (1995) os estudos de hipótese de agendamento reforçam o poderio midiático no processo de construção de uma opinião pública. A *agenda setting* seria um meio de atestar os efeitos dos textos informativos no campo de pesquisas de opinião, principalmente voltadas ao meio eleitoral, uma ferramenta tecnológica de contestação aos efeitos limitados. Outros autores, como McLuhan criam uma vertente teórica de análises dos meios de comunicação e a informação midiática e seus impactos na organização social, como avanços tecnológicos e transformações no mercado.

Todas essas noções sobre o agendamento convergem para o desenvolvimento da consolidação de aportes teóricos para esse tipo de análise, apesar das distintas formas de abordagem e perspectivas sobre os efeitos dos meios de comunicação. Os efeitos limitados ou a visão de uma massiva influência sobre a opinião pública, a verdade é que a mídia pauta seu público, mas também aborda questões que nascem das demandas sociais coletivas. Os estudos de agendamento proporcionam eixos diferentes para pensar os efeitos de um texto informativo. Cada veículo de comunicação possui uma linha editorial calcada em uma visão social e trajetória histórica e isso é um elemento diretamente ligado às abordagens de tal empresa. Mas o público também é dotado de valores e conceitos internalizados. O interesse do receptor também pode levá-lo a consumir a informação de determinado ponto de vista de um jornal, TV, rádio, site entre outros meios, que somente irá cristalizar sua visão acerca dos fatos sociais.

Colling (2001) nos mostra um conceito herdeiro da hipótese de agendamento: o *framing* ou enquadramento. Dentre as principais preocupações da *agenda setting* estão a construção e os efeitos do agendamento na opinião pública, a relação entre agendamento e os seus efeitos na agenda política. Até mesmo representantes políticos baseiam suas ações pela agenda de informações midiáticas. O enquadramento já surge como uma perspectiva que sugere que os meios de comunicação teriam certo poder de até mesmo de tentar nos direcionar sobre como pensar e qual aspectos dos fatos seriam mais importante sobre os temas agendados, isto é com uma espécie de hierarquização e valoração dos acontecimentos:

[...] “foi virado do avesso porque novas investigações, explorando as conseqüências do agenda-setting e do enquadramento, sugerem que os media

não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar” (TRAQUINA, 1995, p. 204 e 205 *apud* COLLING, 2001, p.94).

O *framing* nos traz os fatos selecionados sob uma determinada perspectiva, sugerindo um diagnóstico, as causas, problematizações e resolução para apreender os assuntos agendados. O enquadramento pode ser identificado pela inserção de termos, imagens, ideias de maneira repetitiva, como reafirmação de um ponto de vista. Mas Colling (2001, p.95-96) alerta que o frame não é recebido passivamente pelo público, que daquela agenda retira seus significados, convergindo ou não com o viés apresentado pela informação. Há também uma relação de poder entre informações que sejam opostas. O frame dominante tende a penetrar na opinião pública e, de certa forma, obscurecendo pontos de vista divergentes.

Nos anos 70, a cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann¹³ passa a se dedicar a análises sobre a opinião pública. Não só pautar e enquadrar os fatos ao receptor, como a hipótese de agendamento sugeria, mas o que pensar e reproduzir seriam apontados por ela como efeitos da mídia. Inúmeras pesquisas foram realizadas pela autora no sentido de compreender as mudanças de opinião e relações com a produção dos meios de comunicação ao longo do tempo (HOHLFELDT, 1998).

A pesquisadora também utiliza do conceito de seleção perceptiva, o qual anularia a ideia de controle da mídia através do agendamento. O público seleciona os fatos no processo de recepção e também utiliza a informação para configurar escolhas e opiniões. Noelle-Neumann reconhece esse efeito, mas acreditava que esse processo de seleção perceptiva se tornava cada vez mais restrito, pelo esforço repetitivo da mídia, acumulando uma concentração da informação. Ou seja, a teórica apresenta a mídia de um ponto de vista dominante e a informação é o meio se chegar a esse patamar de influência na opinião pública.

A sociabilidade é outro tema abordado por Elisabeth para explicar a Espiral do Silêncio, conceito central de sua obra. O indivíduo necessita integrar o meio social em constante interação. Segundo, a opinião pública é dos principais fatores que fazem parte dessas relações sociais. Para ela, as pessoas passam a omitir suas percepções e a aceitar as noções dominantes para não passar por uma espécie de isolamento social. Esse processo seria cíclico e progressivo, por isso a noção de espiral do silêncio. Desta maneira, a mídia exerceria um papel significativo para a reprodução de uma realidade social dominante através do

¹³ Ver NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The spiral of silence: public opinion - our social skin. University of Chicago Press, 1993.

processo de comunicação, num esforço repetitivo de reforçar noções e conceitos que se sobreponha a uma visão que expresse contradições.

A mídia já não é tão hegemônica como em outros tempos. Movimentos contrários a essa hegemonia produzem outros sentidos para compreensão da realidade. Essas visões de mundo passam a ser difundidas mais facilmente por meio de novas tecnologias de mídia. Mas ainda assim encontramos veículos de comunicação tradicionais, com inserção em determinadas populações, sejam elas nacionais, regionais ou locais. As pessoas se informam por diferentes meios e esses conhecimentos são incorporados ou não de acordo com sua consciência própria, seus valores, suas crenças e racionalidade.

Até um passado recente os veículos tradicionais eram praticamente soberanos em pautar um tema, selecionar as fontes, o enquadramento (GOFFMAN, 2006), dar ou não “vida” ao acontecimento, tornando-o público via noticiário, ou relegando-o ao desconhecimento, simplesmente ignorando-o (RUBLESKI, 2001, p.50).

Com o advento das redes sociais digitais cada vez mais inovadoras e dinâmicas, a maneira tradicional de fazer jornalismo se modificou ao ponto em que novas necessidades de produção, divulgação, agendamento se apresentam. Hoje, as redes sociais acabam por agendar assuntos, trazer novas formas de publicização da notícia, participação do receptor entre outros aspetos novos. Portanto, as representações circundam os vários elementos que compõem as estruturas sociais, campos e consciências – em constante trocas recíprocas com elementos como ideologias, identidades e *habitus*. As ideias partem da linguagem numa relação de poder simbólica que se difundem no meio social – instituições, grupos e indivíduos.

CAPÍTULO 2

DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS E TRAJETÓRIAS DOS JORNAIS

Além de buscar respaldo em teorias e conceitos que nos ajude a compreender a produção midiática e as representações oriundas do processo de comunicação, devemos compreender o tema abordado pelos jornais que farão parte de nossa análise. A trajetória histórica dos meios de comunicação, objeto de nossa pesquisa, também nos ajudará a entender as linhas editoriais e, em decorrência disso, as escolhas por enfoques, discursos, termos, imagens entre outros processos de seleção da produção jornalística. Para tanto, tentaremos discorrer brevemente sobre a formação da estrutura fundiária no MS e a origem dos conflitos agrários entre índios e não-índios. O surgimento e desenvolvimento de *O Progresso* e do *Diário MS* como empresas de comunicação serão apresentados, a partir de alguns relatos bibliográficos.

A abordagem midiática e agendamento chama a atenção e faz suscitar de que maneira as informações sobre o conflito entre indígenas e fazendeiros são apresentados ao público leitor. Ou, mais precisamente, como a imprensa local trata questões importantes que estão próximas a realidade que a cerca, como o caso conflitos agrários no sul do Estado. Escolhemos *O Progresso* e o *Diário MS* porque figuram entre os maiores jornais impressos do Estado e possuem um longo alcance, na grande maioria dos municípios do MS.

As matérias veiculadas pela mídia sobre o conflito entre indígenas e fazendeiros perpassam por esses personagens, que acabam por fomentar o debate sobre o impasse fundiário, além dos aspectos econômico, social, cultural político etc. A nossa preocupação está em tentar correlacionar os discursos, os acontecimentos citados, os personagens envolvidos, práticas entre outras objetividades e subjetividades contidas na construção das notícias com elementos históricos e políticos para tentar compreender as representações que possam surgir desse conjunto de fatores relacionados aos fatos e a produção da notícia.

A mídia é um dos meios sociais fundamentais na modernidade, por meio dos quais temos subsídios que também contribuem para a constituição de nossa concepção de mundo. A leitura acerca das realidades, as práticas, os discursos, a compreensão dos assuntos da vida

cotidiana, ou seja, todos os fatores que levam a composição de uma visão de mundo, são produtos dos processos de comunicação que podem ser oriundos das interações sociais entre agentes e instituições sociais, como a família, a escola e a própria mídia, por exemplo. Os meios de comunicação de massa são instrumentos imprescindíveis para a vida social. A mídia é conhecida como o quarto poder e tem papel importante nas democracias modernas. Esse papel social também é algo bastante debatido na atualidade, envolvendo conceitos como imprensa livre, liberdade de expressão, cidadania, direitos entre implicações no mundo social.

Uma pauta constante dentre as demandas de grupos sociais marginalizados é a questão midiática. A mídia hegemônica nem sempre satisfaz as necessidades sociais e políticas dessas minorias, no sentido de visibilidade e atenção junto aos poder político e reconhecimento social. Uma das preocupações é a constante invisibilidade desses grupos. Quando são noticiados, são retratados de forma negativa. Todas essas constatações geram preocupações sobre as representações sociais na mídia. Trazendo para o contexto local, pretende-se assimilar de que maneira essas representações se estruturam, a partir da história, dos personagens envolvidos, dos preceitos jurídicos, dos aspectos econômicos e sociais oriundos desse conflito entre grupos sociais distintos.

Pretende-se conhecer melhor a história dos veículos de comunicação, tentando relacionar com alguns acontecimentos ou aspectos sociopolíticos e econômicos da porção sul do Estado, onde os fatos ocorrem e onde estão inseridos os jornais. A linha editorial - que seria uma espécie de orientação ideológica, explícita de forma mais veemente nos editoriais - também pode fornecer elementos para compreender a produção de sentido, construção argumentativa dentre outros aspectos da notícia. Os discursos e práticas de movimentos indígenas e de fazendeiros, entidades de classe e órgãos governamentais também dão dimensão às representações oriundas das diversas abordagens sobre o tema.

Esse histórico pode nos disponibilizar caminhos para interpretar a estruturação das representações sociais das notícias. *O Progresso* é um periódico mais antigo, com 65 anos de fundação, fundado por políticos e famílias tradicionais de Dourados. Já *O Diário MS* é uma empresa jornalística que surgiu no início dos anos 90, a partir da fusão de três semanários. Foi um diário que buscou penetração na região para estabelecer concorrência e atingiu quase todo o interior do Estado e poucos anos.

A comunicação empresarial, a mídia alternativa, as assessorias entre outros meios de veiculação de informação são diferentes âmbitos e se estruturam de maneiras distintas. As considerações sobre o objeto pretendem compreender como se estruturam as representações

sobre o tema a partir do conceito de notícia¹⁴. A mídia sempre foi e se torna cada vez mais um espaço importante para a reflexão sobre assuntos de interesse público. A imprensa oferece subsídios para a produção de sentidos e faz parte do processo de construção argumentativa dos cidadãos acerca dos temas públicos. Os espaços midiáticos também se ocupam e interagem com as relações de poder. Os interesses e demandas de grupos sociais são retratados nas informações veiculadas pela mídia. Vivemos em constante reflexão sobre o papel social da mídia.

Nos próximos tópicos serão apresentados um histórico sobre as demarcações de terras indígenas, para compreender alguns elementos do conflito, e um histórico dos jornais. Essas informações servirão de suporte para se ter certa compreensão da disputa territorial em questão. Tentaremos abordar um pouco do processo de colonização do Estado e trazer elementos importantes para a apreensão da realidade da estrutura fundiária no MS. A trajetória dos jornais, os contextos em que surgiram e se desenvolveram, também pode nos revelar noções sobre o campo do jornalismo e o *habitus* jornalístico, numa referência a Bourdieu, e sob quais panoramas se dá a produção das notícias.

2.1. Demarcações de terras indígenas no MS

O Estado do Mato Grosso do Sul surge no ano de 1977, a partir do desmembramento do então Mato Grosso, em 1977. A chegada dos bandeirantes nessa região fronteiriça do Brasil teria acontecido entre o século 17 e início do século 18. Os bandeirantes encontraram a presença de várias populações indígenas no Estado, como os Guarani, Kaiowá e Terena, proporcionaram os primeiros contatos entre índios e não-índios nesses territórios mais próximos a outros países, como Paraguai e Bolívia. Esse período marcou o início do povoamento de várias localidades na região Centro-Oeste e Norte do país.

No sul do Mato Grosso do Sul, antigo território Paraguaio, os Kaiowá e Guarani sentiram a presença do branco principalmente a partir do final do século XIX, quando começam a ser explorados os ervais de erva mate. Após a chegada das frentes colonizadoras começam as fundações das primeiras reservas indígenas, instituídas na região após a segunda década do século XX. As reservas visavam estabelecer os Kaiowá e Guarani em pequenos territórios que não ofereciam, e continuam a não oferecer, as condições necessárias para a manutenção do modo de vida tradicional, denominado por eles *nanke reko*. Este processo de transferência forçada para as reservas é

¹⁴ Texto informativo de interesse público sobre um fato novo ou desdobramentos sobre acontecimentos divulgadas por meio de veículos, como jornal, revista, televisão, sítio etc.

denominado de territorialização: os indígenas são coagidos a deixarem seus territórios e arbitrariamente são forçados a ocuparem outro espaço que não atende as necessidades físicas e sociais deles (LUTTI, 2009, p.20).

Já no final do século 18, alguns municípios, como Corumbá, hoje no Mato Grosso do Sul, por exemplo, já abrigavam núcleos militares. Essa implementação tinha várias motivações, dentre elas: delimitar território, assegurar domínio político nas faixas de fronteira com poderio militar e se defender de uma possível invasão espanhola - nação que explorava e administrava politicamente os países vizinhos.

Importante salientar as práticas escravistas dos primeiros colonizadores para com os índios nos primeiros contatos. Algumas medidas da Coroa portuguesa também visavam a catequização e civilização dos índios. Uma espécie de política de proteção as populações tradicionais visava estabelecer o poder de Portugal, promovendo o aldeamento de indígenas.

No século 19, a Guerra do Paraguai também implicou em várias mudanças para a região do então Mato Grosso. Um novo território foi delimitado, índios e não-índios estiveram envolvidos com os combates e disputas territoriais. Ao final da guerra no início do século 20, o governo brasileiro tivera uma preocupação maior com a região. Ali seria “terra de ninguém”. Com uma relação que podemos nos ater mais a frente, hoje podemos nos deparar com expressões na mídia retratando o conflito como “MS não vai virar terra de índio”.

No pós Guerra da Tríplice Aliança já se vislumbrava a necessidade do Governo brasileiro em criar um espaço territorial para que os índios pudessem ocupar e, por extensão, não obstassem o povoamento e o desenvolvimento do Sul de Mato Grosso, uma vez que os Guaná (Terena) não aceitaram simplesmente a perda de seus territórios para as fazendas de pecuária que se formavam na região (GARCIA, 2009, p.59).

A preocupação tem a ver com assegurar fronteiras e está ligada ao povoamento da região. O Mato Grosso não teria identificação consistente com as regiões mais desenvolvidas e historicamente colonizadas primeiro. A população seria restrita a populações indígenas e sujeitos de outras nacionalidades, que não reproduziriam a cultura dominante nos grandes centros brasileiros.

É importante assinalar que o processo de ocupação do sul do antigo Mato Grosso por meio das frentes de expansão – iniciado, como foi visto, ainda na primeira metade do século XIX – prosseguiu durante todo o restante desse século e até o início do século XX. Ao longo desse período, contudo, tal processo passou por transformações em função de dois eventos de largas consequências para a região: a abertura do rio Paraguai à navegação

brasileira, ocorrida entre 1856 e 1858, e a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) (QUEIROZ, 2016, p.17).

A chegada das frentes de expansões de regiões como o sul e sudeste, data do início do século 20. A política da criação de uma espécie de “identidade nacional” começa a ser implementada com a exploração de regiões pouco povoadas no território nacional. Essa expansão pôs em evidência a diferença cultural entre índios e não-índios com o contato em aumento gradativo. Vários estudos antropológicos, sociológicos e históricos identificam os primeiros conflitos entre populações indígenas e colonos proprietários de terra dessa fase. Conflitos esses de viés cultural, territorial, econômico e a violência em si. No início do século 20, havia estimativas demográficas de que a população indígena brasileira seria formada por cerca de 1,5 milhões de índios. Já em 1957, o antropólogo Darcy Ribeiro (1972, p.431) estima “um mínimo de sessenta e oito mil e cem e um máximo de noventa e nove mil e setecentos”.

A violência também do ponto de vista da exploração dos índios como mão-de-obra barata nas fazendas produtoras de erva mate, dentre outras monoculturas. Colonos proprietários de terras, agentes administrativos e militares do governo estiveram em contato e conflito permanente com os índios. A resistência indígena e a violência estatal e privada numa relação de conflito fundiário permeiam toda a história dessa região do país. E muita dessa violência sofrida pelos índios eram praticadas pelo próprio Estado.

[...] a violência praticada pelo Estado no século XX era o regime tutelar aplicado aos índios pela força do Código Civil de 1916. Cabia ao Estado a tutela e este fez uso para manter os indígenas cerceados do direito, transformando-os em “infantis”, sem direitos, e as aldeias em “cerco da paz” [...] (BRIGHENTI, 2016, p.110).

Essa dominação, que faz parte de um processo civilizador tem características como a violência física e controle social. O confinamento dos índios afetou a reprodução social e cultural deles, com a supressão de emoções e sentimentos de seu modo de vida. Foi um modelo de ocupação territorial e afirmação de identidade que relegou os índios à supressão de territórios e direitos, assim, podemos perceber que essas características de exclusão foram intensas naquele período.

Sobre o processo civilizador, da mudança civilizadora, sobre a qual Elias trata de uma perspectiva comportamental, de desenvolvimento do modo de ser para um autocontrole que remete a padrões de civilização ao longo das transformações durante o processo de modernização das sociedades ocidentais.

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento (ELIAS, 1994b, p. 198).

A proximidade das reservas indígenas do contexto urbano das cidades também seria uma tentativa de “civilizar” o índio. Todo o ideal composto, por exemplo pelo trabalho, religião e racionalização da vida teria efeito civilizador no contato com o “primitivo”, o “bárbaro”. Como se a sociedade colonizada impusesse sua superioridade sob outras civilizações.

Efetivamente esta região foi uma das últimas a ser concretamente incorporada dentro do aspecto político administrativo do governo brasileiro. No entanto, desde as primeiras incursões que foram desenvolvidas no intuito de explorar essa região, provocou os primeiros conflitos com os povos indígenas que ocupavam este território. Nestas incursões, que marcaram o processo de alargamento das fronteiras nacionais, uma série de episódios trágicos, envolvendo os povos indígenas, tradicionais ocupantes dessa região, deixaram marcas significativas na nova ordem social que vinha se implantando na região (FLORES, 2009, p.25).

No ano de 1910, o governo brasileiro cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que em 1918 passa a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O órgão teve como primeira medida demarcar pequenos territórios, onde grupos familiares indígenas foram fixados para a prática do cultivo de subsistência. Posteriormente, o SPI também articulou o uso da mão-de-obra dos índios para trabalho em fazendas do então Mato Grosso.

Atualmente, vemos o governo estadual como forte aliado dos produtores rurais, em detrimento do avanço de políticas públicas indigenistas. Os dois governadores mais recentes do MS, André Puccinelli (Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB) e Reinaldo Azambuja (Partido da Social-Democracia Brasileira-PSDB), que ambas administrações no Estado ocorrem durante o período recente de embates jurídicos envolvendo Funai e produtos rurais, estão claramente alinhados aos fazendeiros – sendo Azambuja um dos grandes latifundiários do Estado. As políticas agrícolas são prioritárias nas formas de governo recente e, dentro dessas práticas, está a “defesa da propriedade”. Ou seja, do ponto de vista governamental, a demarcação de terras seria uma ameaça à atividade agrícola do Estado.

A ideia de separação do Estado de Mato Grosso começa a ser propagada com a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁵. Nessa época surge a chamada Liga-Sul-Matogrossense, sobre a égide da luta pela autonomia da região sul do MT. Esse movimento perde força, mas a busca pela independência volta à tona nos anos de 1970. Em 74, a ditadura militar cria uma lei complementar assegurando a criação de novos Estados e territórios. Em 11 de outubro de 1977, o General Ernesto Geisel assina a lei que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e Campo Grande é escolhida a capital da nova unidade da federação.

Hoje, a economia sul-mato-grossense é baseada na agropecuária. Essa cultura econômica é uma herança do modelo fundiário implantado por colonizadores a partir do século 19 e começo do século 20. A estrutura agrária do Estado começa a se modelar com o avanço das frentes de colonização na região Centro-Oeste, com o objetivo de assegurar as fronteiras nacionais.

A presença da Companhia Matte Laranjeira também modelou a estrutura fundiária da região ao longo de determinada época. Ao final da Guerra do Paraguai, ela está situada no país vizinho Paraguai, no sul de Mato Grosso e também no Paraná. A empresa explorava a erva-mate nativa e sua expansão foi resultado da política de afirmação do Brasil na manutenção de suas faixas de fronteira. Mais do que simplesmente a exploração dos ervais da região, a empresa acumulou um enorme poder territorial e político na época (MENEGAT, 2009, p.33).

Em um período de meio século, a região teve o monopólio territorial e poder político “nas mãos” da companhia. Essa prática foi tutelada pelo Estado brasileiro, com a Política de colonização dessa porção sul Mato Grosso. Primeiramente sob as concessões do Império e, posteriormente, dos governos republicanos da época sob a ótica da implementação de políticas de fronteira, a Matte Laranjeira trouxe colonos do sul do país, responsáveis pelo cultivo dos ervais. A mão de obra explorada no cultivo e produção era, em maior parte, composta por índios e paraguaios.

Vários documentos e artigos arqueológicos e históricos comprovam a presença de etnias indígenas muito antes da chegada dos colonizadores na região. Esses territórios compreendem várias localidades da então região de planalto da Serra Amambai, no sul de onde hoje é o Estado do Mato Grosso do Sul. As populações indígenas em várias comunidades ocupavam territórios ao longo de córregos e nascentes, na fronteira do Brasil com o Paraguai, muito antes da ocupação das frentes agropastoris colonizadoras,

¹⁵ Ver CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932: a causa paulista. Brasiliense, 1981.

principalmente durante a chamada Marcha para o Oeste. Entre o século 17 e o início do século 20, o interesse dos colonizadores consistia na exploração agropastoril, a região era considerada “sertão ermo” ou espaços vazios (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p.104).

O convívio entre índios e não-índios ao longo da história coexiste e se alterna entre dominação, violência, escravização, exploração da mão-de-obra indígena, resistência indígena, reciprocidade, ausência de conflito e intensificação de conflito. Já na década de 1940, a Companhia Matte Laranjeira entra na fase final das atividades ervateiras. A exploração dos ervais já não era tão viável economicamente e os contratos de arrendamento de terras terminaram. As terras públicas, consideradas devolutas foram colocadas à venda pelo então Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso.

De acordo com Oliveira e Pereira (2009), essas terras, dentre elas territórios antes ocupados por comunidades indígenas, foram comercializadas. Os compradores eram essencialmente privilegiados, com relações estreitas com políticos da época e agentes administrativos tanto de governos municipais, estaduais ou federais. Muitos políticos também adquiriram territórios. Particulares de outras regiões também chegaram e se apropriaram de lotes e se instalaram na região, mais tarde titulados com apoio dos governos estadual e federal. Dessa maneira, foi se constituindo a estrutura fundiária do sul de Mato Grosso. Essas mudanças territoriais impactaram de maneira “violenta” no modo de vida das populações indígenas do Estado.

Quando se pensou em reservar terras para índios, o destino inicial desses espaços era, via de regra, abrigar a população Kaiowa que já vivia naqueles lugares ou em suas cercanias. No entanto, logo acabou prevalecendo o interesse de reunir nesses espaços a população de um grande número de comunidades indígenas dispersas pelo território (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p.107).

Com o avanço das frentes agropastoris, principalmente na região que compreendia a Serra de Maracaju – hoje alvo dos estudos de identificação e delimitação de territórios indígenas – muitas comunidades indígenas foram expulsas e forçadas a deixarem suas terras. A medida aconteceu para que as terras fossem para a especulação imobiliária. Os territórios foram ocupados por proprietários que passaram a realizar atividades agrícolas e de criação de animais e expandindo suas terras. Territórios tradicionalmente ocupados pelos índios foram vendidos para particulares.

Os grupos indígenas foram remetidos a pequenos lotes, onde utilizavam a terra para subsistência e vendiam o excedente para a população no entorno das reservas. Os índios

também foram utilizados como mão-de-obra, nos ervais e em outras culturas implementadas pelos colonos.

Era sabido que, em alguns postos indígenas, grassavam desvios de conduta (corrupção) por parte de determinados encarregados, e que era do conhecimento administrativo do SPI. Esses funcionários, tal qual parte da sociedade envolvente que contratavam os indígenas como mão-de-obra submissa e barata, estavam arraigados de preconceitos, estigmatizavam os índios como néscios e esquivavam-se de atitudes que pudessem otimizar o cotidiano nos Postos (GARCIA, 2009, p.66).

Dessa maneira que se intensificou a prática do aldeamento dos índios. O Governo Federal passou a tutelá-los os confinando em reservas indígenas próximas a áreas urbanas de vários municípios sul-mato-grossenses, principalmente na porção sul do Estado. Guaranis, Kaiowas e Terenas foram deslocados para pequenas áreas, impossibilitando sua reprodução sociocultural. É constante a presença de comunidades em acampamentos em busca da retomada de territórios tradicionais. A vivência ali inviabiliza que conhecimentos práticos sobre o modo de vida das etnias sejam transmitidos a outras gerações. O avanço anti-indigenista sempre foi presente na vida social e política brasileira. Hoje, tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos visando a suspensão de demarcações de terras. O próprio governo federal adotou a paralisia em relação a delimitação desses territórios tradicionais.

Em 1941, o Governo de Getúlio Vargas, por meio do órgão estatal de Divisão de Terras, cria as chamadas Colônias Agrícolas Nacionais (CAN). Grosso modo, a implementação dessas colônias tinha por objetivo fixar o homem no campo. Esses lotes era pequenas propriedades rurais com proximidade com núcleos urbanos, destinados à produção de bens agrícolas e autossuficiências. Em 1941, o Decreto-Lei número 3.059 integrou as CAN's ao Ministério da Agricultura. (PONCIANO, 2001).

Ainda segundo Ponciano (2001), essa política fazia parte do processo chamado “Marcha para o Oeste”, em que regiões como a Amazônia e o Centro-Oeste fariam parte de um projeto de desenvolvimento com a ocupação e aumento populacional nesses territórios. A população dos grandes centros teriam oportunidade de voltar ao campo e participar ativamente da produção agrícola do país. Tudo era facilitado pelo Estado, como a aquisição e titulação dessas terras produtivas, dando origem a configuração fundiária de pequenas propriedades rurais onde os colonos se fixariam e seriam protagonistas do desenvolvimento

local. Na região sul do então Estado de Mato Grosso, esse processo não foi diferente e obteve de certa forma sucesso dentro da lógica desenvolvimentista da política getulista.

O discurso ideológico de Vargas convocava a população para uma missão de cunho patriótico. Seu objetivo era conquistar a adesão dos brasileiros para o desbravamento das regiões de parco povoamento, construindo um nacionalismo pautado na idéia capitalista de desenvolvimento econômico e conquista total do território. Patriotismo, nacionalismo e segurança interna são palavras-chave no entendimento da política colonizadora do Estado Novo. Era um verdadeiro apelo a uma retomada bandeirante, para aquisição do pleno desenvolvimento do país (SANTOS, 2007, p.21).

Em 1943, o Decreto-Lei 5.94 de 28 de outubro criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a época localizada no Território Federal de Ponta Porã, que foi criado em 1943, mas teve vida efêmera, sendo extinto no ano de 1946. Ele surgiu como meio de consolidação e fortalecimento do Estado Nacional, no plano de um projeto civilizador de colonização, assim como a criação de outras colônias. O intuito era de povoar regiões idiossincráticas em relação a ideia de formação de uma identidade nacional. A presença de estrangeiros e os conflitos armados na região de fronteira do sul de Mato Grosso serviram de motivação para que o governo tutelasse diretamente essa região, agindo contra qualquer problema que interferisse na política desenvolvimentista de estado. Essa fiscalização veio alinhada a implementações de delimitação de territórios, povoamento e implantação de um modelo econômico de produção voltado a atividade agrícola (PONCIANO, 2001).

O projeto de formação de pequenas propriedades para cultivo de pastagens e criações de animais foi intensificado. A intenção do Governo Vargas também era assegurar a delimitação das fronteiras nacionais, fixando no campo o colono que representava o modelo de atividade econômica e cultural de um projeto desenvolvimentista de nação.

A região sul de Mato Grosso do Sul é considerada um lugar onde o solo é fértil e favorável ao desenvolvimento de atividades voltadas ao setor agrícola. É nela que ainda hoje se encontra localizado o maior número de pequenas propriedades desenvolvendo a agricultura familiar, resultando na convivência entre a grande propriedade tecnificada, produtora de soja, milho e criação de gado, e a pequena propriedade, com suas formas rudimentares de produção, que procura diversificar suas atividades (MENEGAT 2009, p.34)

As frentes agropastoris são iniciadas por volta de 1970, mas é entre o final da década de 1940 e início da década de 1950 que a ocupação fundiária está quase que totalmente distribuída por todo o território do Mato Grosso. Essa ocupação é legitimada pela titulação de

propriedades para particulares através de órgãos estaduais e nacionais de controle territorial (OLIVEIRA; PEREIRA, 2009).

Em função da valorização das terras da região de Dourados a partir da década de 1950, resultado da política expansionista do governo Getúlio Vargas, os conflitos fundiários estão presentes na relação entre índios e não-índios, assim como o preconceito com os indígenas (VIUDES, 2009, p.45).

A política getulista visava atender a demanda por mão-de-obra para as atividades agrícolas, numa região propícia para o desenvolvimento agropecuário. Com isso, a chegada de colonos vindos de outros estados como São Paulo e, principalmente, da região Nordeste do país começa nesse período. Esse processo de colonização é que consolida o desenho fundiário da região. A Colônia Agrícola de Dourados tinha o objetivo de assegurar uma “identidade nacional” em uma região fronteiriça, onde a presença indígena e de estrangeiros seria uma espécie de risco para a chamada integração nacional, com a ideia de espaços vazios. Com isso, os índios perderam territórios e foram alocados nas áreas de reservas ao longo das cidades do sul do Estado (MENEGAT, 2009).

A construção de estradas de ferro foi determinante para a consolidação da colonização no Estado, estando relacionado ao aumento e escoamento da produção agrícola. O aumento da densidade demográfica e modernização no processo de produção proporcionou a criação de núcleos de comunidades rurais e vilarejos no entorno das propriedades de lavouras e pastagens. Essa consolidação foi fundamental para o êxito do governo para o problema de segurança interna, principalmente nas regiões de fronteira do país. Mas apesar das iniciativas de Vargas, existiam problemas de falta de recursos que afetaram os processos de migração e delimitação efetiva dos limites desses territórios agrícolas. Somente a partir de 1948, já sob o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, é que há a impulsão das colônias federais.

A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, especificamente a do ramal de Ponta Porã, iniciada em 1938 com a Estação Ferroviária de Indubrasil (situada próximo a Campo Grande) e concluída em 1953, na cidade de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, deixa indícios de que faz parte desta política de colonização dirigida, além de vincular-se também à questão da nacionalização das fronteiras, posto que proporcionava um maior controle por parte do Governo Federal desta região (PONCIANO, 2001, p.96).

A construção da estrada de ferro Noroeste também teria sido um modo de afirmação do desenvolvimentismo progressista da região. Associado a este ideário está a política

progressista forjada pelo presidente Juscelino Kubistchek, com o famoso lema “50 anos em 5”. Durante o governo de Kubistchek inúmeras famílias vindas do Sudeste e Nordeste também chegaram ao Mato Grosso.

Agricultores camponeses são personagens históricos da tentativa de construção de uma identidade tradicional. No imaginário social à época, o Mato Grosso seria “terra de índio”, gente preguiçosa, atrasados, ignorantes dentre outros estereótipos. Os estigmas, de certa forma, permanecem até os dias atuais. O setor produtivo atribui a grupos sociais marginalizados uma ameaça à produtividade econômica do campo. A chegada dos colonos gerou um aumento populacional e também incrementou a economia local, por meio de comunidades com apelo desenvolvimentista, valores e padrões próprios da cultura agrícola.

Essas características foram se arraigando na formação de uma identidade sul-mato-grossense. A região, tida como próspera para a produção agrícola e economicamente viável, cunhou o imaginário da terra como elemento principal dessa identidade. A valoração se mostra explícita na ideia de “filhos do mesmo solo”. As atividades envolvendo agricultura e pecuária se tornam pilares da economia do sul do Mato Grosso, unindo politicamente as elites agrárias em um projeto de desenvolvimento, que afirma a diferença da porção sul em relação a porção norte do Estado (SILVA, 2007). E, de maneira mais contundente, a diferença é colocada em evidência em relação a grupos sociais distintos, como as populações indígenas. A dicotomia produtivo/não produtivo, trabalhador/preguiçoso, atrasado/moderno entre outras maneiras de diferenciação são construídas no imaginário a partir das afirmações dessas identidades e falta de alteridade em relação a identidade alheia.

Essa idealização do norte mais atrasado em relação ao sul é que impulsiona os movimentos separatistas. A imagem negativa do norte era reproduzida como lugar atrasado e terra de ninguém. Dessa forma, o sul então teria uma unidade cultural consolidada, “um lugar organizado” se comparado ao norte. Assim, Silva (2007) explica que o processo separatista também penalizou historicamente os índios. Para afirmar uma identidade sul-mato-grossense desenvolvida e moderna, era preciso tornar o modo de vida indígena “invisível”, para tanto foram confinados e privados de sua territorialidade e cultura. O imaginário de antes do processo colonizar, de que o sul seria “terra de índio”, teria que ser negado e suprimido. A organização social como um lugar produtivo e próspero que diferenciaria o sul do norte não poderia ter a noção negativa de “barbárie”, que estava associada ao índio, incutido no pensamento da época. O avanço contra as populações tradicionais tentava também criar a ideia de que os conflitos não existiam mais, afirmando que a unidade estava consolidada.

Esse imaginário de barbárie coloca o indígena em oposição com o modelo de desenvolvimento agrícola. Não somente isso, mas também o modo de ser e pensar indígena é tido como um obstáculo a esse projeto de civilização. Silenciados e estigmatizados, as comunidades indígenas estão deslocadas no espaço e tempo em relação a toda a sociedade. Sua cultura, valores e modo de vida são divergentes para a visão desenvolvimentista.

A busca pela formação de uma identidade nacional e desenvolvimento econômico implica em estereótipos negativos ao índio, na relação de uma espécie de modelo binário do imaginário social sobre índio e o não-índio. Os não-índios seriam a grande parcela que representa a “civilização”, através da produção agrícola e mobilidade que gera à economia. As populações indígenas seriam uma forma de “não-civilização”, tidos como preguiçosos, não-produtivos e sem conhecimento. Sobre o processo civilizador Elias esclarece:

Duas idéias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. Este sentimento há muito permeava a sociedade de corte. Encontrara sua expressão aristocrática de corte em termos como *politesse* e *civilité*. [...] A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. Este é o novo elemento manifesto no termo *civilization*. Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a idéia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes (ELIAS, 1994b, p.62).

Elias e o conceito de processo civilizador nos proporciona uma dimensão sobre a relação entre sociedades com culturas distintas. O modo de vida é um dos elementos que diferenciam nações distintas ao longo do espaço e tempo. Coexistindo e em relações de poder, são estabelecidos estágios de civilização. No caso das populações indígenas, a ideia de barbárie é mais facilmente inculcada pelo modo de vida simples em relação ao vertiginoso desenvolvimento das sociedades ocidentais, sobre vários aspectos de tecnologia, modos de produção e também – e não menos importante – os padrões simbólicos de moral e valores. A racionalização da vida é um dos elementos dessa ideia de “progresso”.

A presença indígena na região em disputa remonta séculos. A partir do fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), a preocupação nacional era de colonizar a região da faixa de fronteira. O local era tido como “terra de ninguém”, onde comunidades tradicionais e estrangeiros circulavam sem uma dimensão de assegurar fronteiras e territórios. Com o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930 é que a região passa a ter um crescimento

demográfico e a ideia é a construção de uma identidade local, como forma de assegurar a territorialização de uma região fértil.

A CAND passa a definir as características agrárias da região. Colonos de Estados do Nordeste e do Sudeste passam a ocupar lotes de terras e dar início ao processo de cultura agropecuária. O confinamento em reservas se intensifica, em territórios delimitados e sob a tutela da União, próximo às áreas urbanas, o que afeta o modo de vida dessas populações.

O período que se segue de desenvolvimentismo também é de um intenso processo de modernização da região. Em 1977, Mato Grosso é dividido e o processo separatista acaba por influenciar nos conflitos entre índios e não-índios. O aldeamento das comunidades indígenas também é uma maneira de torná-las invisíveis, as deixando os fora do modelo fundiário e da ideologia modernizante que estavam na base do processo de colonização da região, desde o seu início. O sul quer ser diferente do norte – desenvolvido, sem conflitos. Ou seja, uma unidade, um modelo de região propulsora de organização social e um lugar produtivo, que impulsionasse a economia. E, para isso, não poderia perdurar o imaginário de que seria “terra de índio”. Esse modelo também revela a exclusão do índio, como um obstáculo ao processo civilizador da região. Os estereótipos são de que os índios são preguiçosos, não usam devidamente a terra e que pouco conhecimento tinham, portanto, teriam que passar por um processo de silenciamento e esquecimento.

Podemos observar que o confinamento das populações indígenas em reservas fez parte de um “projeto civilizador e desenvolvimentista”. Quando o assunto é desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo no Brasil, o termo está associado aos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek dos anos de 1950. Na política, tem como características principais a industrialização, o intervencionismo e o apelo ideológico nacionalista. Outra maneira de ilustrar essa categoria tem a ver com o plano econômico de governos desenvolvimentistas. As medidas econômicas implementadas são elementos que fundamentam essa maneira de administrar. Já em seu primeiro governo, algumas medidas de caráter ideológico nacionalista e de intervencionismo caracterizaram os primeiros sinais de práticas de uma política desenvolvimentista no país. Até mesmo o períodos colonial e imperial tiveram fragmentos desse modelo (FONSECA, 2004).

O desenvolvimentismo assume a forma de uma utopia, um estágio superior de civilização, onde o bem estar social é um valor simbólico primordial. O processo requer planejamento, legitimação por meio do estado e ações não só do ponto de vista econômico, mas da educação, da cultura, das políticas públicas, da saúde como as políticas de

saneamento. O projeto associado a uma ideologia se propõe como algo factível e realizável, com a burocracia estatal sendo utilizada como meio de propagação desse modelo e projeto de sociedade (FONSECA, 2004).

Mas algumas dessas características do desenvolvimentismo já datam do governo Vargas da década de 1930. Nem sempre a industrialização, o intervencionismo e ao pensamento nacionalista conviveram de maneira harmoniosa. Esse conjunto denota um período de políticas voltadas a um determinado tipo de desenvolvimento que houve no Brasil. Mesmo os governos militares adotaram práticas governamentais com essas características.

Sob a liderança que o Brasil teve no século XX do estadista Getúlio Vargas, o país transferiu para si as decisões nacionais e formulou uma estratégia nacional de desenvolvimento bem sucedida. Naqueles 30 anos (ou 50, se incluirmos também o regime militar, que, embora tenha feito aliança política com os Estados Unidos contra o comunismo, manteve-se nacionalista), o Brasil se transformou, passando de país agrário para industrial, de formação social mercantilista para plenamente capitalista, de condição semicolonial para uma nação. Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional de desenvolvimento e a ideologia que a orientava. Assim, o processo de definição do novo desenvolvimentismo é também o da retomada da idéia de nação no Brasil e nos demais países da América Latina. Implica, portanto, uma perspectiva nacionalista no sentido de que as políticas econômicas e as instituições passam a ser formuladas e implementadas, tendo como critério principal o interesse nacional e, como autores, os cidadãos de cada país (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.11).

Bresser-Pereira identifica como desenvolvimentistas projetos políticos entre populismo da esquerda burocrática¹⁶ e o neoliberalismo da ortodoxia convencional¹⁷. Vargas e seu populismo, assim como os governos militares tinha práticas de uma política nacionalista. No MS, a formação do espectro fundiário do Estado reflete implementações de políticas adotadas ao longo de décadas que revelam a história do desenvolvimento social, político e econômico dessa região nacional. Ao mesmo tempo que investia na produção agrícola, de forma a modernizar e industrializar os meios de produção, o objetivo também era a urbanização desses territórios colonizados. E esse desenvolvimento territorial é o principal elemento ligado aos conflitos fundiários envolvendo populações indígenas e produtores rurais, o que se agravou nos últimos anos.

Já na década de 1960 o desenvolvimento de atividades agrícolas foi impulsionado pelo surgimento de novos municípios, o que levou a urbanização da região e a proximidade das

¹⁶ Ligada aos partidos comunistas tradicionais que defendem a estatização por definição da criação de uma organização altamente burocrática.

¹⁷ Provém políticas como a abertura da economia para o capital financeiro, privatizações e flexibilização de leis.

propriedades rurais desses núcleos. Porém, a grande transformação do espaço rural da região sul do Estado acontece na década de 1970, em pleno regime ditatorial, quando ocorre a chegada de mais colonos oriundos dos Estados de São Paulo, Paraná e, principalmente do Rio Grande do Sul (MENEGAT, 2009).

Por conta do alto valor da terra em seus locais de origem, os migrantes deixam seus estados para vir ao sul do Mato Grosso, onde encontram facilitação para obtenção da posse de terras. O governo também facilitava o acesso a linhas de crédito e incentivos fiscais do estado. Impulsionando o modo de produção rural na região através do domínio de tecnologias como maquinários e defensivos agrícolas, os colonos desenvolviam, principalmente, as culturas de soja e milho, que eram as principais atividades no campo àquela época. O Incri (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) favorecia o avanço do latifúndio na região, garantindo recursos financeiros, infraestrutura e apoio político para a consolidação desse processo. Grandes propriedades surgiram em detrimento das pequenas propriedades auto-suficientes (MENEGAT, 2009).

Menegat (2009) afirma que o processo de implantação e efetivação da atividade agrícola no Estado como pilar da produção econômica foi por intermédio do Estado e não ocorreu de forma pacífica. Até mesmo muitos pequenos produtores que estavam fixados no campo tiveram suas terras expropriadas. Esses colonos não encontraram trabalho como mão-de-obra em grandes propriedades. As frentes de colonização é o que deu origem a estrutura fundiária do estado qual tal conhecemos hoje em dia. Em 1967, em pleno regime militar, o SPI dá lugar à Funai (Fundação Nacional do Índio), ligada ao Ministério da Justiça do governo federal e responsável pelas políticas públicas indigenistas.

Em Dourados, toda essa ideia de ocupação e formação de uma identidade nacional teve seus impactos para as comunidades indígenas:

Vê-se, então, que a busca pelos espaços vazios e por melhor sorte na vida provocou uma “avalanche” de migrantes para a região de Dourados. O resultado da descabida e desenfreada ânsia de especulação fundiária, da falta de recursos, das descontinuidades de governos, foi o que levou os índios, já conhecedores do território, a continuarem a viver 34 em suas aldeias, estando muitas delas no território antes dominado pela Companhia Mate Laranjeira, porém em espaços cada vez mais diminutos (MACIEL, 2005, p.34-35).

A pluralidade cultural do Brasil é um elemento fundamental para a compreensão de sua história social, política e econômica. As populações indígenas, presentes antes do

processo de colonização, na atualidade reivindicam seu espaço e seu lugar. Essas populações esperam, desde a Constituição de 1988, a demarcação de seus territórios tradicionais. A questão se arrasta há mais de duas décadas, com embates nos âmbitos político e jurídico. Os produtores rurais, que foram fixados nessas terras, mobilizam-se para barrar os estudos de identificação dessas terras. Muitos das terras teriam sido tituladas por governos estaduais e pela União.

Esse presente cenário de disputas nos espaços midiáticos pode nos fazer pensar localmente sobre a situação atual da população indígena, inserida no contexto urbano de várias cidades localizadas no Sul do Estado de MS. A região tem a economia baseada no agronegócio e a estrutura fundiária ainda apresenta grandes concentrações de terras. Durante o processo de colonização e ocupação fundiária no Estado, os indígenas foram confinados em pequenas reservas aos arredores do perímetro urbano das cidades. O grande contraste cultural, social e econômico com o não-índio gerou e continua a gerar vários processos relacionados às populações tradicionais, como conflitos, o preconceito, a miséria, falta de assistência e políticas públicas, violência dentre outros aspectos.

O MS agrário concentra boa parte de seus territórios na produção agropecuária. Grande parcela dos produtores rurais vê como uma afronta as demarcações de territórios indígenas. A discussão passa a ter um viés econômico e as forças políticas se tornam personagens presentes e importantes no desenrolar dos acontecimentos. São nessas forças que os discursos e práticas são estruturados. MPF, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Cimi (Conselho Indigenista Missionário, ligado à Igreja Católica) – para citar alguns – são forças que tentam encontrar uma resolução para o grave problema territorial vivido pelas populações indígenas. Sindicatos Rurais - e outras entidades ligadas à produção agropecuária como a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) e a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) -, governo do estado e bancada ruralista reafirmam constantemente o direito à propriedade privada e a lógica da produção mercantil como discursos contrários às identificações de terras tradicionais. Sobre esses discursos e produção de sentidos Porto (2006) destaca que:

[...] aqui não se distingue centro e periferias. Pelo contrário, trabalha-se a noção como um todo e sempre no plural, assumindo as representações sociais enquanto blocos de sentido articulados, sintonizados ou em oposição e em competição a outros blocos de sentido, compondo uma teia ou rede de significações que permite ao analista avançar no conhecimento da sociedade por ele analisada (PORTO 2006, p.253)

As demarcações dos territórios indígenas compuseram a Constituição Federal Brasileira de 1988. Nela ficou estipulado um prazo de três anos para delimitar e demarcar as terras tradicionalmente ocupadas por índios. Por uma questão política, a resolução da situação dos povos indígenas vem sendo protelada por décadas. A bancada ruralista¹⁸ no Congresso Nacional sempre foi numerosa e com peso político. A representação política institucional indígena sempre foi ínfima. Apenas o órgão governamental que tutela as populações tradicionais, a Funai, é quem teve um peso histórico e vem lutando por políticas públicas indígenas. Assim, as representações sociais se revela uma categoria importante para compreender os discursos institucionalizados articulados com as práticas dos atores sociais, numa relação de reciprocidade.

Da mesma forma como justificam e orientam as práticas dos atores sociais acerca de um fenômeno, assim também, a depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem justificar e orientar políticas públicas (PORTO, 2006, p.268)

No mês de julho do ano de 2007, o Ministério Público Federal firmou um acordo, através de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), com a Funai para que fossem iniciados estudos de identificação e delimitação para demarcação de terras indígenas no MS. A região a ser objeto de estudos antropológicos, históricos e ambientais possui uma faixa que compreende 26 municípios, localizados no sul do Estado.

A informação sobre o TAC gerou intensos debates sobre os estudos. Algumas concepções de senso comum, de imediato, foram propagadas: “MS não será terra de índio”, ataques ao Cimi, acusado por ruralistas de ser financiado por organismos internacionais com interesses territoriais no país, dentre outros discursos fervorosos contra a medida do MPF. Todas essas concepções geraram conflitos e tensões entre fazendeiros e indígenas. A produção midiática sobre o tema foi intensa e o “boom” de informações veio novamente no ano posterior, com intensas movimentações em ambos os lados no sentido dar andamento aos estudos e/ou retardar/anular o processo.

2.2. O Progresso e o desenvolvimentismo

¹⁸Frente parlamentar em defesa dos interesses de proprietários rurais. Uma de suas características consiste no combate contra propostas de reforma agrária e demarcação de terras indígenas no país.

O Progresso foi criado na década de 1920, na cidade de Ponta Porã (MS), quando o Estado ainda era Mato Grosso. O fundador José dos Passos Rangel fechou o jornal após um curto período, para assumir o cargo de promotor público. Nos idos dos anos 50, o filho de Rangel, Weimar Gonçalves Torres, retoma a impressão do periódico, levando a sede para Dourados (SILVA, 2007) com edições semanais e em sociedade com Naurestides Brandão, que possuía a Gráfica Nossa Senhora Aparecida na cidade. O funcionamento da gráfica só foi possível através de uma concessão por parte da prefeitura local (SCHWENGBER, 2005). Assim, é impossível não registrar que havia laços políticos sólidos que uniam o jornal nascente, tanto com o poder instituído, como com os compromissos partidários. De acordo com Schwengber (2008) Weimar se instalou em Dourados no final da década de 40, sendo o primeiro advogado do município. Ele também ingressou na política, como vereador, deputado estadual e federal.

A primeira re-edição de *O Progresso* circulou no dia 21 de abril de 1951, e em sua capa já demonstrou, em conformidade com o seu nome, qual o caminho editorial escolhido, já que o mesmo trouxe em letras garrafais no alto da página a manchete: Vertiginosa! A marcha de Dourados para o progresso. O texto desta notícia é repleto de elogios a Dourados e enfatiza o desenvolvimento econômico, urbano e demográfico alcançado em poucos anos [...] (SILVA, 2007, p.24).

O ressurgimento de *O Progresso* coincide com um momento histórico importante do país, o desenvolvimentismo. O longo período pode ser compreendido como a intensificação de ações pretendidas para o processo de modernização da nação, com caráter civilizador. Na região de Dourados, o impacto foi fundamental para entendermos a formação social, cultural, política e econômica local. A chegada dos imigrantes à CAND, que se desenvolvia vertiginosamente, também é de extrema importância para compreendermos a situação territorial em que vivem atualmente os indígenas. Esta identificação editorial do jornal com a ideologia do desenvolvimentismo não pode ser ignorada, visto que a mesma define uma compreensão de mundo, tanto no que diz respeito aos desafios políticos que o futuro estado do Mato Grosso do Sul deveria enfrentar, quanto sobre qual deveria ser o papel de cada um dos grupos sociais que compunham a população do sul do estado.

Quando recolocou *O Progresso* na imprensa, Torres era vereador. O momento era de reascensão de Getúlio Vargas como presidente. Weimar era membro de um partido que fazia parte da base do getulismo, o PSD (Partido Social Democrático). O antigo PSD foi criado por interventores nomeados por Getúlio Vargas durante seu primeiro governo. O núcleo de

filiados era composto, principalmente, por grandes produtores rurais e também por burgueses urbanos – industriais, comerciantes e banqueiros. O partido foi decisivo na eleição de 1950, quando Vargas retornou ao poder (SCHWENGBER, 2008). Weimar Torres estava alinhado com setores dominantes na política e na economia naquele momento. Uma empresa jornalística é um meio ideal facilitador para pretensões políticas, através de práticas editoriais.

O fundador de *O Progresso* soube aproveitar o momento político para se instalar na cidade e lá lançar um jornal: Weimar chegou em Dourados quando a CAND ainda estava se instalando e fundou seu periódico exatamente no ano em que Vargas – muito popular na região da colônia e aliado do PSD – voltou ao poder (SCHWENGBER, 2008, p.37)

O crescimento político de Weimar foi vertiginoso. Logo, ele já conseguira assegurar uma cadeira como deputado federal. Logo, utilizava as páginas do jornal mais para embates políticos do que para informar. Ainda, claramente suas pretensões com o informativo era mais eleitoreira e um trampolim político do que um empreendimento ou paixão pelo jornalismo (SCHWENGBER, 2005, p.37 e 49).

Nessa época, os textos de *O Progresso* tinham caráter opinativo. O jornal era feito com a ajuda de colaboradores, que não assinavam as matérias até meados de 1976. Somente as notícias de agências é que vinham com crédito às fontes. As informações pareciam editoriais e o impresso foi palco de disputas políticas entre o PSD de Weimar e a UDN (União Democrática Nacional), oposição ao PSD na câmara federal e na assembleia do Estado. Por muito tempo, Weimar morou em Cuiabá (capital do antigo Mato Grosso) e Brasília (DF). Mesmo assim, o impresso circulou com a ajuda de colaboradores. A redação não se apresentava formada por jornalistas e fotógrafos até meados de 1970. “Durante várias décadas, as notícias publicadas pelo jornal *O Progresso* tinham como fonte a Empresa Brasileira de Notícias – EBN, a agência Boa Imprensa – ABIM, RADIOBRÁS e de colaboradores sem vínculo empregatício”, afirma Silva (2007, p.30).

O tom editorial das notícias, como voz e visão de mundo de seus proprietários, imperava e os textos não tinham identificação dos articulistas, mesmo após a contratação de jornalistas – fato que só viria acontecer a partir de 1976. Apenas os textos adquiridos junto a agências de notícias apresentavam a fonte. Esta prática indicava uma centralização das decisões editoriais dos proprietários da empresa, que sempre esteve nas mãos de uma única família (SILVA, 2007).

O surgimento do jornal em consonância com a criação da Colônia Agrícola nos revela o *modus operandi* do desenvolvimentismo. Esse processo civilizador não está atrelado somente às mudanças econômicas. O conceito desenvolvimentista está associado a ações em vários campos estruturais materiais e simbólicos. A educação, a cultura, a ideologia entre outros elementos do modo de pensar é abordada nesse projeto. A mídia seria uma forma de apropriação importante para a reprodução do modo de ser atrelado ao ideário desenvolvimentista. O projeto desenvolvimentista foi carro-chefe do Governo Kubistchek. A estabilização do jornal *O Progresso* acompanhava esse processo com a reprodução dos valores e cultura de um desenvolvimento agrário em expansão naquele período.

Weimar Torres morreu aos 47 anos em um desastre de avião, no dia 14 de setembro de 1969, quando seguia para Brasília, onde exercia a função de deputado federal. Vlademiro do Amaral, sogro de Weimar, assumiu a direção do jornal. Ele era um ex-capitão da Revolução de 1932, época em que conheceu a região de Dourados. Curiosamente, Vlademiro atuou na demarcação de lotes da CAND e da CAMD (Colônia Agrícola Municipal de Dourados), onde hoje fica situado o município de Itaporã (MS). Ele ainda foi chefe do Departamento de Terras do Estado. Assim como o genro, foi vereador. Era um político da UDN, mas por influência de Torres acabou indo para o PSD. Amaral foi um agente de estado e também se alinhou ao projeto político da época ao ingressar no PSD (SILVA, 2007).

Vlademiro ficou à frente de *O Progresso* de 1969 até a sua morte, em 1985. Foi um período de modernização pelo qual passou o periódico. Em meados de 1970, o jornal passou a ser diário. Com isso, veio a profissionalização da atividade jornalística, com a contratação de jornalistas e profissionais gráficos, além de investimentos em infraestrutura. O tempo em que foi diretor coincidiu com o Regime Militar no país. Apesar da intensificação da censura e perseguição a veículos de comunicação, o diário douradense não foi prejudicado (SCHWENGBER, 2007). Pelo contrário, foi um período próspero, de consolidação da empresa. Não há contestações à ordem social imposta e a linha editorial parece estar alinhada às posições do regime:

O histórico profissional e político de Vlademiro, assim como o de Weimar, colaborou para a propagação dos ideários promovidos pelas elites do Sul e das propostas contidas nos projetos governamentais. Esse histórico também contribuiu para a boa relação que o jornal manteve com os militares durante o período de vigência do Ato Constitucional nº 5, mais conhecido por AI-5 (SILVA, 2007, p.32).

A estruturação de uma equipe de redatores e a modernização do jornal permitiu que o periódico se torna-se diário. A mudança, no que diz respeito à circulação, só aconteceu um mês depois de outro jornal douradense, a Folha de Dourados, passar a ter edições diárias. A Folha de Dourados foi o primeiro jornal do município de Dourados a implantar esse sistema de circulação.

Com a morte de Vladomiro em 1985, sua filha e ex-esposa de Weimar, Adiles Torres do Amaral assume a direção do diário. Mesmo sem experiência administrativa, também se trata de um período de consolidação e mudanças na estrutura do periódico. Adiles nunca teve pretensões políticas, assim como o ex-marido e seu pai. Portanto, o jornal não perpassa por conteúdos eleitoreiros. Mas é nítido que a visão de mundo na linha editorial é mantida. Com olhar voltado ao desenvolvimento da região a partir de um viés sulista de colonização e fortalecimento da economia através do agronegócio:

Mesmo sem experiência administrativa, Adiles assumiu a empresa da família e investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação, descrita em seu nome e slogan: O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor. Essa frase revela uma característica militante que vai muito além de informar. Porém, o caráter militante presente no jornal sob a direção de Adiles não é político-partidário, como era no tempo de Weimar, mas sim de direcionar ações e emitir opiniões em função das idéias que ela defende (SILVA, 2007, p.33).

Apesar da profissionalização, o fato de que o jornal se tornou um produto de mercado, a vinculação partidária é deixada de lado, mas o tom militante, como afirma Silva (2007), não é abandonado. A visão de desenvolvimento, portanto, em sintonia com a ideologia que havia embalado todo o projeto de autonomia do sul do estado, permanece como orientação editorial e visão de mundo de um jornal que nunca abandonou as suas origens políticas.

No momento em que Adiles assume as rédeas do impresso, o país passa pelo processo de redemocratização. O jornal se volta ao mercado e sua reformulação proporciona a separação entre fatos e opiniões, dividido em seções como encontramos hoje como certo padrão de impresso diário. Até o surgimento do *Diário MS*, *O Progresso* dominou o mercado editorial de imprensa na região. Atingindo grande parte dos municípios do já Mato Grosso do Sul. A arrecadação com administrações das cidades do Cone Sul quase não tinha concorrência para a divulgação dos atos oficiais.

Nessa análise temos *O Progresso* como expressão do pensamento conservador por ele, desde sempre, estar aliado a esse projeto de desenvolvimento e progresso, colonização e

reprodução do modo de vida agrário e produtivo como contribuição para uma identidade do sul-mato-grossense. Numa percepção por meio de leituras desse periódico, identifica-se quase sempre uma postura de menos contestação do *status quo* e um ideário partilhado com setores da sociedade que não medem força para evitar mudanças sociais significativas como a demarcação de terras indígenas, nosso objeto de estudo.

Atualmente, o jornal circula na maioria dos municípios do Estado e tem tiragem média de 5 mil exemplares. Suas filhas, June Torres e Blanche Torres participam da direção de conteúdo e administração do jornal. Adiles, há décadas, mantém uma coluna social semanal, repercutindo acontecimentos e imagens da elite douradense. *O Progresso* se manteve como um meio de propagação do ideário desenvolvimentista. O modo de ser do sul-mato-grossense com olhar voltado para a identidade cultural do colono e seu modo de vida que tem como tônica atividades agrícolas. O veículo foi um parceiro do desenvolvimento econômico do agronegócio e suas elites rurais na região. Sob essa ótica, podemos observar uma postura conservadora com relação ao que vimos da linha editorial de seu concorrente.

2.3. Diário MS e a integração regional?

O jornal *Diário MS*, com sede em Dourados (MS), foi fundado no dia 15 de setembro de 1993 e é resultado da unificação de três outros jornais impressos semanários, que não tinham circulação diária, assim como no formato que vemos hoje o periódico. Apesar de ser uma mídia muito mais nova que *O Progresso*, o veículo se consolidou em pouco tempo e, por muitos anos, esteve entre os três maiores e importantes diários em circulação no Estado, ao lado de seu concorrente douradense e do veterano “Correio do Estado” de Campo Grande.

A história do jornal, como conta Luciano (2003) - no texto encontrado a relatar a trajetória do *Diário MS*, encomendado pela direção da empresa, numa espécie de história oficial do veículo -, começa no ano de 1985. *O Panfleto* é de 1983 e pertencia ao ex-vereador (por três mandatos: 1982-1987, 1997-2000 e 2001-2004) Paulo Falcão. Ele teria incentivado o amigo Vítor Cales, então linotipista¹⁹, a adquirir e reativar *O Zangão*, de Fátima do Sul (MS). Em 1987, os dois se tornam sócios e criam um terceiro semanário, o *Jornal do Vale*.

A dependência de verbas de governos é um fator fundamental para entender aspectos da mídia, principalmente a interiorana. Apesar de o surgimento de empresas de comunicação como essas no interior, ao longo das últimas décadas, ter um interesse em relação a

¹⁹ Operador de máquina tipográfica, que utilizava tipos móveis para a confecção de textos gráficos.

vinculação de receitas junto aos poderes públicos, principalmente câmaras municipais e prefeituras, Luciano (2003) sugere que os semanários apresentavam certa independência e surgiram como alternativas de espaço para grupos de oposição. Ainda segundo o escritor, *O Panfleto* seria um dos meios mais combativos e que dava liberdade aos seus colaboradores e funcionários, citando até uma certa ligação aos setores da “esquerda do PMDB” da época e enfrentamento ao regime militar.

O fato é que Paulo Falcão era político, quase se elegeu deputado estadual em 1986. Em 87 fora convidado para assumir a Secretaria de Desporto do Estado (LUCIANO, 2003). O bom trânsito dentre setores políticos, ainda mais com líderes que estavam no poder, concedeu facilidades ao buscar receitas e estabilizar as finanças do jornal, seja por meio de verbas publicitárias de instituições públicas ou da iniciativa privada, que na região tem os proprietários de terra como segmento que sempre movimentou a economia local. É o que temos visto no tempo presente, quando as relações entre instituições e agentes políticos com setores privados estão sendo destrinchadas por operações judiciais. A consolidação do *Diário MS* trouxe mudanças para a política, comunicação e economia locais. De acordo com Luciano (2003, p.44), *O Progresso* era o órgão oficial da administração municipal e, em várias ocasiões, *O Panfleto* se colocava em oposição às gestões daquela época. Isso pode evidenciar uma maneira de pressionar a administração pública por espaço na concorrência por verbas publicitárias dos órgãos governamentais, o que sustenta de maneira preponderante até os dias de hoje empresas de comunicação.

Já *O Zangão* teria uma linha editorial mais moderada. Seu conteúdo tinha foco no município de origem, Fátima do Sul. Os textos da época já apontavam figuras da cidade que ganhavam cada vez mais espaço na política estadual, como Londres Machado e André Puccinelli (LUCIANO, 2003). O governador por dois mandatos é um dos personagens de nossa análise sobre as demarcações de terras indígenas. O político se posiciona em vários momentos em defesa dos produtores rurais.

Mais tarde, Vítor Cales adquire a parte de Paulo Falcão e passa a ser o único proprietário e diretor do noticiário. Alguns boatos, inclusive citados por Luciano (2003), davam conta de que políticos, como o ex-deputado Londres Machado, seriam sócios do jornal. O que foi desmentido publicamente por Cales. Os comentários decorrem da estreita relação do fundador com a classe política tradicional.

Cales que assumiu a direção do jornal, ao longo da década de 1990 mostrou habilidade política ao estar alinhado com grupos políticos que estavam no poder. Talvez, por isso,

surgiram boatos que davam conta de que Machado, um dos políticos mais tradicionais da política sul-mato-grossense, seria dono do jornal. Cales é filiado ao PR (Partido da República), dirigido há anos por Machado. Londres é recordista de mandados como parlamentar, sendo deputado estadual desde 1971, quando o Estado ainda era Mato Grosso. Foi governador interino por duas vezes e presidente da assembleia estadual por diversas vezes.

O *Jornal do Vale* foi o embrião do diário que surgiria posteriormente com alcance que abrangeria quase todo o Estado. A proposta do semanário era atingir os municípios que fazem parte da Grande Dourados. A estabilidade dos três periódicos fez com que os sócios-proprietários amadurecem a ideia de um jornal diário. Quando do seu surgimento, o Diário ainda não era MS. O *Diário do Povo* nasceu cercado por enormes expectativas, de empreendedorismo, político, jornalístico e para fazer frente ao tradicional *O Progresso*. A concorrência trouxe competitividade política e empresarial envolvendo Dourados e região.

O título do periódico é sugestivo e pode até nos sugerir uma dualidade em relação ao *O Progresso*. O diário mais antigo era tradicional e é tido com uma linha editorial mais conservadora, com boa circulação entre as elites locais. O *Diário do Povo* então seria uma opção mais moderna e que expressaria uma relação mais próxima com leitores, clientes e financiadores. Com uma linha editorial mais leve, disposta a dialogar com oposições e não poupar críticas às administrações locais. É o que insinua a obra de LUCIANO (2003). Apesar de abrigar no seu quadro de funcionários alguns redatores ligados à esquerda douradense, na prática, a ligação da direção da empresa com políticos tradicionais e personagens em ascensão social e política é cada vez maior. Contratos para ser órgão oficial de câmaras, prefeituras e até mesmo receitas oriundas do Governo do Estado, fazem a empresa crescer vertiginosamente. A habilidade política leva Cales a se alinhar até mesmo com o Governo Zeca do PT. Mas mesmo com um projeto dito de esquerda, o governador José Orcírio também faz acordos com para receber apoio político de lideranças tradicionais como Londres Machado.

O impresso tinha como slogan “o jornal da integração regional”. O alcance aos municípios da região Cone-Sul – principal região onde acontecem os conflitos agrários envolvendo populações indígenas e fazendeiros – foi relativamente rápido. Os conflitos agrários, seja com relação aos povos tradicionais, sem terras ou quilombolas, em vários momentos apareceram noticiados nas páginas do diário. Um assunto já presente no cotidiano da região, com forte tradição e atividades agrícolas e cultura rural.

O *Diário do Povo* teve uma ascensão substancialmente rápida. Ao passar dos anos, a direção do jornal fechava contratos com prefeituras e câmaras locais, para divulgação de atos oficiais. Essa relação, é claro, gera um alinhamento político com relação a linha editorial adotada, por mais que no livro de LUCIANO (2003) apareça a visão dos sócios proprietários como investidores de um novo tipo de redação, com autonomia e independência. Redatores e representantes de sucursais em outras cidades tinham aparente liberdade sobre o conteúdo. Mas as informações de assessorias dos municípios, outros órgãos públicos e políticos é algo que parece permanente nas páginas dos jornais ao longo do tempo. A presença desses conteúdos incomoda a quem faz uma leitura crítica da mídia interiorana, colocando em dúvida essa autonomia e independência, que de fato não existiu de forma plena, assim como podemos identificar nas análises de mídia e a relações de poder, principalmente da imprensa interiorana.

Luciano (2003, p.65) afirma que, nos primeiros anos, o *Diário do Povo* não teve uma linha editorial definida, mesmo com tantos momentos de mudança, principalmente na economia nacional. A história do jornal se confunde com o período de reabertura democrática do Brasil. Um período de incertezas e indefinições políticas e econômicas. Os editoriais da época não se ativeram ao Plano Real, e os embates políticos em um período recente de redemocratização do país. Os textos políticos relatavam movimentações de lideranças políticas, alguns embates públicos locais e regionais e prováveis candidatos aos cargos majoritários do Estado. Esporadicamente haviam denúncias sobre irregularidades em administrações de Dourados e outros municípios da região.

Uma passagem do livro relata algumas notícias sobre populações indígenas da região. Relatos e o enfoque sobre centenas de casos de suicídios entre índios, na metade da década de 1990. Algumas lideranças já criticavam a inoperância da Funai e dos governos municipais e estadual. A partir do pequeno trecho, se torna perceptível a demanda dos povos tradicionais por ações de combate à violência, o alcoolismo, a perda de identidade em decorrência das aldeias onde foram confinados e cobranças por investimentos para incrementar suas roças de alimentos, além de infraestrutura para saneamento básico dentre outras reivindicações:

O Diário do Povo acompanhou, em 12 de dezembro [de 1995], a visita do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, à Reserva de Dourados (MS). “A situação é preocupante e requer mudanças do quadro”, afirmava Jobim. A comitiva era formada pelo Procurador da República Geraldo Brindeiro, os mesmos parlamentares que estiveram em novembro nas aldeias, além do presidente da Funai, José Márcio Santili, e os deputados federais Sarney Filho e Carlos Ayrton Salomão Cruz. Até aquela data estavam registrados 50

suicídios em Dourados. A edição seguinte mostrava o ministro, no distrito do Panambizinho, assinando a portaria demarcando e reconhecendo 1.240 hectares como sendo legitimamente dos índios. A portaria foi assinada “à luz de lampião e sob olhares atônitos de lideranças indígenas”. Somente em 2003 é que houve um acordo, intermediado pelo Ministério Público Federal, segundo o qual os colonos ocupando as terras há meio século (doadas durante a reforma agrária da Colônia Agrícola de Dourados), comprometeram-se a sair após indenização. Os índios estão distribuídos ali em 60 hectares... (LUCIANO, 2003, p.75)

Essas notícias representam o início do debate fundiário no Estado, após as demarcações de terras indígenas aparecerem na chamada “Constituição Cidadã de 1988”. A União teria até cinco anos para delimitar e demarcar os territórios. O impasse se estende até o presente momento. Ao longo desses anos, os embates públicos entre indígenas e fazendeiros pautam a mídia local e, em alguns momentos de crise intensa, ganham destaque da imprensa nacional. A discussão se aprofundou a partir dos anos 2000, com uma onda de violência e ataques às comunidades indígenas que resistem nos acampamentos oriundos dos processos de retomada.

Em dezembro de 2000, o jornal precisa mudar de nome, passando a ser *Diário MS*. O motivo seria a existência de um periódico de mesmo nome na cidade de Campinas (SP). A empresa já vinha de um processo de modernização, com edições em páginas coloridas, sede própria e mudanças no parque gráfico. A aproximação com a classe empresarial se consolida, como mostra Luciano (2003), ao citar a presença forte do jornal em várias edições da Expoagro de Dourados, uma das maiores feiras agropecuárias da região Centro-Oeste, e também a proximidade com entidades representativas das elites locais, como os sindicatos rurais e associações comerciais e industriais.

A versão que conta a história do *Diário MS* perpassa predominantemente somente pelas editorias política e social, e os bastidores desses setores da sociedade local e regional. Mas vemos uma presença forte das páginas policiais nos jornais interioranos, com manchetes e destaques para notícias que retratam a violência sobre suas diversas formas. Uma grande parcela dessas notícias, sobre acontecimentos de Dourados, é sobre crimes envolvendo indígenas, seja nas reservas ou não. Essas matérias refletem os problemas pelos quais as comunidades passam. A criminalidade e situação de miséria podem ser alguns dos fatores geradores da violência nos quais os indígenas estão envolvidos. Na maioria das vezes os índios aparecem nos jornais envolvidos em crimes contra a vida e o patrimônio. Furtos, roubos, desnutrição, suicídio, assassinatos são alguns dos temas abordados pelos jornais locais constantemente. Uma questão que salta aos olhos também é a ausência de relatos sobre a

violência sofrida pelas populações indígenas em decorrência dos conflitos com proprietários de terras. Inúmeros ataques são registrados anualmente por entidades como o Cimi, mas a maioria não são divulgados pela mídia. Hoje, com o advento das redes sociais, indígenas mostram através de relatos e imagens quando os ataques por grupos armados, compostos por pistoleiros e capangas, acontecem, em uma outra maneira de representar o modo de vida dessas comunidades.

No mês de julho de 2008, o *Diário MS* sofre mais uma mudança contundente. Vítor Cales vende a empresa para os irmãos Alfredo e Sandro Barbara. Cales passou a se dedicar à família e a outras atividades não relacionadas à imprensa. Alfredo fora por anos o editor do veículo, influenciando em inúmeras mudanças estéticas e na redação do diário.

Até este momento, o impresso havia se estabilizado como um dos três maiores e mais influentes diários do Estado, ao lado de *O Progresso* e do *Correio do Estado*. O *Diário MS* passou a ser “o jornal de integração estadual”, chegando a cerca de 80% dos 79 municípios do MS, e uma tiragem de 6 mil exemplares. Dado que um exemplar tenha um alcance entre três e quatro pessoas, a circulação alcança dezenas de milhares de pessoas em um universo amplo, percorrendo todas as regiões do Estado.

Ao perpassar rapidamente pela trajetória do *Diário MS* podemos perceber que o jornal propiciou concorrência e outros vieses políticos e sociais locais. *Diário MS* e *O Progresso* mostram linhas editoriais distintas, mas revelam também características semelhantes de alinhamento político a setores dominantes da sociedade. A proximidade com as elites são um meio de estabilidade e ascensão financeira. Na região sul de MS, temos as elites agrárias, que dão sustentação a governos e são determinantes para a economia local. Talvez esse alinhamento demonstre uma relação de alteridade maior com esses segmentos sociais do que para com grupos sociais marginalizados, como os indígenas confinados.

A impressão que deixa o texto de Luciano (2003) é que o diário desde o início adotou uma postura moderada, de certa independência e autonomia para colaboradores e grupos de opinião. A modernização na parte de infraestrutura e inovação gráfica também foi mostrada. Todos esses fatores teriam contribuído para o desenvolvimento da comunicação local. A percepção que temos é que a ausência de notícias positivas sobre as populações indígenas faz parte do “projeto de civilização, que ainda se mostra em processo ainda que sobre novas condições e interações com outras estruturas do ponto de vista material e no campo das ideias. Ainda que mostrado como uma mídia diferenciada em relação ao tradicional *O Progresso*, não fica evidente que houveram mudanças significativas no que diz respeito a uma

comunicação mais democrática. Há muito, índios vivem um processo de silenciamento. As representações quase sempre são negativas em ambos os jornais.

O *Diário MS* pode ser visto como um “jornal de integração regional” no que se refere a rápida modernização e alcance na grande maioria dos municípios do Estado. Isso se deve aos inúmeros contratos com prefeituras e câmaras para divulgação de atos oficiais. Essa perspectiva ocorre também do ponto de vista da concorrência com o *O Progresso*, na disputa por espaço no mercado e abrangendo a circulação. Ambos os jornais atuam mais efusivamente na veiculação de peças publicitárias e *realeses*²⁰ de assessorias de instituições públicas e privadas.

²⁰ Comunicado, produzido por assessoria de organizações públicas e privadas, contendo informações oficiais de interesse pessoal, de um grupo ou do público.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DE *O PROGRESSO* E *DIÁRIO MS*: DADOS E ANÁLISE

O universo pesquisado de notícias veiculadas pelos jornais impressos *O Progresso* e *Diário MS* sobre o conflito entre índios e produtores rurais relacionado ao impasse das demarcações de terras indígenas no MS compreende o período entre 12 de novembro de 2007 - quando a Funai assina o Compromisso de Ajustamento de Conduta com o MPF para solucionar a demanda territorial indígena -, e dezembro de 2014, que antecede o início deste trabalho acadêmico. Interessante notar que foram identificadas um grande número de textos sobre a temática no processo de coleta dos dados. Algumas matérias são sobre assuntos que estabelecem uma proximidade com o assunto, mas não tem relação com o conflito por terras, como, por exemplo investigações do MPF sobre arrendamentos de territórios da Reserva Indígena de Dourados para particulares, mas que não denotaram conflito entre produtores rurais e índios acerca da busca pela retomada de terras e disputa pela posse das propriedades sob investigação fundiária. Outras reportagens jornalísticas se debruçam sobre o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol²¹, no Estado de Roraima, o que não condiz com a preocupação da pesquisa em refletir a realidade da questão fundiária indígena local, na porção sul do MS. Essas notícias são sobre a homologação, desocupação dos não-índios e julgamentos no STF (Supremo Tribunal Federal). Outro caso que apareceu no material pesquisado foi o caso da PEC 215²², que tramita no Congresso Nacional. As notas encontradas sobre Raposa Serra do Sol e a PEC 215 são de autoria de agências de notícias nacionais, o que também não vem de encontro ao nosso propósito, de compreender a construção da notícia a partir da imprensa local, de uma produção jornalística própria. Em *O Progresso* também identificamos duas chamadas de capa para artigos de opinião inseridos na página 2, escritos por colaboradores, isto é, pessoas externas à redação do jornal, o que também não se encaixa nos padrões do

²¹ Terra indígena localizada no nordeste do Estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela, onde vivem cerca de 20 mil índios de várias etnias. Foi identificada pela Funai em 1993, demarcada em 1998 e homologada no ano de 2005. Alvo de contestações no Supremo Tribunal Federal, o que se arrasta há anos.

²² Proposta de Emenda à Constituição de número 215/2000, que transfere do executivo (Governo Federal) para o legislativo (Congresso Nacional) a decisão oficial sobre a identificação, demarcação e homologação de Terras Indígenas, que é considerado uma ameaça ao direito dos povos tradicionais.

nosso objetivo principal. A produção noticiosa que pode revelar representações e sentidos nas páginas do *Diário MS* e de *O Progresso* poderá nos dar noções para compreender aspectos da relação entre as diferentes abordagens e as dimensões históricas da região, do processo de demarcação e da trajetória dos jornais.

Ao todo foram identificadas 447 notícias²³ relacionadas ao tema (disputa territorial entre índios e fazendeiros no MS), somando as matérias encontradas nos dois jornais durante o período delimitado. Foram 274 textos em *O Progresso* e 173 no *Diário MS*. Nos somente ativemos às notícias de destaque que aparecem nas capas das edições. Dividimos a categoria destaque em dois tipos: Manchete e Chamada. As manchetes são os destaques principais, o maior título contido na capa da edição um jornal, inseridas nos espaços mais nobres que se alternam entre a parte superior e central da capa. As chamadas são títulos e textos menores ou menos espessos em relação às manchetes, que podem também abrigar áreas superiores e centrais de um periódico, mas em menor destaque.

Tabela 1 – Edições identificadas

O PROGRESSO				DIÁRIO MS			
EDITORIA		DESTAQUE		EDITORIA		DESTAQUE	
<i>Dia-a-dia</i>	155	Manchete	122	<i>Cidade</i>	127	Manchete	77
<i>Economia</i>	49	Chamada	152	<i>Política</i>	19	Chamada	96
<i>Polícia</i>	23			<i>Economia</i>	11		
<i>Política</i>	16			<i>Polícia</i>	6		
<i>Brasil e Mundo</i>	14			<i>Região</i>	5		
<i>Rural</i>	6			<i>Somente Capa</i>	5		
<i>Somente Capa</i>	6						
<i>Cidades</i>	5						
TOTAL		274		TOTAL		173	
TOTAL: 447							

Também identificamos que as notícias são separadas por editorias. Isso revela em que caderno o texto foi inserido, além de partes do jornal que compõe um grupo de notícias relacionadas ao mesmo assunto ou que podem ter proximidade entre os temas. Algumas editorias em que as notícias sobre o conflito estão incluídas tem o mesmo nome nos dois jornais, que são Economia, Polícia e Política. Alguns pequenos textos com título sobre a

²³ A relação com todos os títulos das notícias de ambos os jornais, com número de edição, data, tipo de destaque e editoria está no Anexo A.

disputa de terras se apresentam somente nas capas, sem conteúdo ou reportagem nas páginas interiores do jornal. Em *O Progresso* verificamos a incidência de 6 notas apenas na capa. Já no *Diário MS* haviam 5 textos com essas características. Esses pequenos informativos de capa não farão parte de nossa posterior análise textual, por não estarem vinculados com chamadas para leitura de textos mais abrangentes ou reportagens nas seções internas dos jornais.

Considerou-se o volume de notícias identificadas ao longo do período delimitado muito numeroso para a pesquisa, o que demandaria um tempo demasiado para uma análise aprofundada. Para delimitar a amostragem, foi utilizado como matéria-prima uma quantidade menos vultuosa de informações, pela demanda de uma leitura e apreciação textual que exige uma reflexão profunda sobre a construção de sentidos dos textos noticiosos durante a análise qualitativa. Para tanto, as notícias foram separadas por editorias. Os dois jornais apresentam editorias com significação semelhantes - que será explicado adiante. Serão descartadas para fins de análise as editorias de *O Progresso* “Brasil e Mundo” e “Rural”. Brasil e Mundo pelo fato de que são textos de agências de notícias e que dizem respeito ao âmbito nacional da questão. Já as reportagens contidas na editoria Rural estão inseridas em suplementos informativos específicos, ou seja, cadernos não fixos, produzidos esporadicamente e que não compõem o conteúdo padrão do jornal. No *Diário MS* não foram encontrados textos sobre o tema em outros cadernos em forma de suplemento.

Descartados as notas que se apresentaram somente nas capas de ambos os jornais e as editorias Brasil e Mundo e Rural de *O Progresso*, temos um parâmetro para a delimitação da amostragem. A partir dos dados coletados do *Diário MS*, que apresentou textos em 5 tipos distintos de editorias, delimitamos também 5 editorias de *O Progresso* - que se assemelham ou possui relação de proximidade com os tipos identificados no outro jornal - para efeito de posterior comparação entre os dois periódicos. Portanto, foram separados por proximidade temática da seguinte forma: Dia-a-dia (*O Progresso*) / Cidade (*Diário MS*); Economia (*O Progresso*) / Economia (*Diário MS*); Política (*O Progresso*) / Política (*Diário MS*); Polícia (*O Progresso*) / Polícia (*Diário MS*); Cidades (*O Progresso*) / Região (*Diário MS*). Portanto, teremos 5 editorias de cada jornal como parâmetro para selecionarmos as notícias a serem analisadas. Nesta parte introdutória de apresentação dos dados colhidos e da análise em si, iremos discorrer um pouco, de maneira panorâmica e sintética sobre alguns aspectos e impressões gerais sobre os títulos identificados nas capas dos dois periódicos. Algumas percepções parciais sobre a construção da abordagem jornalística, ao longo do período que

compreende a pesquisa, serão expostas a seguir, antes dos tópicos onde serão apresentadas a amostragem definida e apreciadas à luz das teorias sociais, as quais discutimos nos capítulos anteriores, e na qual pretendemos refletir novamente sobre as questões de representações sociais, *habitus*, agendamento, enquadramento, dentre outras noções teóricas que possam contribuir como arcabouço teórico para compreender a construção de sentidos a partir dos conteúdos midiáticos analisados.

A editoria Dia-a-dia de *O Progresso*, geralmente, contém notícias sobre a cidade de Dourados, assuntos cotidianos com pautas mais dinâmicas, factuais e acontecimentos diversos sobre o município e cidades próximas. Da mesma forma, a editoria de Cidade do *Diário MS* também aborda temáticas do dia a dia do município, com sucessão de assuntos diversificados no âmbito local. As editorias de Economia, Política e Polícia são significantes por si só. São temas comuns que povoam toda a mídia jornalística e são um conjunto específico de informações sobre aspectos econômicos, políticos e policiais que podem ser locais ou não. Em *O Progresso*, a editoria de Cidades traz notícias sobre outros municípios do Estado, sejam eles da região da Grande Dourados ou de outras regiões do Estado. Muitas vezes, esse caderno é composto por notícia de assessoria de prefeituras e câmaras de outras cidades, fato esse decorrente da ausência de correspondente e/ou contratos entre a empresa jornalística e essas instituições públicas, numa espécie de publicidade e/ou prestação de contas dos órgãos institucionais para com o público. Não diferente, a editoria Região do *Diário MS* compõe um conjunto de matérias jornalísticas que abordam acontecimentos sobre outros municípios do Estado.

Mas em nenhum desses cadernos a definição obtida através da análise da composição dos jornais é uma espécie de regra. Existem casos em que notícias sobre outros municípios, e não somente Dourados, aparecem nos cadernos Dia-a-Dia e Cidade. Assim como uma notícia com abordagem sob viés econômico pode compor outra editoria ou matérias com teor político permeiem outros cadernos.

As editorias de Cidades (*O Progresso*) e Região (*Diário MS*) foram as que apresentaram menor quantidade de notícias, 5 títulos cada. Portanto, foi feita a opção pela análise de 5 notícias de cada editoria de *O Progresso* e 5 notícias de cada editoria do *Diário MS*. Desta forma, ao todo serão 50 notícias sob verificação nesta pesquisa - 25 em *O Progresso* e 25 em o *Diário MS*. Para selecionar 5 notícias de editorias que apresentam um grande número de notícias identificadas, levaremos em conta o ano das edições que comportam essas matérias – na tentativa de contemplar a análise com diferentes períodos - e

a quantidade maior de elementos textuais e não textuais (título, subtítulo, parágrafos, personagens ouvidos, fotos, destaque, posição na página etc.). Ou seja, as matérias que se apresentem como uma grande reportagem com aprofundamento da discussão e com destaque em relação a página e o caderno ao qual está inserido serão privilegiadas para a análise. *O Progresso* apresentou um volume muito maior (274) de notícias sobre o tema do que o *Diário MS* (173), em um mesmo período delimitado. Considerando o universo menor de 173, temos a dimensão de que 25 matérias de 173 totais representam cerca de 15% de todos os títulos identificados no periódico ao longo do período definido. Para o universo maior de 274 notícias representadas em *O Progresso*, a porcentagem cai para pouco mais de 9% relativo ao total.

Os universos dos totais de matérias encontradas em cada jornal nos revela que a disputa entre índios e fazendeiros é um assunto recorrente que pauta de forma significativa a produção noticiosa ao longo do período de 8 anos e 2 meses pesquisados. Essas matérias sobre demarcações estão inseridas, na sua esmagadora maioria, nas editorias de Dia-a-dia (155) e Cidade (127) – que já identificamos como cadernos que abordam o cotidiano da cidade de Dourados. O tema é algo muito presente pela proximidade com as Reservas Indígenas de Dourados, sua cultura e modo de vida, também pela proximidade com as fazendas alvos de identificação e pelo fato de que os produtores serem uma classe com enorme influência política e econômica na porção sul do Estado. O agronegócio é um dos setores carro-chefe da economia nacional e representantes dos ruralistas estão em peso no Congresso Nacional.

Em *O Progresso*, a segunda editoria onde as notícias mais apareceram foi Economia. E é a terceira mais recorrente no *Diário MS*. Evidenciar a questão territorial indígena sob o aspecto econômico revela a materialidade com que a mídia direciona os fatos. Pode se tratar também da incorporação do discurso da classe ruralista que se utiliza do fator econômico para impedir as demarcações, como por exemplo, podemos observar nos seguintes títulos: “Funai quer 30% do território de MS para os guaranis” (*Diário MS*, 21/07/2008) – Figura 1; “Demarcação pune comércio, diz CDL” (*O Progresso*, 18/08/2008); “‘Nova aldeia’ custa R\$ 100 mi” (*O Progresso*, 28/09/2012); “Terra disputada vale R\$ 102 mi” (*O Progresso*, 22/06/2011):



Figura 1 - “Funai quer 30% do território de MS para os guaranis”

(Diário MS, 21/07/2008)

Terra disputada vale R\$ 102 mi

A área de 6 mil hectares disputada entre indígenas e fazendeiros em Dourados vale cerca de R\$ 102 milhões. A estimativa é de imobiliárias e ruralistas. Segundo eles, cada hectare está avaliado hoje em R\$ 17 mil. De acordo com o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados (Aea-gran), Bruno Tomasini, uma área de 6 mil hectares tem capacidade para produzir R\$ 14 milhões por safra de soja. Levando-se em conta que são duas colheitas por ano, este valor dobra, movimentando a economia em cerca de R\$ 28 milhões. A estimativa da receita contabiliza as despesas e o lucro do investidor. A questão agrária volta a ser tema de discussão com a Semana do Lavrador, comemorado amanhã, dia 23. De acordo com o produtor rural Darci Decian, proprietário da terra de 26 hectares que hoje está ocupada por grupos das etnias guarani e caiuí, a disputa já vem gerando prejuízos financeiros e emocionais. **Dia a Dia 1**

Figura 2 - “Terra disputada vale R\$ 102 mi” (O Progresso, 22/06/2011)

Na “figura 1”, a afirmação que a chamada faz não condiz com a realidade. Os 30% do território do Estado representa a extensão total somada de todos os 26 municípios localizados na região Sul, passíveis de perícias antropológicas. Dizer que os territórios a serem identificados estão localizados nesses 26 municípios, não significa que todos os 10 milhões de hectares serão delimitadas como terras indígenas. Isso posto, soa alarmante, como se as cidades fosse desaparecer e os não-índios tivessem que deixá-las, se transformando boa parte do Estado em “terra de índio”, como sugere o chapéu²⁴ da chamada. Esse discurso nos remete às décadas passadas, quando da colonização do Estado, onde a região sul era tida como

²⁴ Palavra ou expressão acima do título, para denotar alguém ou algo relacionado ao assunto.

espaços vazios, como justificativa para o avanço do povoamento da região por colonos. Além disso, a demanda das etnias estaria muito aquém disso que diz a matéria. Com o processo histórico de genocídio, os guaranis e kaiowas não teriam nem população para habitar toda essa extensão. A “figura 2” mostra de forma mais clara o discurso econômico, também alarmista, de prejuízo iminente caso as demarcações ocorram.

Essa materialização da questão, sob uma lógica marxista, refletiria no campo das ideias. A questão ideológica, que podemos aqui ter como a “visão de mundo” da classe ruralista, se materializa em um discurso econômico, em que as terras indígenas seriam uma ameaça à economia do Estado, à produção agrícola e ao desenvolvimento da região. Assim, também podemos trazer à tona o ideal desenvolvimentista. Esse discurso ideológico da economia está articulado com a ideia de que o índio é preguiçoso, não é produtivo, teria que ser “civilizado”. Somente sob a lógica da civilização é que o indígena teria competência para lidar com a terra. Aqui, vemos ausência de alteridade, em que o modo de reprodução sociocultural dos povos indígenas e sua relação com a terra seja considerada para debater a questão. Acima de tudo, está o discurso dominante da lógica da produção econômica no topo da pirâmide social.

A terceira editoria mais recorrente em *O Progresso é Polícia*, já no *Diário MS* ela aparece como a quarta onde as notícias sobre o conflito são mais inseridas. Em quase todos os casos, pelos títulos, podemos perceber que se tratam de notícias onde o conflito deixou a disputa ideológica, territorial e jurídica para se transformar em violência. Na maior parte dos casos, lideranças indígenas são mortas (“Desaparecimento de índios vira caso internacional”, *O Progresso*, 10/11/2009) e acampamentos de índios são atacados por pistoleiros (“Indígenas temem novos ataques”, *O Progresso*, 22/11/2011). Um dos textos relata a morte de um produtor rural por indígenas (“Em Douradina, um produtor rural é espancado até morrer”, *Diário MS*, 15/04/2013). Mas, mesmo quando o caso é de fato “assunto de polícia”, como a morte de um índio durante despejo e/ou reintegração de posse, a notícia aparece em outras editorias: “Índio é morto durante reintegração de posse” (*O Progresso*, 31/05/2013, *Dia-a-dia*). Vale ressaltar também a ausência de notícias sobre alguns ataques sofridos por comunidades indígenas em acampamentos. Os grupos indígenas passaram a utilizar a comunicação das redes sociais para denunciar a violência sofrida no campo. Alguns desses atentados, ao longo dos últimos anos, não vem sendo veiculados pela mídia, e não é diferente nos jornais objetos de estudo aqui nesta pesquisa. Aqui, constatamos uma espécie de

silenciamento dos índios por parte da mídia, que não expõe a violência e atentados contra os direitos dos povos indígenas.

Já na editoria de Política foram identificadas 16 notícias em *O Progresso* e 19 no *Diário MS*. Pela complexidade que envolve o tema, relações sociais, culturais, instituições, entidades, grupos sociais e políticos envolvidos, o conflito decorrente das demarcações poderiam povoar de forma mais considerável a editoria de Política. De maneira muito contundente, o conflito sob a óptica política, para ambos os jornais, diz respeito, na maioria dos casos, à posição de lideranças políticas sobre o tema. Em vários títulos, percebemos a ingerência do Governo do Estado, na figura de André Puccinelli - governador durante 8 anos e, coincidentemente, durante todo o período delimitado -, no tratamento ao tema, seja criticando a Funai ou até mesmo dizendo que “MS não será terra de índio” (*O Progresso*, 04/08/2008). Esse discurso remete a noção de “terra de ninguém”, que faz parte do ideário desenvolvimentista colonizador. As notícias de Política envolvem sempre figuras como vereadores e deputados da bancada ruralista contra o processo demarcatório. A Política entra em pauta também quando ministros de Estado debateram a questão com políticos de MS. Alguns com posições moderadas e a favor da causa indígenas, como os ministros à época José Eduardo Cardozo, Tarso Genro, Ideli Salvati e Maria do Rosário. Outros em oposição à Funai, como o caso de Kátia Abreu, que visitou o Estado em algumas oportunidades, durante crises geradas pelo conflito, e Wagner Rossi da Agricultura. Algumas reportagens trazem vereadores, prefeitos, deputados e senadores questionando a legalidade das portarias da Funai. Existe também relativa ausência de discursos de lideranças favoráveis a delimitação das terras indígenas no Estado. Foram identificadas algumas falas de membros da bancada do PT (Partido dos Trabalhadores) na Assembleia do Estado em defesa das demarcações.



Figura 3 – Politização do debate (montagem)

As editorias com apenas 5 matérias identificadas durante o levantamento dos dados são Cidades (*O Progresso*) e Região (*Diário MS*). Estas são destinadas a assuntos externos à Dourados. Observamos que os fatos retratados, no geral, dizem respeito a manifestações de sindicatos e entidades ruralistas, reunião de lideranças do setor com políticos e encontro de prefeitos para debater o tema em municípios da Grande Dourados, de outras regiões do Cone-Sul do Estado e também sobre acontecimentos na capital Campo Grande.



Produtores de Maracaju se uniram em um movimento de protesto contra as invasões de terras em fazendas no município de Sidrolândia. A ação foi realizada através do Sindicato Rural de Maracaju. Cidades 1

Figura 4 – Região/Cidades (montagem)

Ainda sobre os títulos dentre o volumoso material identificado, as construções de sentidos já aparecem nessas manchetes e chamadas, por vezes, de maneira explícita. Os termos “invasão” e “invasões” mostram-se em 15 títulos de capa. São 11 ocorrências do termo invasões (*O Progresso*: 7 / *Diário MS*: 4) e 4 se apresentam como invasão (*O Progresso*: 3 / *Diário MS*: 1). Na mídia, “ocupação” vira “invasão”. O termo invasão denota uma ilegalidade, tem uma conotação negativa, pejorativa. Ou seja, trata-se de um pré-conceito sobre o que se está retratando, pois possui um significado de julgamento antecipado da ação.

Esse agendamento jornalístico por si só já criminaliza, já aponta para uma situação que pressupõe o despejo como solução e repreende as reivindicações. Para Martins (1981), a ocupação de terra tem uma lógica de contradições. Os trabalhadores rurais buscam através da ocupação um processo de ressocialização em resposta à exclusão do capital. Mas, ao mesmo tempo em que acabam se inserindo na lógica da produção capitalista, a produção familiar mantém o caráter de resistência intrínseco a esses grupos. No caso indígena, a ocupação não teria como foco apenas essa ressocialização, mas tem uma relação mais profunda com a

afirmação da identidade. O termo ocupação remete a uma luta pela posse ou apropriação com um sentido de trabalho, de força física ou intelectual para a produção de algo ou construção de um processo no campo da legalidade e legitimação. O agendamento midiático sobre temáticas como esta está na direção da construção de uma memória presente através da comunicação.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Essas representações através da produção de discursos demonstra uma relação de poder, de dominação, que está em interação com a noção de identidade. Para afirmar sua identidade, é necessário que o outro ou suas ações sejam deslegitimados. As ações de ocupações ficaram no tempo como uma ilegalidade, sem levar em consideração os aspectos históricos, antropológicos, jurídicos entre outros conhecimentos essenciais para a compreensão da realidade social colocada em questão.

Outras 11 ocorrências estão ligadas a expressão barrar – com suas variações: “barra” e “barram”. Aqui, temos inserido um termo para sublinhar ações jurídicas como medidas para impedir a identificação, delimitação e homologação de terras indígenas, sempre com componentes políticos e entidades de classe. Mais uma vez, as dimensões histórica e social do conflito ficam em segundo plano. A construção das representações através dos títulos de capa dos jornais é no sentido de colocar em pauta os discursos econômicos e jurídico, da contestação da legalidade dessa busca pela retomada de territórios indígenas.

Em *O Progresso*, o ano de 2013 é o que concentra mais notícias sobre o conflito entre índios e produtores, em relação até ao outro jornal. Todos os meses apresentaram ocorrência de matérias. Foi um ano em que vários acontecimentos se sucederam, desencadeando uma série de manifestações sobre o tema: um índio foi morto na zona rural de Caarapó; outro indígena foi morto durante reintegração de posse na fazenda Buriti em Sidrolândia; o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) esteve em Dourados para tratar a questão; o Ministério da Justiça também acompanhou os casos envolvendo fazendas ocupadas; dentre outras manifestações como bloqueios de rodovia, visita de outros ministros, senadores presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Agosto de 2008 apresentou mais edições ao longo de um mês, entre todos os jornais: 15 dias com ocorrências de títulos sobre o tema. Foi o período em que os estudos antropológicos acordados nas

portarias da Funai seriam iniciados. No mês em questão, as páginas de *O Progresso* serviram como uma espécie de arsenal de construções simbólicas contra as demarcações. Vide os títulos:

Tabela 2 – Títulos contra as demarcações

01/08/2008	“Prefeitos estão unidos contra demarcação”
04/08/2008	“MS não será terra de índio, diz André”
05/08/2008	“Sindicatos querem derrubar portarias”
05/08/2008	“Gino alerta para o caos com a demarcação de terras”
06/08/2008	“Governo tenta abortar decisão da Funai”
07/08/2008	“Deputados criticam a Funai”
07/08/2008	“Filósofo diz que TAC da Funai é um erro”
15/08/2008	“Aced prepara ato contra as demarcações”
18/08/2008	“Demarcação pune comércio, diz CDL”
19/08/2008	“Para OAB, lei impede demarcação”
21/08/2008	“Acomac repudia demarcações”
27/08/2008	“Fiems aciona Funai na Justiça Federal”
28/08/2008	“AL tenta abortar decisão da Funai”

Foram ouvidos e/ou repercutidos discursos de líderes e instituições contrárias as portarias da Funai. Os prefeitos da região Cone-Sul, em unanimidade são contra a medida, assim como sindicatos rurais, inúmeros vereadores, a maioria dos deputados estaduais, OAB-MS (Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Mato Grosso do Sul), Fiems (Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul), Aced (Associação Comercial e Empresarial de Dourados-MS) e Acomac (Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Dourados-MS). Todas entidades claramente se posicionando contra os estudos da Funai. Até mesmo um filósofo, ouvido como especialista sobre o assunto, foi entrevista, virou notícia e se posicionou contrário aos índios. Ou seja, uma sequência de matérias positiva aos produtores rurais e reproduzindo uma ideia negativa sobre a contestação indígena acerca da questão territorial. Neste mesmo mês de agosto, algumas poucas manchetes e chamadas com outro viés foram veiculadas: “Índios celebram início de demarcação” (04/08/2008); “Relator da ONU chega amanhã em Dourados” (22/08/2008); “ONU ouve índios e fazendeiros” (25/08/2008). Mesmo assim, não foi dada voz a personagens representativos à causa indígena de forma contundente e sequencial como no outro caso. Lideranças indígenas, MPF, antropólogos, Cimi, políticos simpáticos às demarcações, entre outros, não “viraram” notícia.

Nos meses de novembro e dezembro de 2007, a partir do firmamento do compromisso entre Funai e MPF, *O Progresso* não teve nenhuma notícia divulgada sobre demarcações. Já o *Diário MS*, veiculou uma notícia no mês de novembro de 2007 sobre a apreensão de armas

em uma fazenda área de conflito na cidade de Antônio João. Os anos que apresentaram maior frequência de notícias ao longo dos meses foram 2008, 2009 e 2013, com 10 meses cada onde ocorreram os dados que interessam à pesquisa. Como já explicado acima, 2008 foi um ano onde a Funai oficializou o início dos estudos de identificação de terras e a intensidade do debate aconteceu entre os meses de junho e outubro. Por ser um ano eleitoral, os discursos estiveram mais inflamados durante esses meses e a imprensa repercutiu de forma bastante contínua os acontecimentos relacionados. Em 2009, também no meio do ano, a Funai editou mais portarias na tentativa de efetuar as identificações de territórios tradicionais – onde as respostas de lideranças e entidades ruralistas foram imediatas. Os meses com mais incidência de dias com edições sobre o tema foram agosto de 2008 e junho de 2013, com 10 dias com pelo menos 1 edição identificada. A produção de textos sobre o tema nesse ano foi motivada pelas vindas de ministros, conselheiros do CNJ e manifestações de diversas classes, movimentando o debate, acirrando os ânimos, tensionando as pressões de ambos os lados e, de certa forma, polarizando o conflito. Essa tensão suscitou também ocupações por parte de comunidades indígenas, na mídia retratadas como invasões. Nos tópicos que se seguem, apresentaremos e apreciaremos à as 50 notícias (25 de cada jornal e 5 de cada editoria específica) que temos como base para análise.

3.1. Discursos nas notícias de *O Progresso*

Como já definido, serão analisadas 25 notícias de *O Progresso* sobre o conflito envolvendo demarcações de Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul: 5 de cada editoria (Dia-a-dia, Economia, Polícia, Política e Cidades). Do resultado total, Cidades possui 5 matérias sobre o tema, Política 16, Polícia 19, Economia 49 e Dia-a-dia 155. Nos casos dos cadernos em que os títulos são numerosos, decidimos por escolher as notícias inseridas nos anos em que a incidência do tema foi maior e, assim por diante, no mês onde identificamos maior volume de edições contendo textos sobre o assunto. Por fim, as notícias escolhidas neste contexto, serão as mais contundentes, as que, por exemplo, ocupam metade ou mais do espaço da página, isto é, uma reportagem ampla, com imagens, personagens e informações que possam nos ajudar a compreender melhor o tratamento da notícia.

3.1.1. Dia-a-dia

Os anos com maior incidência de meses contendo notícias são 2008 (9), 2009 (10), 2012 (11), 2013 (12), 2014 (11). Em 2008, o maior número de edições identificadas no ano foi no mês de agosto, que não apresenta nenhum título sob a editoria de Dia-a-dia. Pela sequência de data, a matéria dessa editoria que aparece primeiro é de 08,09/03/2008, mas é um texto pequeno, com pouco conteúdo informativo. Para a amostragem, então, foi escolhida a matéria “Terra demarcada vira matagal”, do dia 30/04/2008, seguindo a ordem cronológica (isso vai valer para a delimitação de todas as outras notícias a compor a amostragem). No ano de 2009 foi selecionado o “Relatório denuncia situação do indígena” (13/03/2009). Em 2012: “Produtores pedem justiça no campo” (01,03/06/2012). 2013: “Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda” (28/02/2013). E 2014 “Ministério deve resolver questão indígena hoje” (07/01/2014):

Tabela 3 – Dia-a-Dia

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10306	30/04/2008	“Terra demarcada vira matagal”	Manchete	Dia-a-dia
10593	15/04/2009	“André pede suspensão de portarias da Funai”	Chamada	Dia-a-dia
11512	02,03/06/2012	“Produtores pedem justiça no campo”	Manchete	Dia-a-dia
11724	28/02/2013	“Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda”	Chamada	Dia-a-dia
11975	07/01/2014	“Ministério deve resolver questão indígena hoje”	Chamada	Dia-a-dia

Na reportagem “Terra demarcada vira matagal” o texto trata da Aldeia Panambizinho em Dourados, área de 1.150 hectares que estava em posse de colonos desde os anos 50. Apesar de uma entrevista com um indígena assentado em um dos lotes, o enquadramento, numa perspectiva jornalística, está voltado para o “abandono” das terras por parte da comunidade indígena. O título interno é “Mato toma conta de terra demarcada”. Aqui, os aspectos de identidade estão implícitos. A identidade do produtor é enaltecida em relação a identidade indígena, como uma forma de deslegitimar o modo de vida indígena, como vimos em Hall (2000), em que a relação entre identidade e diferença são estabelecidas. “Houve uma época em que [...] nosso distrito era recordista na produção de soja e milho, mas hoje chega a doer no peito quando a gente vê uma terra tão fértil tomada pelo mato”, diz o relato de um produtor rural entrevistado. Em contraposição, um aldeado diz que o índio precisa somente cultivar o necessário para subsistência e não a terra toda como os colonos, ao reclamar também da falta de apoio da Funai e Governo Federal para garantir condições técnicas para o plantio. Mesmo assim, o texto mostra a condição indígena como de ociosidade, relatando casos de dependência alcoólica. Não há uma relação de alteridade, a relação do índio com a

terra é desconsiderada ou sobreposta pela cultura dos grandes cultivos e “limpeza” da terra. A ideia que se tem é que a terra teria somente uma função social: de produção em larga escala.

“André pede suspensão de portarias da Funai” é o título da matéria que aborda a visita do governador de MS André Puccinelli a Brasília, quando solicitou ao ministro da justiça que suspendesse a demarcação de terras no Estado. Um dos trechos diz: “Para as autoridades do estado, o fato ameaça a economia e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, provocando instabilidade e paralisação da produção”. Esse é o discurso da ala ruralista mais utilizado ao longo do debate colocado em pauta nas matérias. A cultura do medo é colocada de maneira sutil, inserida na discussão econômica. “Instabilidade” e “paralisação” dão sentido à argumentação contrária ao processo demarcatório. Essa representação da questão é construída através do apelo à reprodução de discursos dos representantes da classe ruralista, como o governador, deputados, vereadores, presidentes de sindicatos e outras entidades ligadas à agropecuária, como vimos por meio de um panorama geral dos títulos das centenas matérias levantadas e veremos ao longo da análise das notícias postos à amostragem. Esse conjunto de ideias coloca as condições materiais de produção como lógica para a composição de representações sobre o fato.

4 Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia **Dia-a-Dia** Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia D1
Dourados, Mato Grosso do Sul, quarta-feira, 15 de abril de 2009
O PROGRESSO

Polêmica

André pede suspensão da demarcação

Governador solicitou ao ministro da Justiça que suspenda as portarias já divulgadas pela Funai

CAMPO GRANDE - Em audiência realizada ontem à tarde em Brasília, o governador André Puccinelli solicitou ao ministro da Justiça que suspenda as portarias já divulgadas pela Funai enquanto não se resolve a questão da região de Cachocirinha. “Estamos empenhados em atender as necessidades dos índios e dos produtores nessa região, a pedido do próprio presidente Lula, e não podemos ser atropelados por novos atos declaratórios da Funai”. O principal objetivo da audiência foi encontrar soluções para o conflito no campo, em função das demarcações de terras para aldeias indígenas anunciadas pela Funai. Para as autoridades do estado, o fato ameaça a economia e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, provocando instabilidade e paralisação da produção.

Deputado quer a desapropriação de área da União ou de traficantes

Jerson Domingos propôs ao governo federal que seja dada prioridade à desapropriação de áreas da União e de propriedades de narcotraficantes, evitando assim prejudicar os produtores rurais que tem a titularidade oficial da terra. “Essas terras poderiam perfeitamente acolher os indígenas ou mesmo serem utilizadas como instrumento de permuta com os produtores que forem desalojados”.

Para o ministro Tarso Genro, “o Ministério da Justiça concorda plenamente com a proposta, dependendo apenas do entendimento do Ministério Público sobre a legalidade da ação”.

O ministro José Múcio disse que “a proposta é muito interessante, pois permitiria ao governo federal implantar uma política indigenista com base num amplo acordo entre os produtores rurais e os índios, afastando assim a possibilidade de conflito”.

Em resposta aos representantes do estado, o ministro da Justiça solicitou um protocolo com as demandas apresentadas e propôs a formação de uma comissão de trabalho para estudar cada um dos casos de demarcação de terras.

André esteve reunido ontem, em Brasília, com o ministro da Justiça, Tarso Genro



Figura 5 - “André pede suspensão de portarias da Funai” (O Progresso, 15/04/2009, Dia-a-dia, p.04)

Em outro ponto, o governador quer a desapropriação de terras do narcotráfico para os índios ou para que sejam utilizadas como indenização para os produtores que tiverem áreas demarcadas. A medida poderia resolver a questão das indenizações - que não estão previstas em lei, pois a demarcação seria uma retomada -, mas a ideia de transformar as terras do narcotráfico não representaria solução, pois a identificação do índio e a ancestralidade do território é uma das noções para identificação dessas áreas. Essa sugestão mostra um desconhecimento e ausência de alteridade (TODOROV, 1983).

“Todo protesto organizado, consciente, educado, em que se pede um diálogo para que discutamos as proposições de todos os setores é bem visto por nós. Portanto, essas lideranças rurais que vêm se manifestar e têm o direito de fazê-lo, dentro do regime democrático que por nós são entendidos como proficientes, corretos, e sentaremos ‘à mesa’” (“Produtores pedem justiça no campo”, O Progresso, 02,03/06/2012, ed. 11512, Dia-a-dia, p.1).

O elogio na fala de Puccinelli aos fazendeiros na matéria “Produtores pedem justiça no campo” coloca em oposição a maneira como indígenas se manifestam durante reivindicações. Nos remete à ideia de “selvagem”, fora dos padrões de comportamento tido como “normais” ou moralmente aceitos. Essa afirmação identitária nos volta à atenção aos estereótipos em Elias (2000), no qual os modos de vida sofrem uma espécie de hierarquização, ou seja, os hábitos indígenas estariam em uma escala inferior ao padrão rural. Aqui, se revela uma representação sólida, permanente ao longo da história, como podemos perceber na discussão durkheiminiana sobre representações coletivas. É um elemento do ideário que norteou o processo de colonização desenvolvimentista na região. Manifestações por parte de grupos excluídos sempre são contestados, como por exemplo as ações de movimentos sociais que são ligadas à desordem, uma ameaça à democracia, a organização social etc. Indígenas são grupos sociais peculiares na lógica que rege a sociedade contemporânea. Eles estão à margem da urbanidade e também estão deslocados da lógica que orienta outros movimentos sociais. São populações deslocadas no espaço e tempo, pelas quais o processo de civilização e desenvolvimento da região teve resultados diferentes.

A matéria “Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda” traz uma entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Caarapó (MS), falando sobre a morte de um indígena por um fazendeiro no município: “Presidente do Sindicato Rural de Caarapó e lideranças ruralistas alertam que episódio está servindo de pano de fundo para invasão e violação de uma propriedade participar [particular]”, diz o subtítulo. O texto discute o que seria a “politização” do crime para motivar “invasões” em propriedades rurais. O deputado Zé

Teixeira também foi entrevistado e relatou que ONG's (Organizações Não-Governamentais) estariam incitando índios a cobrar demarcação de terras que não seriam indígenas e uma crítica à ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário:

salta. O deputado repudia ainda as informações plantadas por ONGs sobre a suposta presença de "jagunços ou pistoleiros" na região. "Isso é ficção daqueles que tentam politizar esse episódio, de forma que estão querendo usar a morte trágica desse adolescente como pano de fundo para invadir uma propriedade legítima", desabafa. "Não podemos aceitar esse tipo de manobra que afronta o direito de propriedade", finaliza.

Figura 6 - "Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda" (O Progresso, 28/02/2013)

A materialidade das condições sociais é constituída em ideias, que constroem a visão de mundo dos grupos. É incisivo e recorrente a defesa da propriedade privada como direito imutável. Aqui o conservadorismo em relação ao modo de vida tem como elemento propulsor deslegitimar o outro. Interessante notar também a ausência de entrevistas com os outros personagens envolvidos no fato. A produção jornalística em questão está baseada incisivamente em grupos de interesse com domínio econômico e político. Sobre o *habitus* jornalístico (Bourdieu, 1997), a imprensa interiorana está sujeito a condições limitadas de trabalho e deslocamento, além de mão-de-obra reduzida, mas também é evidente que, nesse campo, como diria Bourdieu, o *habitus* da profissão perpassa pelas escolhas, sob uma espécie de lentes constituídas pelos valores, que orientam o enquadramento e, principalmente, o agendamento dos assuntos. Os indígenas não foram ouvidos, nem sequer as tais "ONG's" foram identificadas e/ou apresentadas.

A matéria "Ministério deve resolver questão indígena hoje" relata a expectativa dos produtores rurais acerca de um acordo com o Ministério da Justiça para a avaliação e compra de fazendas na região de Dois Irmãos do Buriti (MS) e Sidrolândia (MS), palco da morte de um índio durante reintegração de posse, onde está localizada a terra indígena Buriti. À época das disputas envolvendo a ocupação dos índios, as manifestações dos fazendeiros e a trágica morte de um indígena, os desdobramentos desse conflito esteve presente nas capas de ambos os jornais, num agendamento que envolvia discussões jurídicas, políticas e econômicas. O

presidente da Acrissul foi entrevistado e expôs a negociação com o Governo Federal pelo pagamento integral das terras, pela terra nua e benfeitorias. Ele ainda diz que o “negócio” pode servir de modelo para outros casos de demarcação. A situação da região de Buriti ainda segue indefinida e os produtores ainda cobram indenizações. Pelas reportagens analisadas, o ideal de resolução do conflito perpassa pela questão jurídica e econômica, sendo orientadas pela militância política. Esses fatores se apresentam representações sobre uma dominação desses espaços e instituições sociais por parte da classe ruralista. A violência simbólica é exercida pelo espaço na mídia, espaço político, arsenal jurídico e poder financeiro.

3.1.2. Economia

Tabela 4 - Economia

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10371	18/07/2008	“Portarias da Funai geram polêmica”	Chamada	Economia
10385	04/08/2008	“MS não será terra de índio, diz André”	Chamada	Economia
10569	16/03/2009	“Dourados debate demarcações”	Manchete	Economia
11153	14/03/2011	“Índios recuam na Brasília do Sul”	Chamada	Economia
11780	09/05/2013	“Produtores esperam suspensão de demarcações”	Chamada	Economia

“Portarias da Funai geram polêmica” mostra uma reunião entre prefeitos, deputados e o governo do Estado, em reação às portarias da Funai criando grupos de estudo de identificação de terras indígenas, no mês de julho de 2008. O texto diz que 26 prefeitos estiveram presentes, o que significa a totalidade dos representantes das cidades localizadas na região onde estão sendo realizados os estudos. No final, a reportagem traz uma carta ao presidente da República na época, Lula:

Campo Grande, 17 de Junho de 2008.

Excelentíssimo Senhor

Produtores e prefeitos pedem a revogação das portarias Presidente da República, As autoridades constituídas do Estado de Mato Grosso do Sul e os representantes da sociedade sul-mato-grossense abaixo relacionadas vêm manifestar surpresa e preocupação com a edição das Portarias editadas pela Funai números 788, 789, 790, 791, 792, 793, todas de 10 de julho último, publicadas no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2008.

Reunidos em assembleia com o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, na data de hoje, manifestaram profunda indignação e repúdio aos referidos atos administrativos, diante das seguintes conseqüências que deles advirão:

a) conflito entre índios e não índios e agravamento da questão social, impactando diretamente na vida de 700 mil brasileiros (índios e não índios habitantes da região a ser identificada) e dos demais cidadãos da população sul-matogrossense (um milhão e quinhentos mil);

- b) envolvimento indevido das áreas dos 26 municípios mencionados que não se caracterizam como áreas indígenas, conforme preceituado no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988;
- c) prejuízo à economia do Estado de Mato Grosso do Sul com eventual e descabida perda de um terço de sua área, restando apenas 12 milhões de hectares economicamente aproveitáveis de um total de 35 milhões de hectares;
- d) riscos à soberania nacional e perda de território brasileiro envolvendo mais de mil quilômetros de fronteira com a República do Paraguai. Desta forma, vimos requerer urgentemente a V. Exa. a revogação das supracitadas portarias (“Portarias da Funai geram polêmica”, O Progresso, 18/07/2008, ed. 10371, economia, p.5)

As “consequências” expressas na carta nos mostra parte significativa do sentido que o ruralismo dá à questão. As argumentações são base das representações que são construídas sobre o tema. No item A, o “conflito” e “agravamento da questão social”, nos faz pensar no fato de que os índios já são sujeitos excluídos, relegados ao confinamento ao longo da história e já são vítimas desse conflito, tendo sido violentados física e socialmente durante o processo de colonização. A corda tende a arrebentar do lado mais fraco, portanto a lógica que coloca os índios como “ameaça”, não seria uma forma coerente de analisar a realidade do conflito. A formação de milícias armadas e contratação de seguranças por parte de fazendeiros na região é evidente e o risco quem sofre são as comunidades indígenas. Quando a carta, no item B e C, fala que um terço do território do Estado está sujeito a ser demarcada, com prejuízo à economia, mostra desconhecimento em relação aos estudos de identificação de terras tradicionais e pretende legitimar função social da terra tal qual os padrões do agronegócio estabelecem. Já no item D, mais uma construção social de sentido que nos remete ao período de colonização, o que traz à tona um modo de pensar permanente, que na interação com transformações sociais de estruturas materiais e de estados de consciência se modificam e se revelam sob novos discursos, numa reciprocidade como podemos ver na ideia de “visão de mundo” de Weber (2002). A sustentação desses discursos, mesmo que modificados e adaptados à realidade em diferentes períodos, também revela um *habitus*, uma interação das ideias com as estruturas numa relação permanente e que sugere o desenvolvimento das sociedades (ELIAS, 1994a). A demarcação poderia fazer com que o Estado se transformasse em “terra de ninguém”, uma ameaça à soberania nacional, numa região de fronteira com outros países. Esse discurso legitimou o avanço das frentes agropastoris e ainda se apresenta como uma forma de deslegitimar a cultura indígena.

Em “MS não será terra de índio, diz André”, revelando de maneira mais profunda seu desconhecimento em relação às ciências históricas e sociais, o texto mostra o governador e sua fala deslegitimando todos os aspectos que envolvem o processo demarcatório:

- “[...] o estudo já está feito desde de 2007, por um antropólogo do nordeste “que não conhece do Estado”.
- “Chama a atenção que eles procuram pelas terras mais férteis”.
- “[...] vêm dizer que 1/3 do Estado é de índios”
- “Eles não podem afirmar que determinada área tem cemitério de índios, precisam cavocar e provar” (“MS não será terra de índio, diz André”, O Progresso, 04/08/2008)

Esses argumentos são parte da “visão de mundo” de uma parcela da sociedade que, para reafirmar sua posição contrária, cria representações a partir de uma noção de relações de poder. O discurso de que “não será terra de índio” denota a busca por estabelecer uma relação hierárquica de modo de vida. Age de forma binária (o “bom” e o “mau”) e essa dicotomia está no campo das ideias, das interações simbólicas que buscam se legitimar determinado grupo em relação a outro, numa espécie de relação binária (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Já em entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Dourados, temos a dimensão da inserção de notícias sobre demarcações de terras indígenas na editoria de economia:

PRODUÇÃO

O presidente do Sindicato Rural de Dourados lembra que as 38 áreas que serão avaliadas pela Funai respondem, entre outras coisas, por 60,94% de toda produção de soja, por 70,12% da produção de milho, por 53,76% do cultivo de arroz e por 50,94% do feijão de todo Mato Grosso do Sul. O líder ruralista enfatiza ainda que os 26 municípios respondem por 40,32% de toda safra de cana-de-açúcar do Estado; por 38,15% de toda produção de mandioca; e por 26,82% do milho de segunda safra.

Figura 7 - “Dourados debate demarcações” (O Progresso, 16/03/2009, Economia, p.05)

O aspecto econômico aparece na mídia como um dos discursos de linha de frente na contestação às demarcações, sempre aliado ao alarmismo de que uma parcela territorial significativa do Estado pode passar ao domínio dos índios. As condições materiais de

produção é que estruturam essas representações sobre a questão. A “ameaça” ao modo de vida do homem do campo reflete no desenvolvimento da consciência dele acerca das relações sociais que estabelece com outros grupos.

“Índios recuam na Brasília do Sul” discute a ocupação de uma fazenda no município de Juti e mostra entrevistas com o líder indígena Ládio Veron e com o advogado de um dos fazendeiros. Aqui, as representações se apresentam de maneira mais equilibrada. O índio aguarda a homologação das terras e cobra o Governo Federal pela assistência técnica para acesso a água dentre outras demandas. Já o jurista, contesta que a terra seja indígena e diz que os índios “ameaçaram praticar novos atos de vandalismo e ampliar a invasão”. A ideia de selvagem, aquele que age sem conceitos morais e com práticas violentas, novamente é revisitada. E a noção de invasão também é colocada em questão para deslegitimar ocupações e se resguardar sob os preceitos jurídicos de direito à propriedade.

Da mesma forma é o que sugere o discurso do então deputado federal na época e, hoje, governador de MS, Reinaldo Azambuja: “Azambuja também enfatizou que, mesmo se os produtores forem ressarcidos pelas terras desapropriadas, toda a economia do Estado será afetada por essas demarcações” (O Progresso, 09/05/2013, economia, p.05). Essa noção do conflito ressalta o fato de notícias sobre as demarcações estarem associadas à editoria de Economia.

3.1.3. Polícia

Tabela 5 - Polícia

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10765	10/11/2009	“Desaparecimento de índios vira caso internacional”	Chamada	Polícia
11174	07/04/2011	“Índios são acusados de atear fogo em fazenda”	Chamada	Polícia
11572	13/08/2012	“Conflito deixa índio desaparecido”	Chamada	Polícia
11760	13,14/04/2013	“Sitiente morre com flechada em briga com índios”	Chamada	Polícia
11788	18,19/05/2013	“Índios ainda ocupam quatro fazendas em MS”	Chamada	Polícia

A abordagem policial envolvendo acontecimentos relacionados a disputa por terras, mostram um outro lado da representação do conflito. Uma sucessão de outros conflitos no âmbito da violência, do desaparecimento e morte de indígenas e um produtor rural em Douradina a denúncias de “invasão”, matança de animais, queimadas entre outros. Na notícia “Desaparecimento de índios vira caso internacional”, de 10 de novembro de 2009, outra visão do conflito é retratada. Uma entidade alemã de direitos humanos remeteu uma carta ao

governo brasileiro cobrando políticas públicas para assegurar direitos dos povos indígenas de MS. Os argumentos seriam a construção das representações que os indígenas têm de sua realidade e do conflito. A violação de direitos, morte por pistoleiros e intimidação por parte dos fazendeiros revelam um contraponto no que se refere ao tema abordado nesta pesquisa.

Outras notícias têm proximidade com a outra forma como os índios são representados na mídia:

O advogado lembra que desde que os índios entraram na Fazenda Brasília do Sul vem ocorrendo atos de vandalismo que foram registrados nas Delegacias de Polícia Federal de Navirai, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça e Funai. “Além dessas iniciativas, foram registrados inúmeros Boletins de Ocorrência denunciando os ilícitos ocorridos, porém, nenhuma providência foi tomada até o momento e esperamos que esse incêndio também não fique impune”, enfatiza o advogado.

Figura 8 - “Índios são acusados de atear fogo em fazenda”, (*O Progresso*, 07/04/2011, *Polícia*, p.4)

É corriqueira a incidência de notícias sobre violência nas aldeias indígenas de Dourados. Mortes por homicídio, suicídio, desnutrição, além de crimes como furto e roubo, fazem parte do conjunto de retratos do “cotidiano da realidade indígena”. No meio do conflito por terras, essas características, de associação do indígena a crimes (vandalismo, invasão, furtos etc.) e ao alcoolismo fazem parte de um constante agendamento midiático sobre as Reservas Indígenas.



Figura 9 - “Conflito deixa índio desaparecido” (*O Progresso*, 13/08/2012, *Polícia*, p.4)

Os títulos das notícias, às vezes, não correspondem aos fatos. O *habitus* ou fazer jornalístico requer a seleção dos fatos, enquadramento, enfoque entre outros elementos que compõem a narrativa (BOURDIEU, 1997). O conflito, no caso, foi um ataque sofrido por um acampamento indígena de ocupação de terra. Em situações que opõem grupos distintos, muitas das vezes, temos por meio da mídia a representação de um conflito, mas que na verdade não se justifica pela disparidade entre forças. Pode haver resistência, como por exemplo em situações de enfrentamento à polícia, fato que ocorre constantemente com movimentos sociais de pressão ao Estado por políticas públicas.

Já no caso da morte de um sitiante em Douradina, as primeiras informações da imprensa são de que não havia conflito agrário: “As primeiras informações que chegaram à polícia indicam que a tensão entre o sitiante e membros da aldeia vinha acontecendo já há algum tempo [...]. Contudo, segundo o delegado Videira, não está caracterizado que seja disputa agrária. (“Sitiante morre com flechada em briga com índios”, O Progresso, 13,14/04/2013, Polícia, p.2). Mas a notícia não deixa de retratar o clima de tensão na região onde ocorreu a morte do sitiante, decorrente das disputas por terra na região do local dos fatos.

O título interno correspondente a chamada “Índios ainda ocupam quatro fazendas em MS” (18,19/05/2013) está carregado de um estereótipo que vem sendo construído a partir de noções como invasão, direito à propriedade entre outros discursos. “Índios invasores só acatam Justiça paulista” denota um posicionamento objetivo do produtor da notícia em relação a atitude dos índios.

3.1.4. Política

Tabela 6 - Política

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10387	06/08/2008	“Governo tenta abortar decisão da Funai”	Manchete	Política
10580	28,29/03/2009	“Gino rebate crítica aos produtores”	Chamada	Política
11202	13/05/2011	“Lobby tenta impedir bloqueio de crédito aos produtores”	Chamada	Política
11775	03/05/2013	“Assembleia Legislativa tenta conter conflito entre índios e fazendeiros”	Chamada	Política
12046	03/04/2014	“Assembleia aprova fundo de R\$ 200 mi para terra indígena”	Manchete	Política

Esta talvez seja a Editoria onde o conflito evidencia as relações de poder. Politicamente, é notório que a classe ruralista é representada em maior número e poder de influência. As matérias encontradas nesta editoria sobre os conflitos fundiários retratam o poder do agronegócio institucionalizado na política. E são várias as instituições que partilham da mesma visão de mundo dos produtores, Famasul, Acrissul, sindicatos, Assembleia Legislativa e Governo do Estado, para relatar as mais citadas nas matérias.

[...] o deputado classifica de um ato desastroso para a economia de Mato Grosso do Sul uma decisão como esta. Para Zé Teixeira, um decreto ou uma portaria da Funai que sobrepõe a lei é um risco para a sociedade, principalmente para quem pretende adquirir terras em Mato Grosso do Sul (“Governo tenta abortar decisão da Funai”, O Progresso, 06/08/2008, Política, p.4)

A fala do deputado ruralista Zé Teixeira mostra o poder institucionalizado de um grupo social, em desequilíbrio com a representatividade de indígenas nas esferas legislativas.

“Não somos criminosos, pelo contrário, estamos sendo vítimas de uma massa de manobra que não respeita a lei, que invade nossas terras, mata nosso gado e saqueia nossas lavouras”, desabafa Gino. “Portanto, se existe marginal neste conflito, certamente ele não está atuando entre os fazendeiros, mas sim entre organismos bandidos como o Cimi e tantos outros apoiados, inclusive, pela Funai, para espalhar o terror pelo campo”, afirma [Gino Ferreira] (“Gino rebate crítica aos produtores”, O Progresso, 28,29/03/2009, Política, p.4)

A narrativa expôs, através da fala do vereador douradense, a criminalização do indígena. Novamente com elementos de composição de um estereótipo que deixar clara a noção de “diferença” (HALL, 2003). O discurso coloca em oposição nós/eles. As expressões “vítimas”, “não respeita a lei”, “invade”, “saqueia”, “marginal”, “organismos bandidos” revelam essa oposição, na qual os fazendeiros seriam as principais vítimas.

“A estratégia que o governo e a bancada federal estudam para derrubar a decisão da Procuradoria da República, em 28 de outubro de 2010, tem como objetivo, segundo o deputado federal Fábio Trad (PMDB) – nomeado para traçar saídas para combater a decisão da Procuradoria –, proteger os interesses dos agricultores afetados pelas normas recém anunciadas em favor dos índios” (“Lobby tenta impedir bloqueio de crédito aos produtores”, O Progresso, 13/05/2011, Política, p.1)

Essa proteção de interesses tem característica de uma espécie de privatização do público²⁵, em que o interesse de um determinado grupo se sobrepõe aos demais, isso por meio de ingerências no âmbito do poder público estabelecido. Ao invés do debate e um estudo aprofundado sobre as demandas e a dinâmica das relações entre os vários segmentos da sociedade, se partilha uma ideia a partir das representações de estruturas de pensamento dominante.

A Assembleia Legislativa do Estado aprovou, na sessão ordinária de ontem, 18 projetos, a maioria encaminhada pelo Executivo, um deles, o Projeto de Lei nº 034/14, que aprova o orçamento do Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati), autorizando a abertura de crédito especial de até R\$ 200 milhões para aquisição de terras indígenas em Mato Grosso do Sul durante este ano. Esse projeto já havia recebido (“Assembleia aprova fundo de R\$ 200 mi para terra indígena”, *O Progresso*, 03/04/2014, Política, p.3)

Como também podemos observar neste outro trecho. Por iniciativa de parlamentares ruralistas, foi aprovado um projeto que prevê o fundo para indenização dos fazendeiros de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. Essa ideia de privatização do público (OLIVEIRA, 1999a) também é uma representação histórica. A política brasileira nos mostra que os dirigentes públicos possuem uma trajetória, ao longo da história nacional, de legislar em causa própria e de grupos de interesses financeiro e de especulação.

Após apresentar o vídeo que mostra a morte de um produtor rural, Lídio Lopes pediu para a Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, da qual é membro, e para a Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas para tomarem providências em relação ao assunto.

As imagens apresentadas durante a sessão mostram o policial militar aposentado Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, uma das vítimas do conflito com índios no distrito de Douradina - a 196 quilômetros de Campo Grande. “Sou cristão e estou chocado”, afirmou.

Kemp explicou que a Constituição de 1988 deu o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas e que 25 anos se passaram sem nenhum governo ter resolvido o problema.

Para ele, a solução para o problema fundiário indígena precisará ser política, respeitando os direitos de índios e não índios. O deputado do PT disse ainda que, ao contrário do senso comum, os índios não são incitados por ONGs internacionais ou pela Funai (Fundação Nacional do Índio) para invadir terras, mas que tomam as suas próprias decisões.

Figura 10 - “Assembleia Legislativa tenta conter conflito entre índios e fazendeiros” (O Progresso, 03/05/2013, p.3)

²⁵ Ver OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, p. 55-81, 1999a.

Neste trecho, a narrativa traz a fala do deputado estadual Pedro Kemp desmistificando a representação de que os indígenas seriam massa de manobra. Por vezes, essa suposta influência é atribuída ao Cimi e ONG's internacionais. Importante ressaltar que em 2015 foi instalada na Assembleia Legislativa do Estado a “CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Cimi”, que, justamente, tenta atribuir a causa dos conflitos ao conselho indigenista. Na visão de deputados ruralistas, supostamente a entidade incita o “ódio”, articulando e incitando os índios para que ocorram as chamadas “invasões”. Como articulada em várias notícias, citando Bourdieu (1997), podemos pensar que a luta nos campos simbólicos é permanente e recíproca, influenciadas por elementos históricos, relações sociais e mundo material. Para Elias (1994b), o mundo material também pode refletir essa dimensão histórica da permanência das estruturas. Weber (2002) dimensiona a ação social e política para poder interpretar o desenvolvimento da modernidade nas sociedades entre o final do século 19 e início do século 20.

3.1.5. Cidades

Tabela 7 - Cidades

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10531	28/01/2009	“Índios roubam e matam gado para terceiros”	Chamada	Cidades
10760	04/11/2009	“Produtores de Maracaju se unem contra invasão”	Chamada	Cidades
10936	16/06/2010	“Liminar suspende estudos para demarcação”	Chamada	Cidades
11224	08/06/2011	“Índios voltam a ocupar área em Douradina”	Manchete	Cidades
11597	13/09/2012	“Zé Teixeira quer fim de conflito em Paranhos”	Chamada	Cidades

A editoria de Cidades em *O Progresso* é destinada a matérias de outros municípios, seja por informações chegadas à redação ou por correspondentes. O texto correspondente a chamada “Índios roubam e matam gado para terceiros” (*O Progresso*, 28/01/2009) mostra um aspecto do conflito, resultante do convívio da divisão territorial entre índios e produtores:

Descaso

Índios abatem gado e causam prejuízos

O último ataque dos indígenas aconteceu na madrugada do final de semana em Coronel Sapucaia

Wilson Nascimento

CORONEL SAPUCAIA - A notícia que tem se repetido frequentemente na imprensa regional e que vem tirando o sossego e causando enormes prejuízos aos produtores rurais, o abate de gado praticado por indígenas residentes na Aldeia Taquapery, voltou a se repetir nesse final de semana em Coronel Sapucaia.

O abate, desta vez, aconteceu na noite de sábado para domingo, na Fazenda Sanga Preta, distante cerca de 8 quilômetros da reserva indígena.

Durante o ataque ao re-

ainda no pasto, levando a carne mais nobre e deixando o resto da carcaça no local onde ocorreu o abate.

Informações repassadas pelos próprios indígenas aos produtores rurais indicariam que a carne dos animais abatidos nas fazendas vizinhas à Aldeia Taquapery não seriam exclusivamente para consumo dos próprios indígenas, mas estariam sendo comercializadas na própria aldeia ou até mesmo na cidade em Coronel Sapucaia.

As informações também indicam que pequenos grupos de índios seriam os responsáveis pelos abates e já praticariam a ação criminosa sob encomenda, já com os re-

Carne pode estar sendo comercializada clandestinamente



Índigenas estariam matando gado, tirando a carne nobre e revendendo em Amambai por encomenda

Figura 11 - “Índios roubam e matam gado para terceiros” (O Progresso, 28/01/2009)

A notícia também poderia estar inserida na editoria de Polícia, por se tratar de um crime. A ação dos índios é tida como uma ameaça a “paz no campo” e geradora de questionamento por parte dos fazendeiros aos órgãos da União que tutela a população indígena. Logo abaixo do texto existe um box²⁶ com informações adicionais sobre o fato: “Cansados de arcar com os prejuízos e sem apoio do Estado, que sequer investiga os crimes, os produtores passam a investir em segurança armada para protegerem suas propriedades, o que gera confrontos e até mortes”, diz um trecho. Esse é uma argumentação para justificar a violência no campo, com a contratação de grupos armados. Várias dessas milícias já foram investigadas por agirem em casos de conflitos de terras no estado. Esses são alguns aspectos de representações da violência.

“A união é importantíssima e os produtores de Maracaju vêm mostrando esta unidade na luta contra questões como, demarcações indígenas e MST”, relatou. “Produtores de Maracaju se unem contra invasão” (O Progresso, 04/11/2009, Cidades, p.1). Esse relato do presidente do Sindicato Rural denota como movimentos sociais de contestação são tidos como uma ameaça ao setor produtivo.

²⁶ Suplemento a notícia/reportagem para destacar uma parte do tema ou oferecer informações adicionais.

dimentos", A c o n -
 Riedel statação de ações
 irregulares na
 condução dos tra-
 balhos de notificação levou a
 Famasul a buscar explicações
 junto à Funai. Como o órgão
 federal não atendeu à deman-
 da, a entidade ingressou com
 pedido de suspensão do início
 dos estudos até que a Justiça
 possa analisar o caso. "Con-
 fiamos na Justiça para avaliar
 a legalidade dos procedimen-
 tos", enfatiza o presidente da
 Famasul, Eduardo Riedel.

Figura 12 - "Liminar suspende estudos para demarcação" (O Progresso, 16/06/2010, Cidades, p.1)

As representações do discurso são orientadas pela lógica burocrática, da legalidade, da ação social em interação com as instituições sociais, como vimos em Weber (2002). A deslegitimação perpassa pela lógica jurídica do direito à propriedade. Do ponto de vista de entidades representativas como a Famasul, a política pública indigenista da questão fundiária trata-se de uma irregularidade e a argumentação ao longo das matérias sobre o tema demonstram isso, essa construção de sentidos.

O líder dos kaiowá, Voninho Benites, diz que a aldeia se tornou pequena para a população, que cresce a cada dia. Sem espaços eles afirmam que é impossível plantar e sustentar a família com dignidade. A preservação da cultura é algo preocupante para a comunidade. Segundo ele, a comunidade não quer que os filhos aprendam a viver de cestas básicas, mas do trabalho da terra. ("Índios voltam a ocupar área em Douradina", O Progresso, 08/06/2011, Cidades, p.4)

Na reportagem do dia 08 de junho de 2011, as representações indígenas são retratadas de maneira mais contundentes, com a entrevista de uma liderança que havia ocupado, junto a sua comunidade, uma área indígena. O discurso dos índios está calcado na busca pela reprodução social e cultural da população, que vive confinada ao redor das cidades do sul do Estado. "Na época os índios foram sendo empurrados para os fundos dessas fazendas já que estavam em número reduzido. Porém hoje a população cresceu e precisa de espaço para manter as atividades de sobrevivência. A comunidade se sente sufocada e reivindica seus direitos" diz a coordenadora da Funai no mesmo texto. A narrativa explora o modo de vida

indígena e explica um pouco da relação do processo e relação espacial e temporal das populações tradicionais em disputa por territórios ocupados no passado por colonos e titulados pelo Estado e União.

Invasão

Zé Teixeira cobra mais ação do Governo Federal

CAMPO GRANDE - Preocupado com o impasse que envolve os produtores rurais e índios Guarani-Kaiowá no município de Paranhos, a 477 quilômetros de Campo Grande, o deputado estadual e presidente regional do Democratas, Zé Teixeira, subiu à tribuna da Assembleia Legislativa para discursar sobre o problema em questão.

Desde o dia 10 de agosto deste ano, um grupo de aproximadamente 200 índios, incluindo mulheres e crianças, ocupou a fazenda Campina, na cidade de Paranhos. A partir daí o clima de guerra se instalou na região, onde os produtores rurais ameaçam retirar a população indígena que, por sua vez, conta com o apoio da força nacional para permanecer na propriedade.

Em seu discurso na tribuna da Casa de Leis, o deputado Zé Teixeira afirmou que existe um jeito de evitar os conflitos na região. “A Funai deveria pedir aos indígenas para que eles não invadissem as fazendas. Isto não é Constitucional, fere o direito das propriedades e ainda por cima atrapalha todo o seu funcio-



Zé Teixeira na tribuna da AL

namento” ressaltou Teixeira.

Em aparte ao discurso do parlamentar, o deputado estadual Cabo Almi (PT) fez duras críticas ao pronunciamento de Zé Teixeira. “Nós não podemos construir um debate do exterminio do índio. Eles são seres humanos e merecem um lugar na sociedade. Respeito muito vossa excelência que defende seu segmento, o latifúndio, pois ele tem seus valores para a sociedade, mas não é certo excluirmos os índios que fazem parte da nossa história. Eles são os primeiros nativos do Brasil” enfatizou o deputado.

Teixeira rebateu as críticas de Almi. “Vossa Excelência deputado Cabo Almi, inverteu todo o meu discurso. Eu não

vim aqui para advogar por “a” e nem “b”, muito menos em causa própria. Eu venho aqui solicitar o respeito à Lei, respeito a propriedades centenárias que são passadas de geração em geração e que estão sendo invadidas. Busco resolver de uma maneira simples, rápida e justa, todo este impasse que envolve índios e produtores rurais”.

Zé Teixeira cobrou uma ação direta das autoridades competentes para resolver a situação. “Imagina só, Vossa Excelência (deputado Cabo Almi) tem uma casa que está com o quarto vago, chega uma pessoa e se instala neste aposento, automaticamente, Vossa Excelência terá seu direito violado e consequentemente se sentirá mal e inconformado com isso. É o que está acontecendo, os produtores estão insatisfeitos e com o direito ferido perante a invasão. O Governo Federal, a Funai e outros órgãos competentes precisam tomar o controle da situação, coibir qualquer tipo de desrespeito à Constituição e proibir as invasões, para resolver o impasse da forma como tem que ser resolvido, dentro da Lei”, concluiu Zé Teixeira.

Figura 13 - “Zé Teixeira quer fim de conflito em Paranhos” (O Progresso, 13/09/2012)

O deputado Zé Teixeira figura nas páginas do jornal de maneira constante na “mediação” do conflito entre índios e produtores. Mas pode-se constatar que, como pano de fundo, seus discursos têm produção de sentidos orientados pela judicialização e viés econômico do tema. Do ponto de vista histórico, essa representação do fato no discurso do político se baseia na transição entre gerações de famílias na posse dos lotes, colonizados há décadas na região. Nesse embate político, a construção simbólica (BOURDIEU, 1997) cria sentidos para deslegitimar as “instituições” que articulam em volta aos direitos indígenas, como a Funai e o Cimi. Até mesmo os pesquisadores responsáveis pelos estudos de identificação sofrem um processo de deslegitimação do exercício de suas especialidades.

3.2. Representações nas matérias do *Diário MS*

O *Diário MS* apresentou 127 notícias na editoria de Cidade, 19 em Política, 11 em Economia, 6 em Polícia e 5 no caderno Região, de um total de 173 matérias. Sendo destas, 77 manchetes e 96 chamadas. Abaixo segue a análise textual de 5 reportagens de cada editoria. A escolha dos textos que foram apreciados, no caso de editorias com grande quantidade de dados identificados, segue a mesma orientação para a delimitação das notícias em *O Progresso*, pela contemplação de matérias de anos diferentes e conteúdo apresentado, com texto elaborado, entrevistas, imagens entre outros aspectos.

3.2.1. Cidade

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
3811	10/03/2008	“Índios invadem fazenda em Rio Brillante”	Chamada	Cidade
4062	06/03/2009	“Funai acusa fazendeiros de financiar protesto de índios”	Manchete	Cidade
4779	08/02/2012	“Emenda à Constituição pode barrar demarcação”	Manchete	Cidade
-	17/01/2013	“Justiça Federal mantém índios em área de Japorã”	Chamada	Cidade
-	21/02/2014	“CNV investiga conflitos indígenas em MS”	Chamada	Cidade

Tabela 8 - Cidade

A editoria de Cidade do *Diário MS* se assemelha com a Dia-a-dia de *O Progresso*. É composta por notícias da região da Grande Dourados, pautas com abordagem sobre o cotidiano e assuntos que repercutem diariamente na região. A temática relacionada a disputa entre índios e fazendeiros se apresenta nessa editoria, na maioria das vezes, como notícias sobre ocupações e manifestações de lideranças e entidades sobre o assunto.

Uma das cinco notícias selecionadas, “Índios invadem fazenda em Rio Brillante” (Diários MS, Cidade, 10/03/2008, p.07), repercute a ocupação de uma fazenda no município de Rio Brillante, que os índios reivindicam como território tradicional. Aqui, mais uma vez, o termo “invasão” é a tônica da matéria quando o assunto é conflito fundiário.

“Segundo o advogado, apesar do ato de invasão ter sido pacífico, os índios não permitem a aproximação dos empregados da fazenda. Os proprietários da fazenda prometem entrar na justiça com um pedido de reintegração de posse da fazenda” (Diários MS, Cidade, 10/03/2008, p.07).

O trecho sugere a existência de uma ligação entre a noção de “invasão” com violência, talvez nas suas mais variadas formas: física, ameaça, intimidação etc. Quando o advogado

expressa que “apesar do ato ter sido pacífico”, nos remete a ideia que as “invasões” estão diretamente ligadas a ações não-pacíficas, com práticas violentas sendo uma normatização do processo de ocupação.

Funai por 21 dias teria sido feita por membros da comunidade indígena, após ouvirem “boatos” por parte de pessoas que participaram dos protestos. “O protesto tem influência política no sentido de atrapalhar a demarcação. O agronegócio quer desestabilizar a Funai para atrasar os trabalhos. Ninguém quer a demarcação de áreas indígenas no Estado”, comentou.

Figura 14 - “Funai acusa fazendeiros de financiar protesto de índios” (Diário MS, 06/03/2009, Cidade, p.7)

Na reportagem que aborda a pressão de um grupo indígena de Dourados pela saída da coordenadora da Funai na época, mostra-se a disputa de poder entre instituições que atuam em campos opostos. A narrativa contida nos textos do *Diário MS*, com recorrência, traz aspectos dessa correlação de forças. Quando o assunto é jornalismo, costumamos cobrar que seja dado “voz a todos os lados”. Nesse sentido, os grupos sociais aparecem nas matérias representados, geralmente, por instituições como a Funai, Cimi, MPF, Governo do Estado, Famasul, Acrissul, sindicatos entre outras entidades órgão públicos.

A notícia “Emenda à Constituição pode barrar demarcação” (08/02/2012) coloca em debate uma PEC que tramitou no Congresso Nacional que pretendia retirar da União o poder de demarcar terras indígenas e passá-lo ao legislativo federal. O texto traz as falas da coordenadora da Funai, de um representante de sindicato. Segue um trecho da fala de um assessor jurídico da Famasul em entrevista:

“O objetivo é moralizar os procedimentos administrativos de demarcações”, avalia. “Existe uma obscuridade muito grande nesses procedimentos. Muitas vezes os produtores ficam sabendo já na última etapa, prestes a ser homologado. Os produtores deveriam poder acompanhar esses trabalhos, o que não acontece” (Diário MS, 08/02/2012, Cidade, p.07)

Quando refletimos, de forma geral e sintética, sobre as notícias, o enfoque, ou enquadramento, jornalístico dado a um grande volume de matérias, percebemos um procedimento que se repete na narrativa como um todo, a deslegitimação dos órgãos competentes pelas demarcações. Esses seriam “incompetentes” na visão de porta-vozes do agronegócio. As críticas à Funai, ao Governo Federal e ao Cimi são recorrentes, que caminham na direção de um conjunto de noções negativas sobre essas instituições, que incide em representações desfavoráveis. Podemos identificar esse procedimento como um agendamento midiático, no qual o assunto é pauta constante da produção de sentidos (WOLF, 2005). Quando o jurista fala em “moralizar”, de um ponto de vista podemos entender que atuação das instituições responsáveis pelo processo, até aquele momento, é ilegítima, por estar em desacordo com os padrões aceitáveis por aquele grupo.

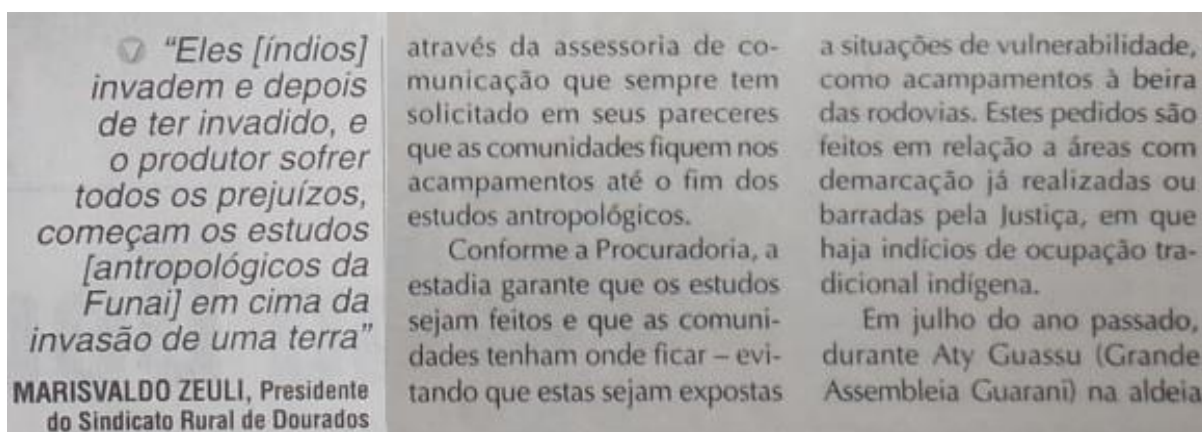


Figura 15 - “Justiça Federal mantém índios em área de Japorã” (Diário MS, 17/01/2013, Cidade, p.7)

Na matéria correspondente ao trecho acima, a narrativa coloca em oposição os discursos dos grupos conflitantes. O sindicalista recorre por questionar a legalidade da ocupação, que ele caracteriza como invasão. Já a procuradoria do MPF, detalha a situação jurídica e de condições de vida dos indígenas. Vale ressaltar que em alguns textos a situação de vulnerabilidade dos índios é afirmada. O índio vulnerável é uma das representações no contexto do conflito. Como podemos observar em mais uma das notícias selecionadas da editoria de Cidade:

“A comissão tem como objetivo mediar os fatos que envolvem os conflitos indígenas no que diz respeito à violação de direitos, que é algo do qual todos temos conhecimento, mas que os detalhes ainda não [são] públicos. A população tem direito de saber a verdade, finalizou o professor (“CNV investiga conflitos indígenas em MS”, Diário MS 21/02/2014, Cidade, p.07)

A narrativa relata a realização de uma audiência da Comissão Nacional da Verdade em Dourados, que debateria os conflitos fundiários e violações de direitos desde a colonização do Estado. A fala do antropólogo ressalta a ideia de que os índios estiveram vulneráveis em relação ao processo de desenvolvimento da estrutura fundiária do MS. Num volume grande de notícias, essa é uma das poucas matérias sobre o tema que compuseram a pesquisa em que temos uma outra visão sobre o conflito, como explicou o pesquisador ao *Diário MS*: “Não é o índio ou o fazendeiro que é o errado nesta história, e sim o Estado, que fomentou o confronto ao violar direitos”. Nessa outra perspectiva, o estado é representado de forma enfática como um terceiro personagem no contexto das disputas por terra e não somente o meio de mediação do conflito. A responsabilização do Estado pela colonização da região sem a devida proteção aos direitos dos povos indígenas é uma ideia quase não explorada, tanto pelas narrativas compostas pelas redações de ambos os jornais, quanto na fala dos entrevistados (lideranças, políticos e especialistas) nas matérias.

3.2.2. Economia

Tabela 9 - Economia

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
4007	12/12/2008	“Produtores de Rio Brillante protestam hoje”	Chamada	Economia
4089	15/04/2009	“Demarcações podem causar mortes, diz André a ministros”	Manchete	Economia
4166	05/08/2009	“Cimi cobra rapidez da Funai e critica governo do “Estado”	Chamada	Economia
-	03/12/2012	“Em MS, comitiva de Dilma defende indenizações para acabar com conflito”	Chamada	Economia
5115	24/06/2013	“Ruralistas dizem que compra de áreas colocará fim aos conflitos”	Manchete	Economia/ Cidade

Assim como ocorreu em *O Progresso*, no *Diário MS* também há notícias sobre demarcações de terras indígenas inseridas na editoria de Economia. Vale ressaltar que a associação da ampliação de áreas indígenas como um “problema econômico” faz parte da visão da perspectiva ruralista sobre o fato. Assim como a politização e judicialização da questão.

O presidente da Funai citou ao jornal Folha de São Paulo, especificamente, que as condições impostas pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, no voto, dão razão às preocupações dos povos indígenas. “Acho que os povos

indígenas estão preocupados com razão porque são votos que têm explicações jurídicas muito complexas. A gente tem dificuldade, eu que não sou da área de direito, de entender claramente essas condicionantes que estão colocadas”, disse Meira “Produtores de Rio Brillante protestam hoje” (Diário MS, 12/12/2008, Economia, p.5)

O trecho expõe a fala do presidente da Funai sobre a tramitação do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no STF. A matéria correlaciona o debate no STF com as prováveis consequências da decisão para o andamento das demarcações no MS. O texto dá uma dimensão mais burocrática do processo de demarcação de terras indígenas, elevado a instância maior sob um viés jurídico.

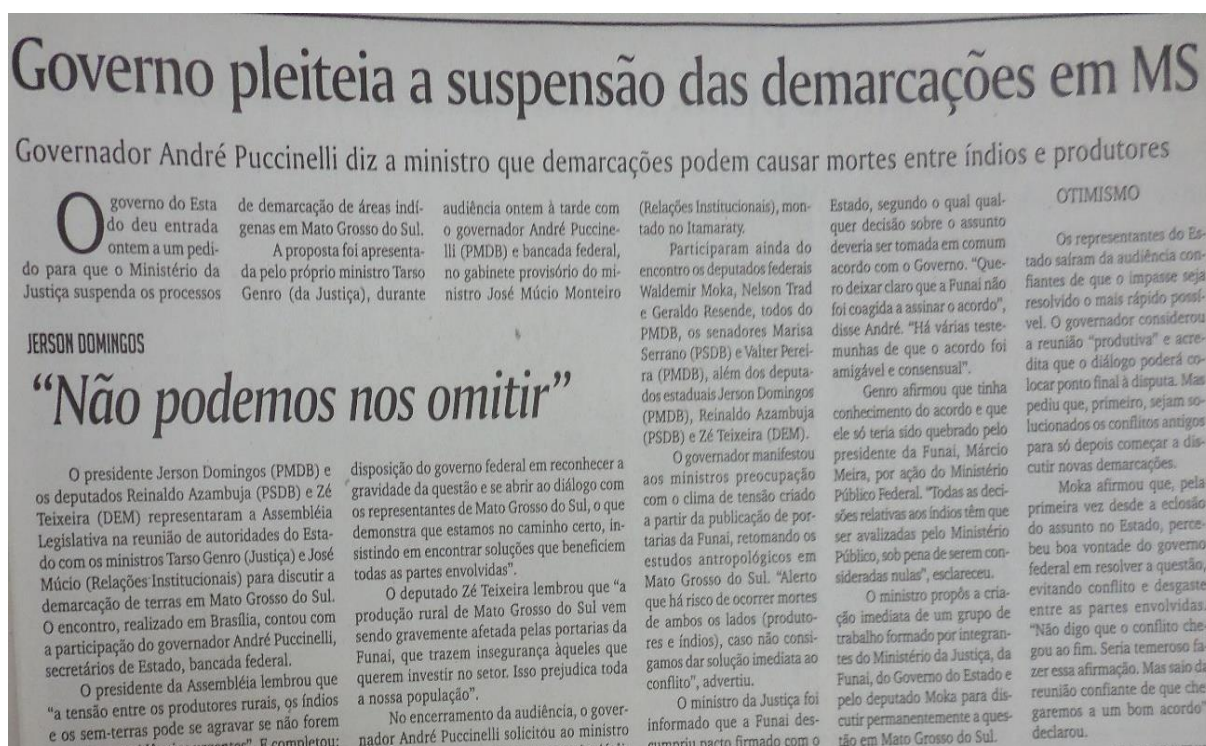


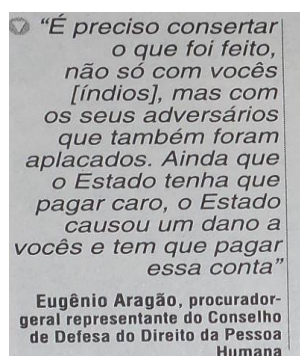
Figura 16 - “Demarcações podem causar mortes, diz André a ministros” (Diário MS, 15/04/2009, Economia, p.5)

Aqui observa-se que a classe política do MS é predominantemente composta por ruralistas. O governador do Estado assume em seus discursos uma posição declaradamente contrária às demarcações e, de certa forma, utilizou a estrutura administrativa do Estado para agir política e juridicamente suprimindo as ações da Funai e do MPF. Do ponto de vista econômico, um deputado estadual afirmou que a produção rural vem sendo afetada pelas portarias da Funai, trazendo insegurança para produtores locais e investidores. Essa representação das consequências das demarcações também é um assunto que faz parte do

enquadramento da notícia e agendamento midiático, sendo bastante recorrente em ambos os jornais (HOHLFELDT, 1998).

O Cimi também fez duras críticas ao governador André Puccinelli devido ao repasse de R\$ 500 mil feito pelo Estado para a Assomassul (Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul) bancar as despesas que devem ser causadas aos 26 municípios que receberão os estudos. “A descompostura parece tomar contornos surrealistas. O dinheiro público, do cidadão deste Estado, dos pobres que acabam sendo os que pagam impostos, é desviado deslavadamente para ações desumanas de impedir o sagrado direito a um pedaço de chão aos seculares habitantes dessas terras”, relata o coordenador do Cimi, Egon Heck. Conforme o Conselho, os índios guarani-caiúas do Estado temem que o dinheiro seja utilizado para comprar armamentos ou até para corrupção dos servidores que estarão trabalhando diretamente com as vistorias (“Cimi cobra rapidez da Funai e critica governo do Estado”, Diário MS, 05/08/2009, Economia, p.05).

Já a matéria do dia 05 de agosto de 2009, aborda uma nota divulgada pelo Cimi, em que tece críticas às atuações do governador do Estado para impedir os estudos de identificação de territórios indígenas e da ação de produtores rurais que agiram para atrasar, por diversas vezes, o início dos trabalhos da Funai. O repasse citado pelo coordenador do Cimi é mais um indício do uso da máquina administrativa do Estado em auxílio direto aos produtores, sob a lógica de privatização do público (OLIVEIRA, 1999a). Essa notícia é um dos poucos momentos em que representantes dos indígenas tem suas argumentações colocadas em destaque na imprensa. Podemos perceber que a representação que os índios têm dos produtores rurais, em situações de conflito, é de atores sociais que estabelecem uma relação de violência. A intimidação e o fato de alguns produtores terem se armado e contratado seguranças reflete um dos principais olhares que os indígenas tem em relação ao grupo em oposição.



“É preciso consertar o que foi feito, não só com vocês [índios], mas com os seus adversários que também foram aplacados. Ainda que o Estado tenha que pagar caro, o Estado causou um dano a vocês e tem que pagar essa conta”

Eugênio Aragão, procurador-geral representante do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana

Figura 17 - “Em MS, comitiva de Dilma defende indenizações para acabar com conflito” (Diário MS, 03/12/2012, Economia, p.)

Essa é uma das poucas vezes que o destaque e/ou enfoque (COLLING, 2001) é direcionado a um terceiro elemento senão índios e fazendeiros: o Estado. Essa é uma representação pouco explorada, de que a ação direta do Estado gerou a situação de conflito. Aqui, no sentido durkheimiano, a ação institucional gerou o fato social. Os índios sofreram violência e mortes, foram confinados e retirados de seus territórios, enquanto o Estado acondicionou os colonos, oferecendo toda estrutura desenvolvimentista de expansão, titulando essas terras para muitos particulares de “boa fé”.

O ministro da Secretária Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou no Fórum para Demarcação de Terras Indígenas, na quinta-feira, em Campo Grande, que o Governo Federal vai comprar vai comprar as terras da fazenda Buriti, em Sidrolândia, e entrega-las aos índios. O anúncio foi visto com bons olhos por entidades representativas dos ruralistas, que esperam que a aquisição se estenda às outras áreas de conflito em Mato Grosso do Sul (“Ruralistas dizem que compra de áreas colocará fim aos conflitos” (Diário MS, 24/06/2013, Economia, p.05).

É o que mostra alguns trechos de notícias ao longo da amostragem, em que os grupos pressionam o Estado por uma resolução do impasse. Em alguns momentos, índios cobram por indenizações aos fazendeiros também. Apesar da pressão dos ruralistas pela anulação das portarias da Funai, nos casos em que a área já foi identificada e demarcada, faltando apenas a homologação como o caso da Terra Indígena Buriti, os produtores cobram por indenizações, pelas terras terem sido adquiridas, supostamente, de “boa fé”.

3.2.3. Polícia

Tabela 10 - Polícia

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
5034	25/02/2013	“Religioso teria sido ameaçado por fazendeiro”	Chamada	Polícia
5068	15/04/2013	“Em Douradina, um produtor rural é espancado até morrer”	Manchete	Polícia
5069	16/04/2013	“Conflito entre produtor rural e índios era antigo, segundo BO’s”	Chamada	Polícia
5109	14/06/2013	“Morte de índio provoca rumores sobre invasão”	Chamada	Polícia
-	04/12/2013	“PC esclarece mortes de índios”	Chamada	Polícia

Na editoria de Polícia, o *Diário MS* abordou durante o período delimitado temas relacionados à violência do conflito entre índios e fazendeiros. Ou, como no caso da notícia do dia 25 de fevereiro de 2013, a ameaça a um religioso ligado a movimentos de apoio aos

indígenas. Neste contexto, a ameaça e intimidação são parte de uma dimensão ainda pouco representada sobre as disputas.

DiárioMS POLÍCIA Dourados/MS, 25 de fevereiro de 2013 | 03

MPF apura possível ameaça de morte a religioso por fazendeiros

CONFLITOS | Delimitação de Terra Indígena em Iguatemi teria ocasionado a intimidação; polícia investiga

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul solicitou à Polícia Federal de Naviraí a instauração de inquérito policial para apurar possível crime de ameaça contra um frei franciscano que atua junto às comunidades indígenas guarani-kaiowá e guarani-ñandeva no sul do Estado. A ameaça de morte teria sido realizada verbalmente por fazendeiros e comerciantes de Iguatemi durante uma reunião, em janeiro deste ano, na sede da Associação Comercial do município.

Na ocasião, o frei teria sido acusado de incitar os índios a ocupar fazendas e reivindicar áreas. Intimidado, o religioso encaminhou documento ao MPF relatando o fato. Na representação, ele afirma realizar apenas trabalho de evangelização e promoção social em prol das comunidades indígenas, sem interferir na autonomia dos índios nem incentivar a ampliação de suas reservas.

A Polícia Federal deve investigar as circunstâncias do fato para identificação dos autores da possível ameaça. Se identificado o crime, a punição prevista no Código Penal é de detenção, de um a seis meses, ou multa.

TERRA INDÍGENA
Em 8 de janeiro de 2013, foi publicada a Portaria 01/2013 da Funai que reconhece a Terra Indígena Iguatemipegua I como de ocupação tradicional das famílias guarani-kaiowa dos tekoha Pyelito Kue e Mbarakay. O documento delimita a terra em pouco mais de 41 mil hectares do município de Iguatemi. A área abrange um total de 46 imóveis.

Segundo o estudo publicado pela portaria, há registros do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que comprovam a ocupação da região pelos indígenas. Um dos documentos afirma que "nos anos 1940, havia 'um grupo de 215 índios' vivendo no tekoha Pyelito, cuja posse passou a ser requerida por um 'particular'".

De acordo com a portaria, a situação fundiária em que hoje se encontram os índios é resultado de um processo histórico de expulsão das comunidades de suas terras, ora para a expansão da erva mate, ora para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O encontro tratava da publicação de por-

Figura 18 - "Religioso teria sido ameaçado por fazendeiro" (Diário MS, 25/02/2013, Polícia, p.3)

Outra representação do conflito que aparece com frequência é a ideia de que os índios são incitados por entidades como o Cimi e ONG's. Essa é uma manifestação bastante utilizada pelos ruralistas para deslegitimar as ocupações de propriedades rurais. Outra noção sobre a dinâmica do conflito que apareceu neste texto é processo histórico de expulsão de populações indígenas de seus territórios tradicionais.



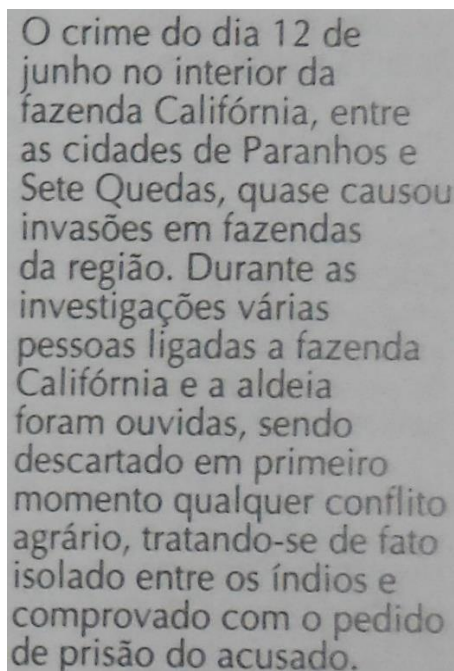
O ÍNDIO PRESO, João da Silva, 51, autuado em flagrante acusado por homicídio, estaria envolvido na morte do aposentado
 Figura 19 - “Em Douradina, um produtor rural é espancado até morrer” (Diário MS, 15/04/2013, Polícia, p.03)

O texto do dia 15 de abril de 2013 tem mais proximidade com as notícias que povoam quase que diariamente as páginas policiais de jornais, sites, que retratam a violência nas comunidades indígenas. Essas representações da violência são costumeiramente retratadas com sensacionalismo²⁷, com imagens de cenas de crime e exposição dos índios envolvidos. Na matéria em questão, a morte violenta do produtor não é associada ao conflito por terras, mas por um convívio entre produtores próximo a comunidades indígenas.

Na semana em que se abrem as comemorações do Dia do índio, a região da Grande Dourados, convive com o noticiário trágico. O crime em Douradina reforça a lista de vítimas do conflito entre índios e produtores. Em fevereiro, o índio guarani-caiova Denilson Barbosa, 15, foi morto por um fazendeiro na cidade de Caarapó. O caso fez com que a ministra dos Direitos Humanos da Presidência da república, Maria do Rosário, viesse ao Estado cobrar agilidade nas investigações. Ontem, foi a vez da ministra Ideli Salvati manifestar indignação e cobrar a funai. (“Conflito entre produtor rural e índios era antigo, segundo BO’s” Diário MS, 16/04/2013, Polícia, p.03)

²⁷ Termo midiático utilizado para descrever o uso exagerado de fatos para “chocar” a opinião pública, com exposição demasiada de aspectos impactantes sem compromisso com a ética e/ou a realidade.

Já na notícia de 16 de abril de 2013, sobre o mesmo caso, o jornal já estabeleceu uma relação entre a morte e o conflito entre índios e produtores. O impasse passa a tomar a dimensão do risco à vida, ocorrendo a interferência dos Direitos Humanos. Por meio da difusão de informações via mídia, dá para estabelecer uma ideia do clima de tensão e hostilidade, em alguns momentos.



O crime do dia 12 de junho no interior da fazenda Califórnia, entre as cidades de Paranhos e Sete Quedas, quase causou invasões em fazendas da região. Durante as investigações várias pessoas ligadas a fazenda Califórnia e a aldeia foram ouvidas, sendo descartado em primeiro momento qualquer conflito agrário, tratando-se de fato isolado entre os índios e comprovado com o pedido de prisão do acusado.

Figura 20 - "PC esclarece mortes de índios" (Diário MS, 04/12/2013, Polícia, p.03)

Já na notícia do dia 04 de dezembro de 2013, o *Diário MS* reproduz o resultado de duas investigações de mortes de lideranças indígenas nas cidades de Caarapó (MS) e Paranhos (MS). Segundo a apuração, os dois assassinatos não teriam relação nenhuma com o conflito agrário. Outros índios, que estariam em disputa por liderança nas aldeias são quem teriam cometido os crimes. As suspeitas iniciais era de que os homicídios tivessem ligação com a disputa por terras com fazendeiros das regiões onde aconteceram os fatos. No texto, a abordagem ressalta que a dúvida gerou boatos de "invasões" na região de fronteira, entre Paranhos e Sete Quedas. Ou seja, o clima de tensão no campo é sempre revertido pela classe produtora como "ameaça de invasão" e "violação" da propriedade, ou seja, de contestação à posse das terras em disputa.

3.2.4. Política

Tabela 11 - Política

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
3843	25/04/2008	“TAC sobre áreas recebe críticas e elogios na AL”	Chamada	Política
4075	25/03/2009	“Zé Teixeira pede para produtor contratar segurança contra índios”	Chamada	Política
4170	11/08/2009	“Prefeitos unidos para enfrentar demarcações”	Chamada	Política
4599	16/05/2011	“Ministro e André fazem ‘coro’ contra demarcações”	Manchete	Política
5098	28/05/2013	“Deputados em Brasília discutem invasões”	Manchete	Política

As notícias sobre demarcações na editoria de Política encontradas no jornal *Diário MS*, novamente, mostram a disputa no campo político legislativo e executivo. Uma grande maioria de parlamentares estaduais contra a criação de novas áreas indígenas, aliados a defesa dos produtores por parte do Governo do Estado, tem enfrentamento contra um reduzido número de políticos favoráveis as portarias da Funai, principalmente os membros do PT (Partido dos Trabalhadores).

“Como vendeu terra de índio, se (o índio) nunca foi dono de nada?” [deputado estadual Zé Teixeira), perguntou o parlamentar que defendeu os produtores rurais na sessão desta quinta-feira. Ele citou a invasão, pelos indígenas, de uma fazenda em Rio Brillhante que foi titulada em 1846 (“TAC sobre áreas recebe críticas e elogios na AL”, *Diário MS*, 25/04/2008, Política, p.04)

Na matéria em questão, o deputado coloca em dúvida a reprodução social e cultural dos índios que há décadas não estão fixados nas terras que buscam reconquistar. Em outro momento, ele afirma que “o índio nunca foi dono de nada”, reproduzindo uma noção ideológica do direito à propriedade e função social da terra. A ideia de “invasão” também é utilizada para legitimar o domínio territorial de latifundiários na região colonizada, segundo ele, até mesmo no século 19, com titulação concedida pelo Estado.

“Não podemos mais conviver com essa situação de conflito, onde o mais fraco sempre sai perdendo, quantas lideranças indígenas morreram na luta da terra?” [deputado estadual Pedro Teruel), questiona. O parlamentar manifestou indignação com a possível manobra do governo para barrar as demarcações (“TAC sobre áreas recebe críticas e elogios na AL” *Diário MS*, 25/04/2008, Política, p.04).

Rebatendo o discurso da maioria ruralista, o deputado Pedro Teruel faz a defesa dos povos indígenas explanando sobre a necessidade de se debater tendo como noções a violação de direitos dos índios e também questionando a “privatização do público” (OLIVEIRA,

1999a) com a empreitada do governo estadual para “barrar” as demarcações, através de ações políticas e apoio aos ruralistas – ou até mesmo ajuda financeira para os municípios contrários aos estudos.

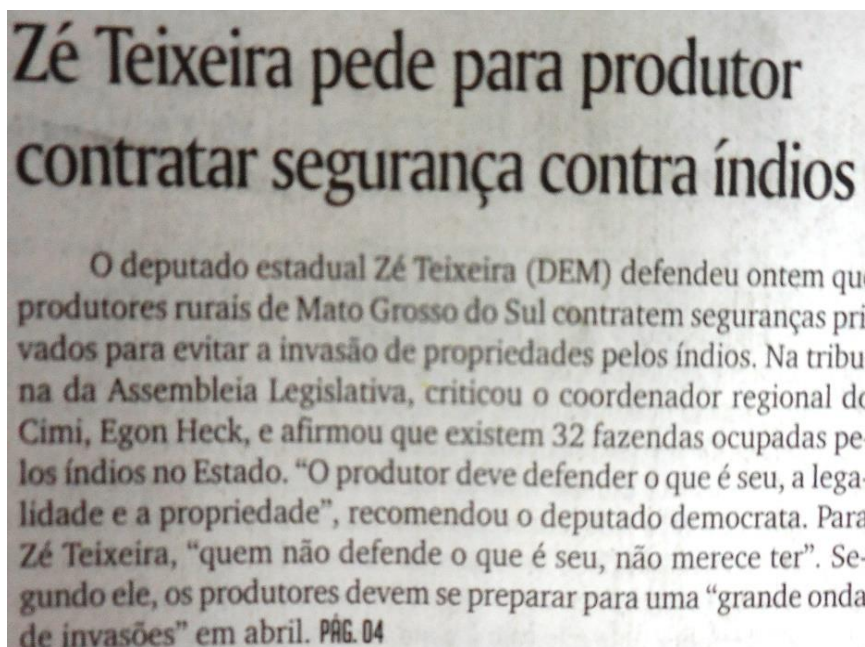


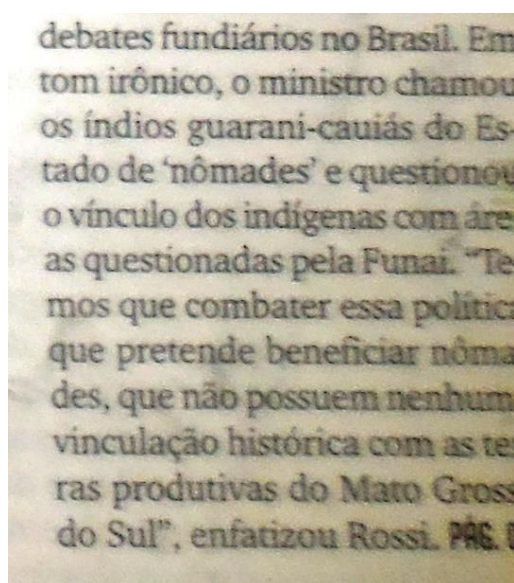
Figura 21 - “Zé Teixeira pede para produtor contratar segurança contra índios” (Diário MS, 25/03/2009, Política, p.04)

Na reportagem do dia 25 de março de 2009, um elemento novo, até então, surge em meio a análise: o discurso extremado. Radical²⁸, no sentido da fala do deputado, que demonstra que uma certa noção, por parte dos proprietários, de que o direito à propriedade está acima de tudo, “do bem e do mal”. O uso da violência seria legitimado por uma ideologia de uma suposta “defesa dos direitos”. Essa é uma representação do pensamento de uma ala dos ruralistas, que prometem resistir, até mesmo com armamentos, às ocupações de terras. É parte do universo do ideário do homem do campo ligado ao agronegócio, de uma radicalização de uma concepção de direito. Mas isso não representa o todo da “visão de mundo” do grupo. Em várias outras notícias observamos que alguns líderes pretendem a resolução através da indenização pelas terras.

Em julho, o governo do Estado repassou R\$ 480 mil à Assomasul para ajudar os municípios impactados pelas portarias a custear as despesas judiciais. No início desse mês, a ajuda foi denunciada ao Ministério Público Estadual e Federal pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (“Prefeitos unidos para enfrentar demarcações”, Diário MS, 11/08/2009, Política, p.03)

²⁸ Sobre radicalismo sugiro CANDIDO, Antonio. Radicalismos. Estudos Avançados, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990.

Essa matéria mostra mais claramente a ingerência do Governo Estadual representando os produtores a partir de políticas direcionadas. Isso mostra um desequilíbrio em relação a ajuda oferecida aos índios. O texto também se atenta ao aspecto econômico, alarmando que as demarcações podem inviabilizar a economia dos 26 municípios sujeitos a estudos de identificação de terras indígenas. A união dos 26 prefeitos em torno da questão e contra a iniciativa da Funai em criar grupos de estudos, mostra o domínio do espectro político por parte da classe ruralista e atuação por meio das instituições políticas (OLIVEIRA, 1999a).



debates fundiários no Brasil. Em tom irônico, o ministro chamou os índios guarani-cauiás do Estado de 'nômades' e questionou o vínculo dos indígenas com áreas questionadas pela Funai. "Temos que combater essa política que pretende beneficiar nômades, que não possuem nenhuma vinculação histórica com as terras produtivas do Mato Grosso do Sul", enfatizou Rossi. PÁG. 1

Figura 22 - "Ministro e André fazem 'coro' contra demarcações" (Diário MS, 16/05/2011, Política, p.04)

No dia 16 de maio de 2011, o *Diário MS* estampou na capa uma manchete sobre a visita do ministro da Agricultura da época, Wágner Rossi. Ele criticou duramente as demarcações de terras indígenas. Para tanto, ele chegou a comparar os índios com nômades, para supor que os povos de MS não possuíam vinculação histórica com a terra, descaracterizando a identidade indígena para afirmação de uma diferença (HALL, 2003). É uma representação do índio como um ser social sem direitos, um grupo social deslocado no espaço e no tempo.

Já o governador André Puccinelli, cobrou do governo federal uma postura mais isonômica de tratar a questão fundiária em MS. Segundo André, a União precisa honrar a bandeira e conduzir a "ordem e progresso" de forma justa e igualitária ("Ministro e André fazem 'coro' contra demarcações", Diário MS, 16/05/2011, Política, p.04)

No mesmo texto, o governador conclama em discurso o lema da bandeira nacional “Ordem e Progresso”, o que nos remete ao positivismo²⁹. Essa visão está relacionada a ideia de que as leis devem ser respeitadas acima de tudo, para que a ordem seja mantida. A classe política ruralista tem nas estruturas sociais, no sentido agrário, um modelo que não deve ser alterado, de uma realidade permanente (DURKHEIM, 1989). A noção positiva da argumentação tentaria neutralizar a ideia de contestação ao direito de propriedade e outras interpretações da Constituição Brasileira, que também assegura o direito às terras tradicionais aos indígenas.



Figura 23 - “Deputados em Brasília discutem invasões” (*Diário MS*, 28/05/2013, *Política*, p04).

Em mais uma matéria política sobre o conflito, deputados discutem com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a criação de um fundo para compra de fazendas por parte do governo, para sejam demarcadas aos índios. Mesmo assim, os termos taxativos, como “invasões” não deixam de figurar em mais uma das narrativas analisadas. Um parlamentar chega a falar em “guerra civil” se não houver uma resolução para o impasse. O tom alarmista ainda não se sustentaria. Mas, talvez, os índios não estejam dispostos a partir para um conflito no campo da violência, pois não estariam tão armados como os produtores e, nos discursos que aparecem até então, a noção das retomadas indígenas é de resistência e não combate.

²⁹ Corrente filosófica do século 19, idealizada pelo teórico francês Augusto Comte, um dos precursores da Sociologia, que tem o conhecimento científico como resultado das observações empíricas, buscando leis gerais para explicar a realidade social. Ver: Comte, Augusto. (1978). *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p117-318.

3.2.5. Região

Tabela 12 - Região

Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
4063	09/03/2009	“Produtores rurais prometem resistir à demarcação”	Chamada	Região
-	02/04/2013	“Prefeitos querem fim da briga entre índios e fazendeiros”	Chamada	Região
-	24/04/2013	“Demarcações de terras motivam debates em Amambai”	Chamada	Região
-	06/05/2013	“Prefeitos debatem demarcações”	Chamada	Região
5108	13/06/2013	“Ponta Porã faz audiência sobre demarcações”	Chamada	Região

A editoria de “Região” do *Diário MS* tem proximidade com o caderno “Cidades” de *O Progresso*. Trata de acontecimentos em outras cidades e na capital, em notícias produzidas por correspondentes ou de assessorias institucionais, como câmaras e prefeituras. Como as áreas a serem identificadas fazem parte dos territórios de 26 municípios, o tema demarcações foram abordados pelo jornal no contexto de outras cidades do Sul do MS.

Lideranças ruralistas e autoridades abordaram o tema. O anfitrião, Roney Fuchs, presidente do Sindicato Rural de Ponta Porã, criticou duramente a Fundação Nacional do Índio, ao posicionar-se contra a demarcação de terras. No entender do líder sindical, a demarcação, se ocorrer, será um retrocesso e uma injustiça contra os produtores rurais: “fomos soldados sem farda ao longo do tempo. Desbravamos esta terra. Transformamos áreas tomadas por barba de bode em lavouras produtivas de soja, pastagens e trigais, produzindo alimentos para a população”, declarou (“Produtores rurais prometem resistir à demarcação”, *Diário MS*, 09/03/2009, Região, p.03).

Na matéria do dia 09 de março de 2009, o sindicalista repercute em sua fala a ideia de retrocesso. O modo de vida indígena seria um “atraso”, não estaria em consonância com a lógica produtiva dos fazendeiros da região. Essa oposição ainda é reforçada com a exaltação de que produtores seriam gerações de “desbravadores” da terra, em alusão ao passado de colonização, ocupação territorial e expansão de culturas agrícolas no sul do Estado. Podemos então perceber que a ideia de desenvolvimento permanece viva subjetivamente através da percepção desse tipo de discurso, que coloca em oposição progresso/retrocesso, como modelo ideal de sociedade (SILVA, 2007).

A deputada também disse a Ideli Salvatti que a Funai e as ONG's internacionais têm dado um enfoque distorcido à questão, na qual os produtores rurais, que têm a titulação das terras, aparecem sempre como "bandidos".

Figura 24 - "Prefeitos querem fim da briga entre índios e fazendeiros" (Diário MS, 02/04/2013, Região, p.01)

Aqui, na reportagem de 02 de abril de 2013 sobre o encontro de políticos de MS com a ministra Ideli Salvati, uma diferente representação do conflito que apareceu também foi a ideia de que os produtores rurais seriam "bandidos" na visão da Funai e de ONG's internacionais. Isso mostra que a disputa resulta em várias nuances sobre o tema e que várias representações, da visão de mundo indígena, da visão de mundo de produtores, do Estado, de especialistas e da própria mídia são construídas ao longo da cobertura jornalística sobre os acontecimentos. Isso gera um agendamento maior ou menor para cada representação sobre o conflito, enquadramentos também são direcionados a um conjunto de ideias sobre os fatos, ora negativo ora positivo sobre determinado grupo ou aspecto da questão.

Produtores questionam demarcações

AMAMBAI | Caso aconteçam, demarcações irão atingir todos os municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul

FELIPE SCHINAIDER DE AMAMBAI

Com o plenário da Câmara de Amambai lotado, produtores rurais, servidores públicos e políticos da cidade discutiram nesta terça-feira sobre a demarcação das terras indígenas. A mobilização é contra o processo que identificou e deseja demarcar milhares de hectares no sul do Mato Grosso do Sul.

A reunião foi conduzida pelo presidente do Sindicato Rural de Amambai, Diogo Peixoto, e pelo secretário de assuntos fundiários da Famasul, Christiano Bortolotto. Reconhecido como ato público, o evento contou com a presença do prefeito Sérgio Barbosa (PMDB), secretários municipais e vereadores.

A quantidade de terras a serem demarcadas em Amambai ainda não foi divulgada. Mas, apenas no relatório que

identificou a terra indígena conhecida como Iguatemi (Iguatemi, são 21 mil hectares em Amambai. No município de Iguatemi, foram identificados 41 mil hectares. Em Coronel Sapucaia, em caso de demarcação, 53% de todo o território serão entregues aos indígenas.

O clima de insegurança que se instalou com as demarcações tem afetado a economia de toda a região, como analisa Diogo. "Quem vai querer investir aqui?", questionou após revelar que a área onde se pretende instalar uma usina de álcool em Amambai está entre as possíveis áreas demarcadas.

Entre os assuntos discutidos, está a forma de abordagem da Funai (Fundação Nacional do Índio) nas propriedades rurais. De acordo com a Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), atualmente há 12 áreas invadidas por indígenas em 28 municípios. Em todos os casos, aguardam-se as conclusões das pesquisas para o início da demarcação.

Aconteceu que no início do século, o governo federal

liberou títulos aos produtores com o objetivo de colonizar as mais diversas regiões do país, entre elas, a fronteira com o Paraguai. Porém, a Funai afirma que algumas dessas terras eram habitadas por povos indígenas, expulsas durante a colonização. Para os produtores essa informação é vaga, pois no

Brasil, antes da colonização, só havia índios.

É um absurdo o que está acontecendo em Amambai. O governo federal vende, coloca as pessoas nestas terras para fazer a colonização (...) e de uma forma conveniente vai e toma. Não é para dar aos indígenas! Nosso problema não é

com o indígena que está lá, na miséria. Disseram que é para preservar a cultura. Miséria não é cultura", disse Bortolotto.

Os produtores questionam também os reais interesses de ONGs internacionais, que financiam e fomentam o processo de demarcação.

O coordenador da Funai

"Cadê o direito à propriedade privada? Então, quer dizer, ser alguém entrar na sua casa, pode ficar lá até que uma audiência defina as razões que o levou a invadir? Isso é um absurdo!", desabafou Christiano Bortolotto, diretor da Famasul.

em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, afirmou em entrevista ao site G1/MS, que os estudos são conduzidos por uma equipe de Brasília com profissionais de diversas áreas, entre eles antropólogos, engenheiros agrônomos e técnicos em agropecuária.

Caso a terra seja comprada como área indígena, União faz a indenização a produtores. Mas o senhor se sente insatisfeito com a negociação, já que o ressarcimento é feito apenas pelas benfeitorias na propriedade, e não pelo valor da terra. (Com informações do G1/MS)

PREOCUPADOS, produtores e políticos discutiram ontem o processo de demarcação de terras na região de fronteira



Figura 25 - "Demarcações de terras motivam debates em Amambai" (Diário MS, 24/04/2013, Região, p.01)

Um trecho da matéria acima sugere um não reconhecimento da cultura indígena enquanto tal. A situação de miséria, fome, desnutrição entre outros aspectos da vida nas comunidades indígenas têm para o produtor rural impedimentos para a reprodução cultural. A narrativa também incide sobre o Estado a culpa por fixar os colonos nas terras e titulá-las para fins de colonização. O discurso calcado no não-reconhecimento do modo de vida indígena pressupõe, como Hall (2007) discute, a interação das representações como expressões culturais.

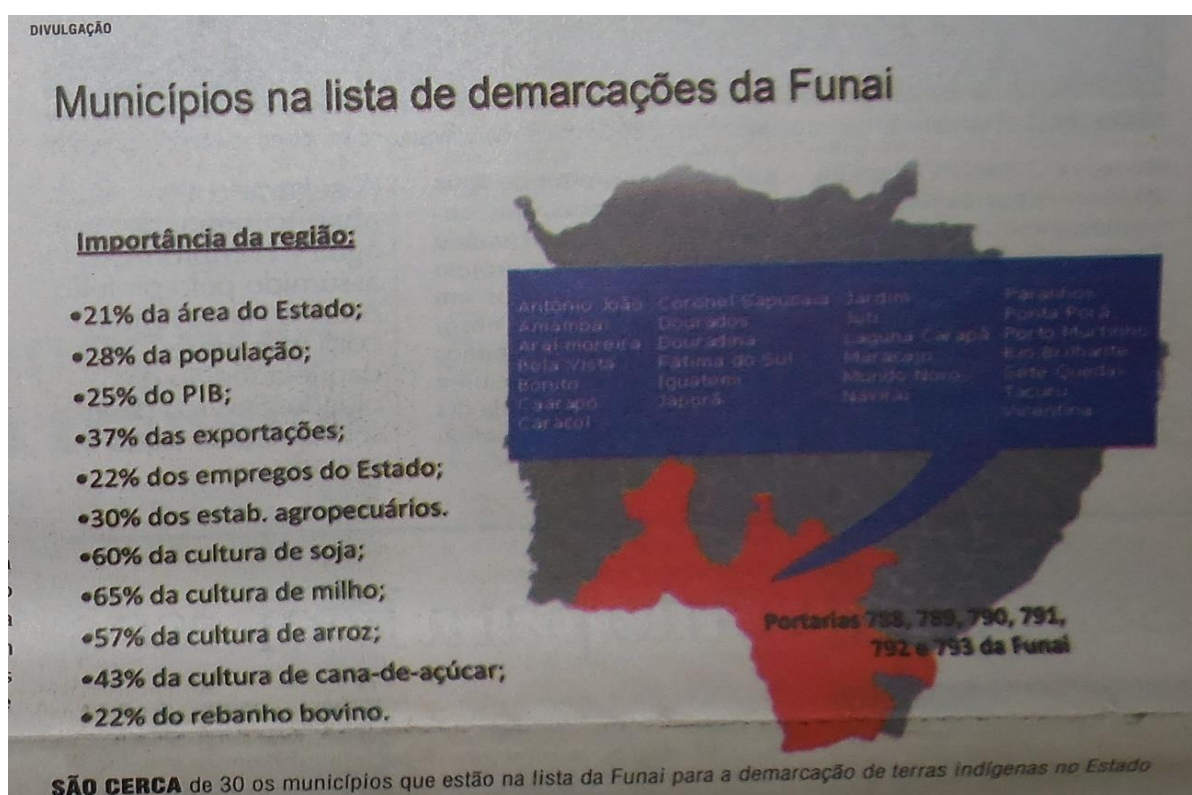


Figura 26 - “Prefeitos debatem demarcações” (Diário MS, 06/05/2013, Região, p.01)

O gráfico divulgado na notícia do dia 06 de maio de 2013, no caderno Região, mostra mais uma representação econômica do conflito. Podemos associar os dados em destaque no gráfico ao início do texto, em que o jornalista utiliza expressão: “uma solução para as ameaças de demarcações de terras indígenas no Estado”. A ideia de que um problema econômico resultaria da demarcação de terras é construído na narrativa ao tratar as mesmas como “ameaças” e, logo em seguida, apresentar os dados, que representam consistências demográficas, econômica e sociais, que, teoricamente, estariam sujeitas à ameaça. Não podemos afirmar que esse *habitus* jornalístico (BOURDIEU, 1997) é predominantemente dos valores expressos na linha editorial da empresa ou do redator. Mas trata-se de uma interação

que resulta nas escolhas, ou seja, no enquadramento, no uso dos termos, na apresentação dos dados entre outros aspectos da produção de sentidos.

Para que seja maior o impacto visual da manifestação que também tem por objetivo alertar o governo federal para a necessidade de barrar os processos demarcatórios, foram escolhidos dois pontos estratégicos (“Ponta Porã faz audiência sobre demarcações” (Diário MS, 13/06/2013, Região, p.01).

Já a matéria do dia 13 de junho de 2013, trata de uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Ponta Porã (MS). No mesmo sentido, os políticos tentam “barrar” o processo demarcatório. Vemos então que a predominância política ruralista acontece em todas as instâncias, seja ela no congresso, da assembleia, prefeituras e câmaras. O Governo Federal, através de membros que ocupam importantes cargos, apresenta contradições, com posições favoráveis e contrárias às demarcações. Enfim, ao longo da análise das notícias que compuseram a amostragem, podemos perceber num contexto de agendamento jornalístico a repetição e predomínio de discursos contrários as portarias em ambos os jornais. Esse agendamento, na perspectiva de Traquina (1995), constituiria em uma subjetividade não só de pautar os assuntos, mas de direcionar, através das abordagens, como pensar sobre determinado assunto.

3.3. Comparativo entre as abordagens

Tentando estabelecer uma relação comparativa, observa-se que, logo de início, a definição de critérios para a composição da amostragem dá uma dimensão das semelhanças entre a cobertura de *O Progresso* e do *Diário MS* sobre o conflito de terras envolvendo índios e fazendeiros no sul de MS. Ambos os periódicos apresentam as notícias sobre demarcações sobre alguns diferentes aspectos. Para tanto, são inseridas em editoriais distintas, Dia-a-dia/Cidade; Economia; Polícia; Política; Cidade/Região. A inserção das reportagens em cada caderno desses sugere que existem elementos diversos que implicam em percepções variadas sobre o tema.

As primeiras percepções que tivemos ao analisar as matérias foi de que as narrativas em ambos os jornais empregam representações em comum, com termos e expressões que estabelecem entre si proximidade e compõem ideias relacionais entre si, a partir das “visões de mundo” de ambos os grupos conflitantes. O termo mais recorrente é “invasão”. O uso das formas de narrativa pressupõe a interação simbólica entre ações e seus significados. A noção

que permeia a ocupação de terras dos índios pela visão ruralista é de invasão, que está associada a ideia de ilegalidade, de uma usurpação. Para os indígenas, a ação é tida como uma “retomada” ou “ocupação”. As representações predominantes na mídia utilizam-se da expressão invasão denotando uma violação à propriedade privada.

Tanto *O Progresso* como o *Diário MS* dão voz - no sentido de estabelecer personagens, entrevistas, seleção de discursos e documentos -, de forma majoritária, a representantes dos produtores rurais, como políticos, sindicalistas, lideranças de entidades entre outros sujeitos contrários às demarcações. Ao longo dos discursos, várias representações são construídas, no sentido de um conjunto de ideias que dão corpo ao composto simbólico de representações de um grupo social, através de discursos, ações políticas e jurídicas, que compõem um agendamento de discursos negativos às demarcações de terras indígenas.

Esse conjunto de representações estão baseadas em elementos históricos de interação entre estruturas e ações sociais. Muitas das matérias, em ambos os jornais, repercutem noções que colocam em oposição índios e fazendeiros. O produtor é retratado como civilizado, ordeiro, com direitos invioláveis, que remetem ao processo desenvolvimentista que fixou o homem ao campo. Acontece que, a história é plural e essas caracterizações tendem a colocar em sentido contrário os indígenas – tidos como “atrasados”, “selvagens”, que não fazem parte da identidade nacional e seriam um empecilho ao desenvolvimento. Ou seja, os elementos indígenas vão no sentido oposto à moral e os valores predominantes, que constituem a identidade do produtor rural, que afirma esses aspectos identitários por gerações.

Por outro lado, algumas notícias trazem narrativas da noção que o índio tem do conflito e do grupo social em oposição. O índio representado como “vulnerável”, que tem seus direitos violados historicamente. Primeiro, pela expulsão de suas terras tradicionais pelo Estado e por particulares para fins de colonização do Estado e, posteriormente, pela violência sofrida através do processo de expurgo. O confinamento em reservas levou a situação de miséria, com problemas de violência, desnutrição dentre outras consequências. Em alguns momentos, relatos mostram que os índios veem os produtores como um algoz, por situações de ameaças, intimidações e violência. E, em muitos casos, os ataques violentos contra comunidades indígenas não se traduzem em notícia. Em ambos os periódicos ocorre um processo de silenciamento, que não noticia os casos de violência e que quase não dá voz ao índio para defesa de seus direitos.

As editoriais, por si só, nos remetem a algumas perspectivas sobre representações do tema. Os constantes acontecimentos relacionados ao conflito no cotidiano da região fazem

com que a maioria das notícias apareçam nas editoriais Dia-a-dia/Cidade. O discurso econômico, por parte dos que são contrários às demarcações, também não poderiam deixar de povoar as páginas dos cadernos de Economia. Já a politização e judicialização do processo, através de pautas sobre a atuação e manifestação de políticos do Estado e da burocratização judicial, também estão muito presentes na editoria de Política. Já o caráter violento dos conflitos, também estão representados nas editoriais de Polícia, com a abordagens sobre mortes em regiões de tensão entre índios e fazendeiros, além de fatos relacionados a divergências entre os grupos em outros contextos. Já as editoriais de Cidades/Região trazem notícias sobre os impactos das portarias da Funai no âmbito político de outras cidades, de regiões externas à Dourados.

Em ambos os jornais a perspectiva que relega ao Estado uma parcela significativa de responsabilidade pela trajetória e consequentes situações dos grupos sociais em questão, ou seja, a expulsão dos índios de seus territórios e fixação dos colonos e seus desdobramentos, tem uma parcela irrisória somado as representações de outras perspectivas sobre o conflito.

Pelo conteúdo analisado, podemos assimilar a trajetória histórica de *O Progresso* e sua explícita relação com o tema. Foram identificadas um número muito maior de notícias produzidas sobre o conflito neste veículo do que no *Diário MS*. O agendamento possui uma maioria vantajosa de matérias que dão voz aos produtores e seus representantes, com uma narrativa que nos remete ao ideário desenvolvimentista implementado na época da fundação do jornal. A construção de sentidos está calcada em pressupostos, compostos por noções próximas que tem ligação com as representações de que o território não pode se transformar em “terra de índio”, que o indígena é improdutivo e que as demarcações representariam um retrocesso, um atraso ao “progresso” e desenvolvimento da região.

Já o *Diário MS* teve uma cobertura menos volumosa, mas não menos contundentes dos fatos relacionados ao tema. Também foi identificado um amplo espaço nas páginas deste jornal dedicada a abordagem de discursos e atos de políticos e representantes de classe do setor ruralista, carregado de um conteúdo simbólico que constrói a deslegitimação do modo de vida e da visão de mundo dos índios, colocando em oposição aspectos socioculturais. Nas narrativas apreciadas também é retratado a disputa político-jurídica que cerca o debate sobre o conflito, com a reprodução de falas de representantes dos grupos conflitantes. O termo invasão também é bastante recorrente. O agendamento das notícias também mostra várias reportagens no âmbito dos municípios. Isso denota uma preocupação do veículo com os acontecimentos que ocorre nas cidades e regiões próximas e os impactos dessas ações na vida

política e social dessas localidades. Podemos relacionar esse aspecto com o fato de que o jornal sempre foi órgão oficial para publicação de atos de inúmeros municípios do Estado.

A análise desses conteúdos midiáticos não representa a narrativa jornalística sobre o tema como um todo, mas uma parcela significativa de construções simbólicas e representações sobre um fenômeno, através de abordagens semelhantes, que impacta diretamente no cotidiano, na política, economia, relações sociais e culturais dentre outros aspectos da vida social de uma região do país com uma história tão particular. O contexto de desenvolvimento associado a trajetória de um processo de colonização em um solo fértil, propício as culturas agrícolas, onde o convívio entre populações tão distintas produziu um conflito, que se arrasta há décadas, produz implicações diretas na história, na vida econômica e cultural, nas decisões políticas, no dia a dia. A mídia é um meio em que as representações sociais, sobre várias nuances, estão em constante interação, com distintas concepções, ideias, perspectivas, a partir de crenças e valores tradicionais e reformuladas ao longo do tempo sobre outras formas de expressão e interações simbólicas e culturais. São produtos da interação entre as estruturas e as ações sociais – através de condições materiais e elementos simbólicos de estruturações de pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, temos algumas considerações que julgamos relevantes para a compreensão da construção de sentidos por parte de textos jornalísticos. As teorias de representações e demais teorias sociais nas quais nos apoiamos para buscar interpretar subjetividades nas narrativas sobre o conflito entre índios e fazendeiros, no contexto das demarcações de terras indígenas no sul do MS, fizeram com que fosse possível estabelecer alguns tipos de relação entre os discursos e as estruturas sociais. As simbologias na comunicação, a economia, o direito entre outros campos que compõem a realidade da conjuntura da disputa de terra são elementos que dão corpo a análise no campo das ideias, isto é, das representações. Os aspectos históricos desse enredo conflituoso também são fundamentais para a percepção da constituição dos processos acerca das noções que tornam essas concepções de mundo mais permanentes ou que se reestruturam com as dinâmicas de interações sociais.

O conflito fundiário relacionado à questão indígena é um assunto impactante para a realidade local da porção que compreende o cone-sul do Estado. Por meio dos dois diários, *Diário MS e O Progresso*, podemos ter essa percepção do agendamento midiático dos periódicos impressos de Dourados-MS com pautas constantes sobre o tema, ao longo do período delimitado de pouco mais de 7 anos. A inserção das notícias sobre o conflito em diferentes editoriais nos dá a dimensão de que a produção da jornalística também perpassa sobre a escolha dos diferentes cadernos. Essa opção por distintas seções dos jornais compõe o conjunto de significados e sentidos acerca das abordagens. Nesse sentido, o tratamento midiático das narrativas é apresentado sobre perspectivas do cotidiano, da economia, da política, com caráter policialesco ou com certo distanciamento regional, que delimita diferentes regiões do conjunto de 26 municípios que se atentam para os estudos de delimitação de territórios. Esse processo de produção acontece em ambos os jornais.

No campo das representações o que talvez tenha sido mais contundente é o uso do termo “invasão” para descrever o processo que os indígenas chamariam de “retomada” ou que especialistas em questões fundiárias retratariam como “ocupação”. A expressão, utilizada nas narrativas, de ampla maioria das notícias apreciadas, denota, já como um pré-conceito, uma ideia de ilegalidade, que já desqualifica simbolicamente a ação dos acampados que reivindicam terras tradicionalmente ocupadas. Ocupação é um significante que pressupõe uma

busca por legitimação e equilibraria as percepções acerca do debate que o impasse gera, mas que costuma aparecer nos textos dos impressos que apreciamos.

Nesse mesmo sentido, as manchetes de ambos os jornais são contundentes com abordagens predominantemente favoráveis aos produtores rurais. A defesa da propriedade privada inquestionável se caracteriza por um conjunto de discursos e argumentos construídos por meio do destaque dado a vários personagens, sejam eles proprietários, lideranças ou políticos ou instituições políticas, de classe e entidades representativas. Nos conteúdos noticiosos, os enfoques dados ao tema perpassam por um discurso econômico, da judicialização e da politização dessa questão. As demarcações representariam uma ameaça não só ao agronegócio, mas à economia do estado como um todo. A ideia errônea de que 30% do território do MS – que representa a totalidade de todos os 26 municípios que compõem a região sul sob investigação fundiária - é transmitida por meio dos textos. Os políticos do Estado, incluindo o governador da época, todos os prefeitos do cone-sul, e maiorias parlamentares agiram e agem para “barrar” – outro termo muito utilizado com ênfase – as demarcações, revelando uma privatização do público. Um verdadeiro arsenal político é colocado à disposição dos produtores no curso do impedimento ao início dos estudos de identificação de territórios. Já do ponto de vista jurídico, o direito à propriedade seria resguardado pelas titulações do Estado que fizeram os colonos nas terras.

O processo de colonização e civilização também têm estreita relação com a produção de sentidos sobre o tema. O desenvolvimento na região buscou se afirmar também pela negação da cultura indígena, que relegou as comunidades tradicionais ao confinamento. A ideia de que o antigo sul de Mato Grosso era “terra de ninguém” parece ter se adaptado à atualidade sob a expressão de que “MS não será terra de índio”. Esse ideário ainda abarca outras noções como a de que o índio seria o “selvagem” e novas áreas indígenas representariam um “retrocesso”. A trajetória histórica de *O Progresso* acompanha essa linha de pensamento. Sua consolidação sempre esteve aliada aos projetos governamentais de poder e desenvolvimento da região. De certa forma, podemos afirmar que o jornal, com décadas de circulação, possui uma linha editorial mais conservadora, com ausência de contestação à maioria das administrações municipais e estaduais ao longo do tempo. Esse caráter mais permanente de conservação das ideias pode ser percebido pelo grande volume de matérias identificadas – e isso mostra que o conflito é um tema relevante para a empresa – e, em sua grande maioria, desfavoráveis aos indígenas, pela sua composição de agendamento e

enquadramento e pelo espaço que as ideias anti-indígenas têm como destaque em suas páginas.

O *Diário MS*, um periódico mais jovem em relação a *O Progresso*, apresentou um volume menor de notícias sobre o tema, porém a abordagem e narrativas não diferem muito da produção de sentidos identificada nas notícias de seu concorrente. Talvez com menos ênfase de discursos que retomam conceitos do passado colonizador, mas com um viés também que concede mais espaço aos discursos ruralistas. O jornal, que nasceu sob a proposição de uma independência jornalística, também carrega um alinhamento com setores dominantes da sociedade local. A noção ideológica desse conjunto de representações, que também compõem a “visão de mundo”, pode nos direcionar para identificar aspectos do *habitus* jornalístico. Os jornalistas não são os proprietários dos meios de produção e são guiados pelas linhas editoriais das empresas em que trabalham. Mas também podemos afirmar que sua “visão de mundo” é constituída pelos compostos simbólicos oriundos dos valores que interagem entre os vários campos sociais aos quais estão inseridos, seja profissional, educacional, de classe ou oriundos das interações com outras estruturas e instituições sociais com as quais estabelecem relações em suas trajetórias particulares, para estabelecer um caráter de reciprocidade do modo de ser e os processos de comunicação.

Em ambas abordagens dos veículos pesquisados os indígenas sofrem uma espécie de silenciamento, em que seu modo de vida, história e cultura são pouco explorados nas narrativas jornalísticas. Alguns casos mais graves de ataques violentos a comunidades indígenas também nem sempre são noticiados. Na atribuição das representações como expressões culturais, percebemos que os valores da identidade do colono sul-mato-grossense são enaltecidos em detrimento do outro, ou seja, da cultura indígena. Essa negação da identidade do outro estabelece a diferença, essencial na oposição incluídos/excluídos, isso no âmbito do reconhecimento social. Essa relação de alteridade nos revela a identidade como um dos elementos fundamentais para compreender a reprodução social de representações. A noção de selvagem também nos oferece elementos para visualizar uma estrutura permanente de uma espécie de hierarquização identitária, que também pode ser associada a ideia de estereótipos no processo de legitimação/deslegitimação de “modos de ser” distintos. Outra representação identificada é de que os indígenas também são representados como vulneráveis, sem respaldo dos órgãos que os tutelam. A miséria, a violência, a segurança alimentar são assuntos constantes nas narrativas sobre o modo de vida dos povos tradicionais. Há também

alguns discursos que apontam o fazendeiro como “violento” na visão do índio, do ponto de vista do conflito entre os grupos. Um viés também pouco explorado midiaticamente.

Uma outra perspectiva pouco explorada nas narrativas encontradas é a que coloca o Estado como centro de representações sobre a situação de conflito. Os governos nacionais e estaduais foram elementos fundantes do desenvolvimento da estrutura agrária tal qual se apresenta: reduzindo territorialmente os espaços dos índios; utilizando de aparatos de repressão com uso da violência; confinando os indígenas em pequenas reservas nos entornos de áreas urbanas; fazendo com que o índio fosse utilizado como mão-de-obra barata na produção agrícola; titulando as terras e fixando os colonos no campo; além de conceber que particulares avançassem em marchas para colonização da região, o que também resultou na constituição de grandes latifúndios. A leitura midiática que se tem da questão agrária está calcada pela oposição entre os grupos sociais envolvidos. A ausência de uma perspectiva que busque abordar temáticas que surjam como soluções, sem se ater a uma espécie de hierarquização de identidades e estruturar-se nas dimensões econômicas e políticas, parece limitar a discussão e dar pouca abertura para a compreensão de novas perspectivas de um tema tão impactante para a vida social de uma região peculiar, com diversidade cultural.

Por fim, este trabalho não pretende ser um retrato que delimita o comportamento social midiático, mas uma parcela de contribuição acerca da compreensão dos efeitos da comunicação no campo das representações sociais. Essas noções de teorias sociais sobre representações e suas interações simbólicas de reciprocidade entre estruturas de linguagem no campo da cultura proporcionam um importante arcabouço para interpretar aspectos dos processos de reprodução e circulação de ideias, abarcando na pesquisa o jornalismo, um meio social fundamental para o desenvolvimento de uma comunicação democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social: uma genealogia do conceito**. *Comum*, Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138, julho /dezembro 2004.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; LIMA, Renato Sérgio de Lima; RATTON, José Luiz. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Disponível em <<https://books.google.com.br>>. Contexto: São Paulo, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. São Paulo: Perspectivas, 1974.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n3.pdf>>.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas**. *PerCursos*, v. 16, n. 32, p. 103-120, 2016. Disponível em <<http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>>.
- CANDIDO, Antonio. **Radicalismos**. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002>.
- CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. Brasiliense, 1981.
- COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando efeitos limitados**. 2001. In: *Revista FAMECOS*, nº. 14. Porto Alegre. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/301/232>>.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 13ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ECO, Umberto. **Integrados e apocalípticos**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2008.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estebelecidos e os *outsiders***. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREIRE FILHO, João Freire; HERSCHMANN, Micael; PAIVA, Raquel. **Rio de Janeiro: estereótipos e representações midiáticas**. Revista eletrônica e-compós. Vol. 1, dezembro de 2004. Disponível em <http://www.compos.org.br/>. Giddens, Anthony. **A constituição da sociedade**. Vol. 458. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, João. **Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984)**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, p.121.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. ISSN 1806-9029, v. 15, n. 2 (26), 2004. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934/8639>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, Adilso de Campos. **A participação dos índios guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, p.145.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, p. 11, 1991.

GOMES, M.R. **As Representações Sociais entre estudos culturais e psicologia social, a psicanálise**. Revista Caligrama. Revista de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Mídia. V.2, nº3, 2006. Disponível em www.eca.uso.br/caligrama/.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

HALL, Stuart. **"Quem precisa da identidade?"** in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

HALL, Stuart (ed). **Representation: cultural representations and signifying practices**. Vol. 2. Sage, 1997. Disponível em <http://www.curateafrica.org/wp-content/uploads/2013/02/HallRepresentation.pdf>.

HOHLFELDT, Antônio. **Espiral do silêncio**. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre: EDIPUCRS, nº 8, jul./1998, p. 36-47. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewArticle/5466>.

HOHLFELDT, Antônio. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento**. Revista Famecos. Porto Alegre, n.14, abr.1997. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2983/2265>.

HOROCHOVSKI, M. T. H. **Representações Sociais**: Delineamentos de uma Categoria Analítica. In Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2 nº 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 92-106. Disponível em <<http://castelobranco.br/webcaf/arquivos/>>.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001, p.420.

LASSWELL, Harold. **A estrutura e a função da comunicação na sociedade**. In: COHN, Gabriel (org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional, 1971, p. 105 a 117.

LAZARSELD, Paul e MERTON, Robert. **Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada**. In: COHN, Gabriel (org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional, 1971, p. 230 a 253.

LUCIANO, Luís Carlos. **O fenômeno Diário MS** – dez anos de um sonho que está dando cada vez mais certo. Dourados. 2003, p.143. Disponível em <<http://www.luiscarlosluciano.com.br/images/livro-diario10.pdf>>.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações**: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009). Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, p.133.

MACIEL, Nely Aparecida. **História dos Kaiowa da Aldeia Panambizinho**: da década de 1920 aos dias atuais. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados. 2005, p.181.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** – Feuerbach, a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MCCOMBS, Maxwell E. and SHAW, Donald L. **The agenda setting function of mass media**. In: Public Opinion Quarterly, Vol. 36, Número 2, Summer 1972, p. 176 a 187.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal**: Assentados na lama e na areia. Dourados, MS: UEMS/UFGD. 2009, p.195.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2004. 404p.

MOSCOVICI, Serge. **Sobre representações sociais**. Núcleo de Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFSC, 1985.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The spiral of silence: public opinion** - our social skin. University of Chicago Press, 1993.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p.15-35, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.** In Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999a, p. 55-81.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu: Laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul.** Dourados, MS: UFGD. 2009, p.282.

OLIVEIRA, Márcio de. **Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira.** IN: Revista de ciências humanas. Curitiba: Editora da UFPR, n.7/8, 1999b, p.173-193.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de Mato Grosso: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados.** Guarapuava: Anacleto. 2001. vol. 2, nº 1. Disponível em <<http://200.201.10.38/editora/revistas/anacleto/v2n1/artigo%208%20o%20processo%20civilizador.pdf>>.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência.** Sociologias 2006; 8: 250-73. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16>.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul.** In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. [Livro em processo de publicação pela Editora da UFGD]. 2016, p.37.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RUBLECKI, Anelise. **Agendamento e mediação jornalística no jornalismo líquido.** (2011): 48-61. Disponível em <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/2882/1781>>.

SANTI, H. C.; SANTI, V. J. C. **Stuart Hall e o trabalho das representações.** Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008, São Paulo.

SANTOS, Claudete Soares De Andrade. **Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940 – 1970).** Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados. 2007, p.105.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Tradução Antônio Chelini et al. 25a edição. São Paulo: Cultrix, 1996.

SCHWENGBER, Isabela. **Quando o MST é notícia**. Dourados, MS: UFGD. 2008, p.180.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. **Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados. 2005, p.176.

SILVA, Lélío Loureiro da: **As representações dos Kaiowá-Ñandeva no Jornal O Progresso na década de 1980**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados (MS): UFGD. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRAQUINA, Nelson. **O paradigma do agenda-setting: redescoberta do poder do jornalismo**. In: Revista Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos, número 21 e 22, 1995.

VIUDES, Priscila. **Índios nas páginas d'O Progresso: Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados (MS): UFGD. 2009.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo F. Frias e Gerard Georges Delaunay. 5. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomaz Tadeu da (or.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: Relação de todas as edições com notícias sobre o conflito entre índios e fazendeiros identificadas entre novembro de 2007 e dezembro de 2014

EDIÇÕES O PROGRESSO				
Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
10265	08,09/03/2008	“Índios invadem fazenda”	Chamada	Dia-a-dia
10281	29,30/03/2008	“Sem-Terra fecham BR”	Manchete	Capa
10306	30/04/2008	“Terra demarcada vira matagal”	Manchete	Dia-a-dia
10320	19/05/2008	“Ruralistas atacam o Governo Federal”	Chamada	Rural
10371	18/07/2008	“Portarias da Funai geram polêmica”	Chamada	Economia
10379	28/07/2008	“Dourados debate TAC da Funai”	Chamada	Economia
10380	29/07/2008	“Sindicato Rural discute TAC hoje”	Chamada	Rural
10381	30/07/2008	“Prefeitos debatem portarias da Funai”	Chamada	Economia
10382	31/07/2008	“Produtores preparam ofensiva”	Chamada	Economia
10383	01/08/2008	“Prefeitos estão unidos contra demarcação”	Chamada	Economia
10385	04/08/2008	“Índios celebram início de demarcação”	Manchete	Economia
10385	04/08/2008	“MS não será terra de índio, diz André”	Chamada	Economia
10386	05/08/2008	“Sindicatos querem derrubar portarias”	Chamada	Economia
10386	05/08/2008	“Gino alerta para o caos com a demarcação de terras”	Chamada	Economia
10387	06/08/2008	“Governo tenta abortar decisão da Funai”	Manchete	Política
10388	07/08/2008	“Deputados criticam a Funai”	Chamada	Política
10388	07/08/2008	“Filósofo diz que TAC da Funai é um erro”	Chamada	Economia
10391	11/08/2008	“Juiz suspende vistoria da Funai”	Manchete	Economia
10392	12/08/2008	“Ameaça de invasão deixa em alerta produtores”	Chamada	Rural
10395	15/08/2008	“Aced prepara ato contra as demarcações”	Chamada	Economia
10397	18/08/2008	“Demarcação pune comércio, diz CDL”	Chamada	Economia
10398	19/08/2008	“Para OAB, lei impede demarcação”	Chamada	Economia
10400	21/08/2008	“Aromac repudia demarcações”	Chamada	Economia
10401	22/08/2008	“Relator da ONU chega amanhã em Dourados”	Chamada	Política
10403	25/08/2008	“ONU ouve índios e fazendeiros”	Manchete	Política
10405	27/08/2008	“Fiems aciona Funai na Justiça Federal”	Manchete	Economia
10406	28/08/2008	“AL tenta abortar decisão da Funai”	Manchete	Política
10411	03/09/2008	“Ruralistas vão parar Dourados”	Manchete	Economia
10413	05/09/2008	“Câmara debate portarias da Funai”	Chamada	Economia
10414	06,07/09/2008	“Funai suspende as demarcações”	Manchete	Dia-a-dia
10415	08/09/2008	“Dourados diz não a demarcação”	Manchete	Economia
10418	11/09/2008	“OAB reúne MPF com entidades”	Manchete	Dia-a-dia
10419	12/09/2008	“Produtores se reúnem hoje com bispo”	Chamada	Capa
10421	15/09/2008	“Bispo coloca Cimi sob suspeita”	Chamada	Dia-a-dia
10421	15/09/2008	“Governo pede harmonia aos produtores rurais”	Chamada	Economia
10422	16/09/2008	“Governo e Funai buscam acordo”	Manchete	Política
10423	17/09/2008	“Funai admite indenizar terra nua”	Manchete	Economia
10430	25/09/2008	“Denúncia do Cimi é imoral, afirma Issao”	Chamada	Economia
10461	31/10/2008	“Gino quer PEC para terra nua”	Manchete	Política
10471	12/11/2008	“Produtores e índios buscam diálogo”	Manchete	Dia-a-dia
10477	20/11/2008	“Funai não vai anular portarias”	Manchete	Economia
10478	21/11/2008	“Gino afirma que Funai não cumpre a lei”	Chamada	Economia

10486	01/12/2008	“Zeuli assume defendendo a produção”	Chamada	Economia
10493	10/12/2008	“Comissão quer fundo de indenização”	Manchete	Dia-a-dia
10497	15/12/2008	“Fazendeiros denunciam abate de gado”	Manchete	Dia-a-dia
10531	28/01/2009	“Índios roubam e matam gado para terceiros”	Chamada	Cidades
10564	10/03/2009	“Políticos repudiam portaria da Funai”	Manchete	Política
10567	13/03/2009	“Relatório denuncia situação do indígena”	Chamada	Dia-a-dia
10569	16/03/2009	“Dourados debate demarcações”	Manchete	Economia
10580	28,29/03/2009	“Senadora discute demarcações”	Manchete	Economia
10580	28,29/03/2009	“Gino rebate crítica aos produtores”	Chamada	Política
10581	30/03/2009	“Marisvaldo mobiliza os produtores rurais”	Chamada	Economia
10593	15/04/2009	“André pede suspensão de portarias da Funai”	Chamada	Dia-a-dia
10612	11/05/2009	“MPF cobra demarcação de reservas indígenas em MS”	Chamada	Brasil/ Mundo
10618	18/05/2009	“Regina Duarte defende campo”	Chamada	Rural
10620	20/05/2009	“Famasul barra vistoria sem aviso”	Manchete	Capa
10666	14/07/2009	“Ministro discute questão indígena em Dourados”	Chamada	Dia-a-dia
10667	15/07/2009	“Ministro quer pacto para demarcação”	Manchete	Dia-a-dia
10671	20/07/2009	“Dourados debate demarcações”	Manchete	Economia
10674	23/07/2009	“Produtores já falam em conflito”	Manchete	Dia-a-dia
10693	14/08/2009	“Prefeitos debatem demarcação”	Chamada	Dia-a-dia
10704	27/08/2009	“Funai vai retomar estudo de demarcação”	Manchete	Dia-a-dia
10705	28/08/2009	“Gino diz que TRF atropela o Supremo”	Chamada	Economia
10712	05,06/09/2009	“Demarcação é caminho sem volta, diz procurador”	Chamada	Dia-a-dia
10728	25/09/2009	“Famasul alerta Funai sobre índios”	Chamada	Economia
10731	29/09/2009	“STF cria limite para demarcação”	Manchete	Economia
10733	01/10/2009	“Encontro debate as invasões de terras”	Chamada	Economia
10738	07/10/2009	“Por terras, indígenas bloqueiam BRs”	Manchete	Dia-a-dia
10750	22/10/2009	“Justiça livra fazenda de demarcação”	Chamada	Economia
10758	31/10- 01/11/2009	“Ruralista alerta sobre invasões”	Chamada	Economia
10760	04/11/2009	“Produtores de Maracaju se unem contra invasão”	Chamada	Cidades
10762	06/11/2009	“Azambuja quer fim das invasões e terras em MS”	Chamada	Economia
10765	10/11/2009	“Desaparecimento de índios vira caso internacional”	Chamada	Polícia
10773	19/11/2009	“Produtores tentam barrar demarcação”	Manchete	Dia-a-dia
10775	21,22/11/2009	“Índios protestam contra morte de professor”	Chamada	Polícia
10777	24/11/2009	“Corpo de índio ainda não foi sepultado”	Chamada	Polícia
10779	26/11/2009	“Índios armados invadem fazenda”	Manchete	Polícia
10798	21/12/2009	“Justiça barra demarcação”	Chamada	Capa
10804	30/12/2009	“STF suspende demarcação de terras”	Manchete	Dia-a-dia
10866	18/03/2010	“Proprietários de terras poderão ser indenizados”	Chamada	Economia
10881	07/04/2010	“Aty Guassu acontece em Paranhos”	Chamada	Capa
10884	10,11/04/2010	“Índios debatem políticas públicas”	Chamada	Dia-a-dia
10885	12/04/2010	“Acusados de matar líder indígena são julgados hoje”	Chamada	Polícia
10887	14/04/2010	“Indígenas arrecadam dinheiro em rodovia”	Chamada	Dia-a-dia
10889	29/04/2012	“Produtores protestam contra invasões”	Chamada	Brasil
10889	29/04/2012	“Desembargador analisa conflito de terra”	Chamada	Dia-a-dia
10906	08,09/05/2010	“MPF pede execução de TAC da demarcação”	Chamada	Dia-a-dia
10930	09/06/2010	“Fazenda é declarada terra indígena”	Manchete	Dia-a-dia
10936	16/06/2010	“Liminar suspende estudos para demarcação”	Chamada	Cidades
10958	13/07/2010	“Justiça ordena demarcação de terras”	Manchete	Dia-a-dia
10970	26/07/2010	“Justiça Federal mantém estudos de	Chamada	Dia-a-dia

		demarcação”		
11019	22/09/2010	“Justiça mantém demarcação de terras em MS”	Chamada	Dia-a-dia
11143	26,27/02/2011	“Dourados é sede do Observatório Indígena”	Chamada	Dia-a-dia
11153	14/03/2011	“Índios recuam na Brasília do Sul”	Chamada	Economia
11174	07/04/2011	“Índios são acusados de atear fogo em fazenda”	Chamada	Polícia
11199	10/05/2011	“Em inauguração de Vila Olímpica Indígena, André dispara críticas à Funai”	Manchete	Dia-a-dia
11202	13/05/2011	“Lobby tenta impedir bloqueio de crédito aos produtores”	Chamada	Política
11207	19/05/2011	“CNJ quer pacificar conflito agrário”	Manchete	Dia-a-dia
11208	20/05/2011	“Ministra debate demarcação em Dourados”	Manchete	Dia-a-dia
11212	25/05/2011	“CNJ debate demarcações de terras”	Manchete	Economia
11213	26/05/2011	“Índios voltam a pôr fogo em área invadida”	Chamada	Polícia
11213	26/05/2011	“Audiência reúne mais de 600 na Unigran”	Chamada	Dia-a-dia
11214	27/05/2011	“Ministra diz que governo e Funai falham”	Manchete	Dia-a-dia
11223	07/06/2011	“Índios ocupam fazenda em Dourados”	Manchete	Dia-a-dia
11224	08/06/2011	“Índios voltam a ocupar área em Douradina”	Manchete	Cidades
11236	22/06/2011	“Terra disputada vale R\$ 102 mi”	Chamada	Dia-a-dia
11286	23/08/2011	“Índios fazem protesto em Dourados”	Manchete	Dia-a-dia
11357	21/11/2011	“Polícia Federal investiga assassinato de líder guarani”	Manchete	Polícia
11358	22/11/2011	“Indígenas temem novos ataques”	Manchete	Dia-a-dia
11362	26,27/11/2011	“Força Nacional fica mais 90 dias no Estado”	Manchete	Dia-a-dia
11365	30/11/2011	“Índios protestam contra ataque em aldeia”	Chamada	Dia-a-dia
11370	06/12/2011	“MPF denuncia União por conflito indígena em MS”	Manchete	Dia-a-dia
11377	14/12/2011	“Portaria da Funai revolta produtores”	Chamada	Dia-a-dia
11383	28/12/2011	“Ação pode anular portaria da Funai”	Manchete	Dia-a-dia
11400	16/01/2012	“Demarcação de terras deve continuar”	Chamada	Economia
11409	26/01/2012	“Demarcação de terras pode ter novas regras”	Chamada	Economia
11412	30/01/2012	“Índios declaram guerra contra exploração”	Chamada	Dia-a-dia
11438	03,04/03/2012	“TJ alerta para tensão por terra”	Manchete	Dia-a-dia
11439	05/03/2012	“Índios ameaçam denunciar Brasil à OEA”	Manchete	Brasil/ Mundo
11451	19/03/2012	“Indígenas denunciam governo brasileiro”	Chamada	Brasil/ Mundo
11475	18/04/2012	“União tem 1 ano para demarcar terra”	Manchete	Dia-a-dia
11476	19/04/2012	“Confinamento mata 500 índios em 10 anos”	Manchete	Dia-a-dia
11482	27/04/2012	“Índios cobram solução para sumiço de líder”	Manchete	Dia-a-dia
11494	12,13/05/2012	“O assessor da Presidência da Funai, Aluisio Azanha, afirmou, em audiência na Câmara (foto), que uma “indenização justa” aos fazendeiros seria o melhor...”	Chamada	Brasil
11512	02,03/06/2012	“Produtores pedem justiça no campo”	Manchete	Dia-a-dia
11523	16,17/06/2012	“PF cumpre mandados por sumiço de cacique”	Chamada	Polícia
11536	02/07/2012	“PF inicia buscas a corpo de cacique”	Chamada	Dia-a-dia
11539	05/07/2012	“PF cumpre mandados do caso Nísio”	Manchete	Polícia
11558	27/07/2012	“Aty Guassu discute terra e conflito”	Manchete	Dia-a-dia
11572	13/08/2012	“Conflito deixa índio desaparecido”	Chamada	Polícia
11575	16/08/2012	“MPF quer apuração de ataque a índios”	Manchete	Dia-a-dia
11581	23/08/2012	“Índios obtêm posse de terra”	Chamada	Dia-a-dia
11586	29/08/2012	“Indígenas sofrem ataque durante reunião com MPF”	Chamada	Polícia
11591	04/09/2012	“Deputado vai ao Ministério contra Funai”	Chamada	Rural
11593	06/09/2012	“Clima é tenso em Paranhos”	Manchete	Dia-a-dia
11597	13/09/2012	“Zé Teixeira quer fim de conflito em Paranhos”	Chamada	Cidades
11600	17/09/2012	“Funai aciona Força Nacional”	Manchete	Dia-a-dia
11608	26/09/2012	“Tropa federal intervém em conflito”	Manchete	Dia-a-dia

11609	27/09/2012	“Dourados poderá ter nova aldeia”	Manchete	Dia-a-dia
11610	28/09/2012	“‘Nova aldeia’ custa R\$ 100 mi”	Manchete	Dia-a-dia
11618	08/10/2012	“TRF manda tribo sair do Passo Piraju”	Chamada	Dia-a-dia
11622	16/10/2012	“Índios ameaçam suicídio coletivo”	Manchete	Polícia
11624	18/10/2012	“Índios têm 24 horas para deixar aldeia”	Chamada	Dia-a-dia
11626	20,21/10/2012	“Cruzes marcam protesto indígena”	Chamada	Brasil/ Mundo
11631	26/10/2012	“MPF e Funai recorrem contra expulsão de índios”	Manchete	Dia-a-dia
11635	31/10/2012	“Justiça suspende expulsão dos índios guarani-kaiowá”	Manchete	Dia-a-dia
11637	05/11/2012	“Senadores visitarão índios Guarani-Kaiowá”	Manchete	Dia-a-dia
11638	06/11/2012	“Ruralistas se armam contra invasões de terra”	Manchete	Dia-a-dia
11642	10,11/11/2012	“MPF quer indenização de R\$ 86 mi para indígenas”	Manchete	Dia-a-dia
11651	22/11/2012	“Ministro defende pacto para demarcação de terra”	Chamada	Economia
11655	27/11/2012	“MPF denuncia 19 pessoas pela morte do cacique Nísio”	Chamada	Polícia
11657	29/11/2012	“Lideranças alertam para conflito na Reserva”	Chamada	Dia-a-dia
11659	01,02/12/2012	“Situação de índios em MS é alarmante, diz procuradora”	Manchete	Dia-a-dia
11662	05/12/2012	“Lançada campanha em defesa dos guarani kaiowá”	Manchete	Brasil & Mundo
11663	06/12/2012	“Comissão da Câmara vai apurar denúncias de guarani-kaiowás”	Chamada	Brasil & Mundo
11667	12/12/2012	“MS tem 53 áreas Ocupadas por indígenas”	Chamada	Dia-a-dia
11677	28/12/2012	“Indígenas de Juti denunciam plano de assassinato”	Chamada	Polícia
11684	09/01/2013	“Funai conclui estudo sobre terra guarani-kaiowá”	Manchete	Dia-a-dia
11686	11/01/2013	“Índios querem outras áreas de antepassados”	Chamada	Dia-a-dia
11687	12,13/01/2013	“Índios aguardam resolução sobre área em Rio Brillhante”	Chamada	Dia-a-dia
11687	12,13/01/2013	“Produtores vão contestar relatório da Funai”	Chamada	Dia-a-dia
11697	24/01/2013	“União tem que fornecer água potável aos índios”	Manchete	Dia-a-dia
11702	30/01/2013	“Índios ficarão mais 120 dias na Curral de Arame”	Chamada	Dia-a-dia
11717	20/02/2013	“Kaiowás ocupam fazenda onde jovem foi morto”	Manchete	Polícia
11718	21/02/2013	“Fazendeiro confessa que matou indígena”	Chamada	Polícia
11721	25/02/2013	“MPF pede presença de força policial em aldeia”	Manchete	Polícia
11723	27/02/2013	“Advogada de Fazendeiro diz que há “exagero”	Chamada	Polícia
11724	28/02/2013	“Caarapó teme politização da morte de índio em fazenda”	Chamada	Dia-a-dia
11728	05/03/2013	“Reserva de Dourados será Remarcada pela Funai”	Chamada	Dia-a-dia
11732	09,10/03/2013	“Conesul diz não à demarcação de terras”	Manchete	Dia-a-dia
11743	22/03/2013	“Portaria da Funai cria nova área indígena na Grande Dourados”	Manchete	Dia-a-dia
11760	13,14/04/2013	“Sitiante morre com flechada em briga com índios”	Chamada	Polícia
11761	15/04/2013	“Produtores culpam Funai por conflito em Douradina”	Chamada	Polícia
11763	17/04/2013	“Sindicatos se unem para defender produtores”	Chamada	Dia-a-dia
11763	17/04/2013	“Câmara aprova Medidas emergenciais pró-	Chamada	Dia-a-dia

		índigenas”		
11775	03/05/2013	“Assembleia Legislativa tenta conter conflito entre índios e fazendeiros”	Chamada	Política
11778	07/05/2013	“Classe política aperta cerco contra demarcações”	Manchete	Política
11780	09/05/2013	“Produtores esperam suspensão de demarcações”	Chamada	Economia
11786	16/05/2013	“Índios invadem fazenda de ex-deputado”	Chamada	Polícia
11788	18,19/05/2013	“Índios ainda ocupam quatro fazendas em MS”	Chamada	Polícia
11793	24/05/2013	“AL ameaça trancar pauta em apoio a produtores”	Manchete	Economia
11796	28/05/2013	“Produtores rurais barram demarcação na fronteira”	Manchete	Economia /Dia-a-dia
11797	29/05/2013	“Governo frustra produtores e parlamentares de MS”	Manchete	Política
11798	31/05/2013	“Índio é morto durante reintegração de posse”	Manchete	Dia-a-dia
11799	01,02/06/2013	“Um dia após confronto, índios retomam fazenda”	Manchete	Dia-a-dia
11801	04/06/2013	“Acrissul quer Forças Armadas para resolver os conflitos de terra”	Manchete	Dia-a-dia
11802	05/06/2013	“Força Nacional vai atuar em conflitos indígenas”	Manchete	Dia-a-dia
11803	06/06/2013	“TRF suspende reintegração de posse da Fazenda Buriti”	Manchete	Economia /Dia-a-dia
11805	08,09/06/2013	“Força Nacional já controla acesso às áreas de conflito”	Chamada	Dia-a-dia
11807	11/06/2013	“Sindicato Rural de Dourados organiza protesto dia 14”	Chamada	Rural
11809	13/06/2013	“Governo busca solução para resolver conflitos”	Manchete	Brasil & Mundo
11810	14/06/2013	“Governo pode usar terra do tráfico para resolver conflitos”	Manchete	Brasil
11811	15,16/06/2013	“Produtores protestam contra demarcações”	Manchete	Dia-a-dia
11812	17/06/2013	“Senadora Kátia Abreu critica órgãos federais”	Chamada	Economia
11818	24/06/2013	“Índios voltam a ocupar fazenda em Sidrolândia”	Chamada	Dia-a-dia
11821	27/06/2013	“Proprietários em conflitos com índios podem ser indenizados”	Manchete	Brasil & Mundo
11822	28/06/2013	“Índios denunciam ameaça de morte”	Chamada	Dia-a-dia
11827	04/07/2013	“Índios iniciam onda de protestos no Estado”	Manchete	Dia-a-dia
11828	05/07/2013	“Audiência reúne índios e produtores em Antônio João”	Chamada	Capa
11829	06,07/07/2013	“Fazendeiros e índios se unem em Antônio João”	Manchete	Dia-a-dia
11831	09/07/2013	“Comissão inicia relatório sobre conflito por terra”	Chamada	Dia-a-dia
11832	10/07/2013	“Força-tarefa do CNJ discute indenização a produtores”	Manchete	Dia-a-dia
11834	12/07/2013	“Em MS, nove áreas indígenas são críticas”	Chamada	Dia-a-dia
11842	22/07/2013	“Ministério da Justiça avalia 51 áreas em disputa no MS”	Manchete	Dia-a-dia
11843	23/07/2013	“CNJ chega ao MS para discutir invasões”	Chamada	Dia-a-dia
11843	23/07/2013	“Força Nacional continua em Sidrolândia”	Chamada	Dia-a-dia
11845	25/07/2013	““Governo só pode comprar terras que o produtor quiser vender””	Chamada	Política
11846	26/07/2013	“CNJ define 53 áreas em MS para resolver conflitos”	Chamada	Dia-a-dia
11857	08/08/2013	“Governo vai comprar terra em litígio com	Manchete	Dia-a-dia

		índigenas”		
11858	09/08/2013	“Títulos para compra de terras são questionados”	Manchete	Economia
11862	14/08/2013	“Ministro faz ajustes para compra de terras em MS”	Chamada	Economia
11881	05/09/2013	“Índios fecham BR e pedem agilidade em demarcação”	Chamada	Dia-a-dia
11882	06/09/2013	“Murilo defende Reserva Indígena como município”	Manchete	Dia-a-dia
11886	12/09/2013	“Ministério busca terras do tráfico para indenização”	Manchete	Dia-a-dia
11890	17/09/2013	“Índigenas desaldeados ocupam fazenda”	Chamada	Dia-a-dia
11891	18/09/2013	“Funai avalia fazendas na região da Buriti”	Chamada	Dia-a-dia
11898	26/09/2013	“PF abre inquérito para apurar “cerco” a líder indígena”	Chamada	Dia-a-dia
11902	01/10/2013	“Produtores dão prazo para governo resolver conflito”	Manchete	Dia-a-dia
11919	23/10/2013	“MPF requer ocupação de terra e indenização de R\$ 3,2 milhões”	Manchete	Dia-a-dia
11923	28/10/2013	“MPF investiga destruição de cemitério indígena”	Manchete	Dia-a-dia
11925	30/10/2013	“Índigenas prometem resistir à desocupação de terras”	Chamada	Dia-a-dia
11927	01/11/2013	“Justiça determina tropa da PF 24 horas em área de conflito”	Manchete	Dia-a-dia
11930	06/11/2013	“Justiça determina avaliação de terras em conflito no MS”	Manchete	Dia-a-dia
11936	13/11/2013	“Comissão da Verdade apura crimes contra índios”	Manchete	Dia-a-dia
11939	19/11/2013	“Índios kaiowás ocupam fazenda em Dourados”	Manchete	Dia-a-dia
11940	20/11/2013	“Produtores ocupam Funai em protesto contra invasões”	Manchete	Dia-a-dia
11940	20/11/2013	“Justiça manda índios desocuparem terras em MS”	Chamada	Dia-a-dia
11941	21/11/2013	“Entidades denunciam suposto leilão para formar milícias”	Manchete	Dia-a-dia
11942	22/11/2013	“Governo usará Orçamento para resolver conflito em MS”	Manchete	Política
11942	22/11/2013	“Conflito no campo norteia debates na Assembleia”	Chamada	Dia-a-dia
11945	26/11/2013	“Guaranis prometem resistir contra reintegração”	Chamada	Dia-a-dia
11948	29/11/2013	“Documento sugere fim de conflitos entre fazendeiros e índios”	Chamada	Dia-a-dia
11949	30/11-01/12/2013	“Força Nacional permanece por mais de 90 dias em MS”	Chamada	Dia-a-dia
11952	04/12/2013	“Ruralistas saem frustrados de reunião com ministra”	Manchete	Brasil & Mundo
11953	05/12/2013	“Justiça Federal suspende leilão de produtores rurais”	Manchete	Dia-a-dia
11954	06/12/2013	“Produtores rurais mantêm movimento da resistência”	Chamada	Dia-a-dia
11955	07,08/12/2013	“Líder terena sofre atentado e tem o carro incendiado”	Chamada	Dia-a-dia
11960	13/12/2013	“Ministra Maria do Rosário pede apoio aos índios para enfrentar PEC 215”	Chamada	Brasil
11961	14,15/12/2013	“Guerra” por terra em MS é destaque	Chamada	Dia-a-dia

		internacional”		
11964	18/12/2013	“Suspensa reintegração de posse de terra em MS”	Chamada	Dia-a-dia
11966	23/12/2013	“Justiça manda PF retirar indígenas de terras em MS”	Manchete	Dia-a-dia
11968	27/12/2013	“MPF consegue bloqueio de R\$ 20 mi para produtores”	Manchete	Dia-a-dia
11970	30/12/2013	“Justiça manda reintegrar 8 fazendas no Estado”	Chamada	Dia-a-dia
11975	07/01/2014	“Ministério deve resolver questão indígena hoje”	Chamada	Dia-a-dia
11976	08/01/2014	“Avaliação de terras desagrada produtores rurais do Estado”	Manchete	Dia-a-dia
11981	14/01/2014	“Contra invasão, produtores contratam segurança”	Chamada	Dia-a-dia
12003	08,09/02/2014	“Produtores acusam governo de não querer pagar terras”	Manchete	Dia-a-dia
12012	19/02/2014	“Justiça determina tropa federal nas aldeias de MS”	Manchete	Dia-a-dia
12014	21/02/2014	“Marcha por demarcação de terras”	Chamada	Dia-a-dia
12015	22,23/02/2014	“Comissão ouve relatos de índios sobre expulsões”	Manchete	Dia-a-dia
12020	28/02/2014	“Produtores têm 30 dias para contrapor laudos da Funai”	Manchete	Dia-a-dia
12027	12/03/2014	“Fechada empresa envolvida em morte de índios”	Chamada	Dia-a-dia
12035	21/03/2014	“Governo realiza nova avaliação em fazendas”	Chamada	Dia-a-dia
12046	03/04/2014	“Assembleia aprova fundo de R\$ 200 mi para terra indígena”	Manchete	Política
12048	05,06/04/2014	“Cimi denuncia ao papa violações aos direitos indígenas”	Chamada	Brasil
12051	09/04/2014	“Comissão da Verdade faz Audiência em Dourados”	Chamada	Dia-a-dia
12056	15/04/2014	“Índios não têm o que comemorar, diz cacique”	Chamada	Dia-a-dia
12062	22/04/2014	“Comissão da Verdade ouve indígenas hoje em Dourados”	Chamada	Dia-a-dia
12063	23,24/04/2014	“2º Encontro da Comissão da Verdade”	Chamada	Dia-a-dia
12072	08/05/2014	“Produtores de MS debatem amanhã PEC da demarcação”	Chamada	Dia-a-dia
12074	10,11/05/2014	“MS discute questão agrária para subsidiar PEC-215”	Chamada	Dia-a-dia
12081	19/05/2014	“Famasul cobra agilidade na compra de terras no entorno da Aldeia Buriti”	Chamada	Dia-a-dia
12082	20/05/2014	“Líder terena sofre tentativa de homicídio em Miranda”	Chamada	Dia-a-dia
12083	21/05/2014	“Justiça mantém índios na posse de fazendas em Mato Grosso do Sul”	Chamada	Dia-a-dia
12100	10/06/2014	“Presidente do Inca confirma Indenização a produtores”	Chamada	Dia-a-dia
12105	16/06/2014	“Negociações por terra terminam sem acordo”	Chamada	Dia-a-dia
12109	21,22/06/2014	“Produtores aceitam proposta e vão entregar terra aos índios”	Manchete	Dia-a-dia
12114	27/06/2014	“Sem consenso, decisão sobre terras da Buriti segue indefinida”	Manchete	Dia-a-dia
12116	30/06/2014	“Ministro do STF vota contra a portaria que demarca terra em MS”	Manchete	Dia-a-dia
12129	15/07/2014	“MPF quer destinação de 30 ha de terra para índios”	Chamada	Dia-a-dia

12163	23,24/08/2014	“Liminar é cassada e demarcação de terra indígena prossegue em MS”	Manchete	Dia-a-dia
12194	29/09/2014	“Incrava avalia terra em R\$ 80 mi e pode gerar crise no Estado”	Manchete	Dia-a-dia
12195	30/09/2014	“Supremo livra fazenda de MS de demarcação”	Chamada	Dia-a-dia
12197	02/10/2014	“MPF quer indenização de R\$ 1,1 mi para indígenas”	Manchete	Dia-a-dia

EDIÇÕES DIÁRIO MS				
Edição	Data	Título	Destaque	Editoria
3732	09/11/2007	“PF apreende armas em fazendas de área de conflito em Antônio João”	Chamada	Cidade
3811	10/03/2008	“Índios invadem fazenda em Rio Brillante”	Chamada	Cidade
3843	25/04/2008	“Funai mantém em sigilo 31 áreas que podem ser demarcadas em MS”	Manchete	Cidade
3843	25/04/2008	“TAC sobre áreas recebe críticas e elogios na AL”	Chamada	Política
3851	08/05/2008	“Professor da Uems acompanha conflito indígena em RR”	Chamada	Cidade
3874	11/06/2008	“Rio Brillante vai à justiça para impedir demarcações indígenas”	Manchete	Cidade
3901	18/07/2008	“André lidera ofensiva contra demarcações de áreas indígenas”	Manchete	Cidade
3902	21/07/2008	“Funai quer 30% do território de MS para os guaranis”	Chamada	Cidade
3908	29/07/2008	“Pressão ruralista não intimida Funai; estudos começam dia 10”	Manchete	Cidade
3909	30/07/2008	“Ruralistas dizem que demarcação ameaça soberania”	Chamada	Cidade
3910	31/07/2008	“André vai pedir para Lula dar terras de Moon aos índios”	Chamada	Cidade
3911	01/08/2008	“Funai inicia hoje a investigação de terras; prefeitos protestam”	Chamada	Cidade
3913	05/08/2008	“Ruralistas decidem ir à justiça para barrar portarias da Funai”	Manchete	Cidade
3914	06/08/2008	“No STF, André relata ‘temor’, mas não protocola ação contra Funai”	Manchete	Cidade
3915	07/08/2008	“AL prepara estratégia para barrar demarcações de áreas indígenas”	Manchete	Cidade
3916	08/08/2008	“Justiça concede 1º liminar contra portarias da Funai”	Manchete	Capa
3917	11/08/2008	“Justiça Federal manda Funai avisar dono antes de vistoria”	Manchete	Cidade
3921	15/08/2008	“Índios de MS ganham apoio de entidades de direitos humanos”	Chamada	Cidade
3923	19/08/2008	“André diz que vai manter ajuda a índios”	Chamada	Cidade
3925	21/08/2008	“Biasotto critica Funai e diz que ‘terra não é tudo’”	Chamada	Política
3926	25/08/2008	“Presença de índio americano gera protesto de fazendeiros”	Manchete	Política
3935	04/09/2008	“Presidente da Funai adia visita e produtores rurais se mobilizam”	Manchete	Cidade
3937	08/09/2008	“André chama laudo de fajuto e diz que Funai não faz nada”	Manchete	Política
3937	08/09/2008	“Produtores aproveitam desfile para protestar”	Chamada	Política
3939	10/09/2008	“PF expulsa índios de fazenda de Pedro	Chamada	Cidade

		Pedrossian”		
3940	11/09/2008	“MS vai criar lei para dificultar demarcações”	Manchete	Cidade
3942	15/09/2008	“André pede ‘harmonia’ entre índios e produtores sobre terras”	Chamada	Política
3943	16/09/2008	“Presidente da Funai sinaliza acordo com fazendeiros, mas mantém portarias”	Chamada	Capa
3945	18/09/2008	“MPF questiona acordo sobre demarcações”	Chamada	Cidade
3946	19/09/2008	“André quer verba federal para desapropriações”	Manchete	Política
3954	01/10/2008	“Estado e Funai se esquivam sobre indenizações de áreas”	Chamada	Cidade
3991	20/11/2008	“Meira diz que portarias não serão anuladas”	Chamada	Cidade
3998	01/12/2008	“Novo presidente do Sindicato Rural de Dourados critica demarcações de terras”	Chamada	Cidade
4007	12/12/2008	“Produtores de Rio Brillhante protestam hoje”	Chamada	Economia
4062	06/03/2009	“Funai acusa fazendeiros de financiar protesto de índios”	Manchete	Cidade
4063	09/03/2009	“Produtores rurais prometem resistir à demarcação”	Chamada	Região
4065	11/03/2009	“Ameaça de demarcação volta a alarmar produtores rurais de MS”	Manchete	Cidade
4070	18/03/2009	“Fazendeiros ameaçam barrar equipes da Funai”	Chamada	Cidade
4073	23/03/2009	“Famasul sugere segurança armada contra as invasões”	Chamada	Cidade
4074	24/03/2009	“CNA faz reunião em Dourados no dia 29 para discutir demarcações”	Manchete	Cidade
4075	25/03/2009	“Zé Teixeira pede para produtor contratar segurança contra índios”	Chamada	Política
4081	02/04/2009	“Produtores e governo se mobilizam para barrar demarcação de terra”	Manchete	Cidade
4087	08/04/2009	“MPF investiga ‘financiadores’ de índios”	Chamada	Cidade
4088	14/04/2009	“Políticos vão pedir a Tarso suspensão de demarcações”	Manchete	Cidade
4089	15/04/2009	“Demarcações podem causar mortes, diz André a ministros”	Manchete	Economia
4091	17/04/2009	“André diz que Funai e Cimi incentivam a baderna em MS”	Manchete	Política
4103	11/05/2009	“MPF cobra demarcação de terras a índios de MS”	Chamada	Cidade
4106	12/05/2009	“Funai retoma ‘em breve’ estudos sobre demarcações”	Chamada	Economia
4113	21/05/2009	“Portarias da Funai atrasam reforma agrária em MS”	Manchete	Economia
4117	27/05/2009	“Funai é acusada de ‘armar circo’ contra despejo”	Manchete	Cidade
4118	28/05/2009	“TRF suspende despejo de índios em Rio Brillhante”	Manchete	Capa
4126	09/06/2009	“Índios querem indenização a fazendeiros”	Chamada	Cidade
4136	24/06/2009	“Pressão fracassa e governo manda Funai iniciar vitorias”	Manchete	Cidade
4140	30/06/2009	“Lula manda ministro apaziguar clima entre índios e fazendeiros”	Manchete	Política
4145	07/07/2009	“Vitorias da Funai começam dia 20”	Chamada	Cidade
4149	13/07/2009	“Com garantia de pagamento, vitorias recomeçam dia 20”	Manchete	Cidade
4151	15/07/2009	“Produtores rurais de MS estão divididos sobre demarcação”	Manchete	Cidade
4154	20/07/2009	“Índios de Panambi têm terra, mas dependem de cesta básica”	Manchete	Cidade

4155	21/07/2009	“Índios dizem que vida melhorou”	Chamada	Capa
4155	21/07/2009	“Ruralistas debatem em Dourados estudos sobre áreas indígenas”	Chamada	Cidade
4155	21/07/2009	“PEC das indenizações não passa no Congresso, prevê Delcídio Amaral”	Chamada	Política
4156	22/07/2009	“Funai define grupos técnicos e inicia levantamentos dia 5”	Manchete	Cidade
4158	24/07/2009	“André teme confronto armado por terra”	Manchete	Política
4165	04/08/2009	“Funai vai adiar mais uma vez início de estudo antropológico”	Manchete	Cidade
4166	05/08/2009	“Cimi cobra rapidez da Funai e critica governo do “Estado”	Chamada	Economia
4167	06/08/2009	“Justiça Federal suspende vistoria de novas áreas indígenas em MS”	Manchete	Economia
4168	07/08/2009	“Ruralistas querem vender terras para a União”	Manchete	Cidade
4169	10/08/2009	“Funai quer manter índios em área de Rio Brillhante”	Chamada	Cidade
4170	11/08/2009	“Prefeitos unidos para enfrentar demarcações”	Chamada	Política
4182	27/08/2009	“TRF cassa liminar e Funai pode iniciar vistorias em 26 municípios”	Manchete	Economia
4184	31/08/2009	“Funai perde recurso contra despejo em Rio Brillhante”	Chamada	Cidade
4185	01/09/2009	“Fazendeiros preparam reação jurídica à Funai”	Chamada	Cidade
4187	03/09/2009	“TRF mantém ordem para despejo de índios”	Manchete	Cidade
4189	08/09/2009	“Juiz ordena despejo imediato de 130 índios em Rio Brillhante”	Manchete	Economia
4191	10/09/2009	“Índios começam a deixar fazenda em Rio Brillhante”	Manchete	Cidade
4191	10/09/2009	“Inoperância da Funai é criticada por deputados”	Chamada	Política
4193	14/09/2009	“Despejados, índios acampam na estrada”	Chamada	Cidade
4199	22/09/2009	“Índio é baleado em ataque a acampamento”	Chamada	Cidade
4204	29/09/2009	“Só terra ocupada por índio até 88 pode ser demarcada, diz STF”	Chamada	Cidade
4215	16/10/2009	“Por mais terra, índios bloqueiam rodovia”	Chamada	Cidade
4217	20/10/2009	“Índios fazem acordo com ruralistas e vão desocupar fazendas”	Chamada	Cidade
4218	21/10/2009	“Índios e PM entram em confronto”	Manchete	Cidade
4220	23/10/2009	“TRF propõe acordo entre índios e fazendeiros de Sidrolândia”	Chamada	Economia
4221	26/10/2009	“MS tem 35 áreas de conflito entre índios e fazendeiros”	Manchete	Cidade
4226	03/11/2009	“PF vai investigar desaparecimento de índios em Paranhos”	Chamada	Cidade
4230	09/11/2009	“Corpo achado em Paranhos pode ser de um dos índios desaparecidos”	Manchete	Capa
4232	11/11/2009	“Pai de professor guarani reconhece corpo de filho”	Chamada	Cidade
4237	18/11/2009	“Pai de índio morto aponta ‘descaso”	Chamada	Cidade
4240	23/11/2009	“IML confirma que corpo encontrado é de professor índio”	Chamada	Cidade
4248	03/12/2009	“Fazenda de Aquidauana é declarada área indígena”	Chamada	Cidade
4253	10/12/2009	“Funai retoma vistorias em MS”	Chamada	Cidade
4260	21/12/2009	“Justiça suspende demarcação de novas áreas indígenas em MS”	Manchete	Cidade
4262	23/12/2009	“Lula cria área indígena de 7 mil hectares no sul de MS”	Manchete	Cidade
4265	28/12/2009	“STF suspende homologação de parte de área	Chamada	Cidade

		índigena”		
4305	25/02/2010	“MPF e Funai se calam sobre proposta de Lula”	Chamada	Cidade
4318	16/03/2010	“Acrisul oferece 57 mil ha para Lula acomodar índios”	Manchete	Cidade
4322	22/03/2010	“Governador volta a criticar Funai e o Ministério Público”	Chamada	Cidade
4334	08/04/2010	“Acrisul oferecerá 67 mil hectares de terra a Lula”	Manchete	Cidade
4336	12/04/2010	“STF deixa Funai fora do processo de Demarcação”	Chamada	Cidade
-	13/07/2010	“Funai retoma os estudos em agosto”	Chamada	Cidade
4449	22/09/2010	“Índios podem ter sofrido ataque de seguranças em Douradina”	Chamada	Cidade
4469	22/10/2010	“Justiça manda índios desocuparem fazenda”	Chamada	Cidade
4490	24/11/2010	“Funai conclui estudos em dezembro”	Chamada	Cidade
4495	01/12/2010	“Dourados é a maior tragédia do mundo, diz PGR”	Chamada	Cidade
4513	06/01/2011	“Funai aguarda para junho o reconhecimento de novas áreas”	Manchete	Cidade
4542	17/02/2011	“CNJ vai mediar disputa entre índios e produtores”	Chamada	Cidade
4595	10/05/2011	“André diz que Funai não tem vergonha na cara e sugere a extinção do órgão”	Manchete	Política
4599	16/05/2011	“Ministro e André fazem ‘coro’ contra demarcações”	Manchete	Política
4601	18/05/2011	“Índios voltam a invadir fazenda em Rio Brillhante”	Chamada	Cidade
4606	25/05/2011	“CNJ discute em Dourados soluções para a questão indígena no Estado”	Manchete	Política
4608	27/05/2011	“CNJ prega cooperação sobre demarcação de terra indígena”	Manchete	Cidade
4609	30/05/2011	“CNJ inspeciona aldeia em Dourados”	Chamada	Cidade
4615	07/06/2011	“Índios invadem área em Dourados”	Manchete	Cidade
4616	08/06/2011	“Produtores contratam seguranças particulares para evitar invasões”	Chamada	Cidade
4623	17/06/2011	“Ministra dos Direitos Humanos vem a MS conhecer situação dos índios de Dourados”	Manchete	Cidade
-	29/09/2011	“PF vai investigar morte de índio”	Chamada	Polícia
4697	04/10/2011	“MS pode criar fundo para adquirir terras indígenas”	Manchete	Cidade
4708	24/10/2011	“União vai agilizar demarcação de terras indígenas no Estado”	Manchete	Cidade
4714	01/11/2011	“Em oito anos, 250 índios foram assassinados em MS”	Manchete	Cidade
-	13/12/2011	“União reconhece 12 mil hectares como terra indígena no Estado”	Chamada	Cidade
4779	08/02/2012	“Emenda à Constituição pode barrar demarcação”	Manchete	Cidade
-	11/04/2012	“Por terra, índios de MS vão a ONU”	Chamada	Cidade
4843	14/05/2012	“Índio vai ter que se enquadrar, afirma Puccinelli sobre protestos”	Chamada	Cidade
4864	14/06/2012	“Pelo 4º ano consecutivo, MS é líder no assassinato de índios”	Manchete	Cidade
-	18/06/2012	“Sumiço de índio leva 9 à prisão”	Chamada	Cidade
4879	05/07/2012	“Federal confirma morte de cacique; 6 fazendeiros são presos na fronteira”	Manchete	Cidade
4888	18/07/2012	“Parecer da AGU pode ‘barrar’ demarcações de áreas indígenas”	Manchete	Cidade
-	19/07/2012	“Entidades repudiam portaria que pode anular	Chamada	Cidade

		demarcações de terras em MS”		
-	30/08/2012	“Demarcações viram ‘bandalheira’, denuncia ex-antropólogo da Funai”	Chamada	Cidade
-	31/08/2012	“Para antropólogo, aldeia Panambizinho virou ‘lugar de veraneio’ para índios”	Chamada	Cidade
-	31/10/2012	“Índios pressionam em Brasília e Justiça suspende despejo”	Chamada	Cidade
-	07/11/2012	“Funai inicia levantamento para demarcação de áreas no sul de MS”	Chamada	Cidade
4968	12/11/2012	“MPF e ruralistas consentem que indenização pode parar conflitos”	Manchete	Cidade
4979	28/11/2012	“Governo e Congresso chegam para resolver questão indígena”	Manchete	Cidade
-	03/12/2012	“Em MS, comitiva de Dilma defende indenizações para acabar com conflito”	Chamada	Economia
-	09/01/2013	“ONU aborda situação dos indígenas de MS em livro”	Chamada	Cidade/ Política
-	17/01/2013	“Justiça Federal mantém índios em área de Japorã”	Chamada	Cidade
5031	20/02/2013	“Índios invadem propriedade em protesto contra assassinato”	Manchete	Cidade
5034	25/02/2013	“Religioso teria sido ameaçado por fazendeiro”	Chamada	Polícia
5036	27/02/2013	“Índios pedem troca de dois delgados da PF no Estado”	Manchete	Cidade
-	02/04/2013	“Prefeitos querem fim da briga entre índios e fazendeiros”	Chamada	Região
5068	15/04/2013	“Em Douradina, um produtor rural é espancado até morrer”	Manchete	Polícia
5069	16/04/2013	“Conflito entre produtor rural e índios era antigo, segundo BO’s”	Chamada	Polícia
5071	18/04/2013	“Índigenas e ruralistas de MS acirram litígio rural”	Manchete	Cidade
-	24/04/2013	“Demarcações de terras motivam debates em Amambai”	Chamada	Região
-	06/05/2013	“Prefeitos debatem demarcações”	Chamada	Região
5084	08/05/2013	“Decisão da Casa Civil pode barrar demarcações em MS”	Manchete	Cidade
5085	09/05/2013	“Índios criticam a Casa Civil”	Chamada	Cidade
5098	28/05/2013	“Deputados em Brasília discutem invasões”	Manchete	Política
5101	04/06/2013	“Justiça derruba reintegração em propriedade de Sidrolândia”	Manchete	Cidade
5101	04/06/2013	“Guaranis prometem fechar MS-156 entre Dourados e Itaporã em apoio aos terena”	Chamada	Cidade
5102	05/06/2013	“Justiça mantém ‘despejo’ de terenas em Sidrolândia e guaranis fecham MS-156”	Chamada	Cidade
5103	06/06/2013	“Justiça Federal derruba liminar de reintegração em Sidrolândia”	Manchete	Cidade
5104	07/06/2013	“Buriti é dos índios, diz perito”	Chamada	Cidade
5107	12/06/2013	“Vizinhos da reserva temem novas invasões”	Manchete	Cidade
5108	13/06/2013	“Mais 5 índios são presos por assassinato de fazendeiro”	Manchete	Cidade
5108	13/06/2013	“Ponta Porã faz audiência sobre demarcações”	Chamada	Região
5109	14/06/2013	“Morte de índio provoca rumores sobre invasão”	Chamada	Polícia
5110	17/06/2013	“Ministro da Justiça volta ao Estado na quinta-feira”	Manchete	Cidade
5115	24/06/2013	“Ruralistas dizem que compra de áreas colocará fim aos conflitos”	Manchete	Economia/ Cidade

5117	26/06/2013	“Índios mantém ações mesmo com compra de área em MS”	Chamada	Cidade
5148	08/08/2013	“Violação de direitos de índios é vista como ‘mancha vergonhosa’”	Manchete	Cidade
5164	30/08/2013	“Inoperância da União provoca nova tensão no campo em MS”	Manchete	Cidade
5179	20/09/2013	“Famasul acusa índios de romper pacto”	Manchete	Cidade
-	02/10/2013	“Produtores dão ultimato ao governo e ameaçam deixar negociação sobre conflitos”	Chamada	Cidade
-	23/10/2013	“MPF propõe indenização milionária pela homologação de terra indígena no Estado”	Chamada	Cidade
-	01/11/2013	“No Cone Sul, clima é de ‘guerra’”	Chamada	Cidade
5219	19/11/2013	“Grupo de índios ocupa área em Dourados e promete resistir”	Manchete	Cidade
-	04/12/2013	“PC esclarece mortes de índios”	Chamada	Polícia
-	08/01/2013	“Produtores e indígenas veem avanço em negociações com o Governo Federal”	Chamada	Cidade
-	21/02/2014	“CNV investiga conflitos indígenas em MS”	Chamada	Cidade
-	10/07/2014	“União pede à justiça para não fazer policiamento”	Chamada	Cidade
-	18/09/2014	“STF afasta posse de terra indígena em MS”	Chamada	Cidade